

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
NA RELAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR E A
SOCIEDADE ARACAJUANA**

RILDO CÉSAR MENEZES MENDONÇA

ARACAJU
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RILDO CÉSAR MENEZES MENDONÇA

**A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA
RELAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR E A SOCIEDADE
ARACAJUANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de concentração: Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Norma Missae Takeuti

ARACAJU
2010

M539c Mendonça, Rildo César Menezes
A construção das representações sociais na relação da polícia militar e a sociedade aracajuana / Rildo César Menezes Mendonça; orientadora Norma Missae Takeuti. – Aracaju/Se 2010.

122 p. : il.

Inclui bibliografia
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

RILDO CÉSAR MENEZES MENDONÇA

**A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA
RELAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR E A SOCIEDADE
ARACAJUANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de concentração: Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dra. Norma Missae Takeuti – PPGCS-UFRN- Orientadora

Prof. Dr. Edmilson Lopes Junior – PPGCS-UFRN

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves – NPPCS-UFS

Prof. Dr. Aleksandro Galeno Araújo Dantas – PPGCS-UFRN-SUPLENTE

A minha querida esposa, que esteve do meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida.

Agradecimentos

Em primeiro lugar dedico meus sinceros agradecimentos a meus pais, eles foram à base de sustentação de toda a minha existência, provavelmente sem o apoio e a dedicação que tive, eu não teria chegado sequer à inserção no “mundo científico”.

Meus agradecimentos de um modo muito especial a minha esposa, Gidelma O. Amaral Mendonça, que nos momentos de maiores dificuldades ajudou-me a encontrar o melhor caminho e contornar a situação, ela esteve do meu lado em todos os principais momentos que tive no mundo acadêmico, sempre muito paciente em ouvir meus problemas e as minhas angustias, por isso, se fosse possível, de um modo simbólico, gostaria de dividir com ela tudo aquilo que conquistei nessa longa caminhada no mundo científico.

Agradeço as orientações da professora Norma Missae Takeuti, que foram fundamentais para a realização deste trabalho. Professora do programa de pós-graduação em Ciências Sociais e Coordenadora do curso de mestrado Minter – UFRN/UNIT, ela soube, com muita humildade, sabedoria e competência, conduzir-me ao melhor caminho, ajudou-me desde os primeiros passos na feitura de minha pesquisa, além de sua experiência profissional, ela mostrou-me o quanto é uma pessoa de caráter e sensível com os problemas alheios, mas, sobretudo, demonstrou muito amor pela profissão de educadora. Por isso professora meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a todos os colegas do curso que me ajudaram nos grandes e pequenos acontecimentos na sala de aula, mas, sobretudo a Roberto Sousa Santos e Gladson de Oliveira Santos, que além de parceiros, foram verdadeiros amigos.

Meus agradecimentos a iniciativa de promoção do curso a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em nome dos Coordenadores Alexandro Galeno Araújo Dantas e Norma Missae Takeuti, bem como, a Universidade Tiradentes, em nome do professor Temisson José dos Santos, pois ambas as instituições realizaram o curso com maestria, seriedade e comprometimento humano.

Agradeço também a todos os professores do curso: Alexandro Galeno Araújo Dantas, Fernando Bastos Costa, Gabriel Eduardo Vitullo, Irene Alves de Paiva, João Bosco Araújo da Costa, José Antonio Spinelli Lindoso, José Willington Germano, Lisabete Coradini, Maria da

Conceição Xavier de Almeida, Norma Missae Takeuti e Orivaldo Pimentel Lopes Junior, que foram verdadeiros “mestres educadores”.

RESUMO

Nos últimos anos, as questões que envolvem a segurança pública têm obtido maior importância nos debates científicos, na mídia e no senso comum, pois indubitavelmente o sentimento de medo e insegurança, causado pelo aumento da violência de um modo global, tem se propagado como elemento de construção das representações sociais, tanto em níveis individuais, como também coletivamente. A violência é um fenômeno social existente nas manifestações humanas desde as sociedades mais antigas, ou seja, ela esteve presente em todos os períodos históricos, porém, de maneiras distintas no plano subjetivo e objetivo, possuindo a função de ser o elemento central no processo de modelação para formação do comportamento do indivíduo, tanto nas sociedades mais antigas como na sociedade moderna. Contudo, possui a característica peculiar de adquirir novos contornos à medida que os comportamentos individuais e coletivos são modificados na relação indivíduo-violência. Nesse sentido, as instituições que estabelecem a ordem a partir do controle da violência, têm suas representações sociais construídas no contexto de relações sociais impregnadas pelos elementos da violência, do medo e da insegurança, que deslocam o sentimento de insegurança subjetiva ou existencial para um plano concreto e objetivo, isto é, para o plano da insegurança física, no cotidiano das pessoas no mundo moderno. Assim, o objetivo deste estudo foi o de apreender a construção das representações sociais da população de Aracaju acerca da instituição policial e da figura do policial militar no contexto contemporâneo. Focamos nossa atenção apenas numa parte das instituições da ordem, que constituem o campo do aparato de segurança pública e defesa social de nosso estado.

Palavras-chave – Medo e insegurança, controle da violência, representações sociais da polícia militar.

ABSTRACT

In recent years, issues involving public safety have gained more prominence in scientific debates, the media, and common sense, because undoubtedly the feeling of fear and insecurity caused by the increase in violence overall, has spread like construction element of social representations, both in individual levels, as well as collectively. Violence is a social phenomenon existing in human manifestations, from the older societies, ie it was present in all historical periods, but in different ways in the subjective and objective, having had the task of being the central element in modeling process for the formation of individual behavior, both in older societies as in modern society. However, it has a peculiar feature of acquiring new contours to the extent that the individual and collective behaviors are modified in relation individual-violence. In this sense, the institutions that establish the order from the control of violence, have their social representations in the context of social relationships permeated by elements of violence, fear and insecurity, that shift the subjective feeling of insecurity, or existential, for a concrete plan and goal, namely to the level of physical insecurity in daily life in the modern world. The objective of this study was to capture the construction of social representations of the population in Aracaju on the police institution and the figure of the policeman in the contemporary context. We focus our attention only to the institutions of order, which constitute the field of the apparatus of public security and social protection of our state.

Keywords – Fear and insecurity, violence control, social representations of military police.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ANEXO A – Mapa da distribuição do policiamento em Sergipe -----	54
ANEXO B – Foto de Pipita em uma Delegacia -----	71
ANEXO C – O “Judas” sendo queimado no conjunto Castelo Branco, em Aracaju -----	73
ANEXO D: Pipita morre em troca de tiros com a polícia -----	75
APÊNDICE A – Fenômenos que contribuem para construção das representações sociais -----	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	11
CAPÍTULO I - ESTADO MODERNO, VIOLÊNCIA E SOCIEDADE -----	20
1. Breve reflexão sobre os paradoxos da modernidade -----	20
2. Estado moderno e controle da violência -----	26
CAPÍTULO II - A INSTITUIÇÃO POLICIAL MODERNA -----	35
1. Breve reflexão sobre a Polícia no Estado Moderno -----	35
2. A Instituição Policial Militar no Brasil -----	42
3. A Polícia Militar em Sergipe -----	48
4. Estrutura física e administrativa da polícia militar sergipana -----	53
5. Atividades da polícia militar em Sergipe -----	55
CAPÍTULO III - MEDO E INSEGURANÇA -----	59
1. O medo líquido moderno -----	59
2. Do retorno ao “cangaço” à disseminação do medo: no caso “pipita” -----	68
3. As transformações da cidade: medo e insegurança -----	79
3. 1. A cidade de Aracaju -----	82
3. 2. A relação da população de Aracaju com a cidade -----	86
4. Representações Sociais da Polícia Militar -----	91
CAPÍTULO IV – EXPLICITAÇÕES METODOLÓGICAS -----	103
1. “O policial pesquisador: dentro e fora das representações” -----	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	115
APÊNDICES -----	119
ANEXO -----	122

INTRODUÇÃO

As questões que envolvem a segurança pública têm adquirido significativa importância nos debates científicos e principalmente na mídia, pois indubitavelmente o sentimento de insegurança tem se propagado tanto em níveis individuais como também coletivamente. Nesse sentido, verificamos que com o crescimento da violência, principalmente nos centros urbanos, as pessoas buscam um sentimento de “comunidade”¹ há muito perdido, e assim acabam tentando construir sua própria “comunidade” através de um “enclausuramento” dentro das muralhas e cercas elétricas dos condomínios habitacionais, buscando cada vez mais a utilização de tecnologias com promessas de uma melhor segurança por meio de um verdadeiro aparato de segurança particular. Com isso, tentam encontrar aquilo que Bauman (2003) coloca em termos de maior “filiação comunitária”, uma “vida feliz”, ou seja, uma vida compartilhada, que fora perdida pela inserção no mundo moderno.

Para Neves (2007), um fator contemporâneo que contribuiu para a propagação de um sentimento de insegurança e que acabou tendo repercussões geopolíticas internacionais foram os atentados terroristas, principalmente o “11 de setembro”. Somada a isso, temos a crescente violência dos centros urbanos nos últimos anos. Para ele, a “politização” das discussões sobre a segurança pública tem atingido um crescimento sem precedentes na história, a saber: a temática da segurança acabou tornando-se central nas discussões e disputas políticas por todo o mundo.

Em Aracaju, como em outras capitais do país, a discussão sobre a temática da segurança tem adquirido maior amplitude na sua politização, não só nas discussões e disputas políticas, nos telejornais, na mídia impressa e na internet, como também nos momentos que as pessoas dedicam ao lazer. Em qualquer aglomerado humano é evidenciado que, a qualquer momento, entra em discussão um ato de violência que tenha sido noticiado pela imprensa ou que a própria pessoa tenha sofrido; assim, essa interpelação tende a se tornar um assunto importante naquele momento.

O aumento do sentimento do medo e da insegurança na população pode ser verificado na preferência popular por programas apresentados pela imprensa televisiva, bem como informações transmitidas pela imprensa escrita, pois ao dar prioridade à violência cotidiana, os programas divulgam a “cultura do medo”, o que transforma as pessoas em meros

¹ Este termo será mais bem discutido no capítulo III.

espectadores da resolução violenta de tais problemas sociais. Elas acabam acreditando que a solução para as questões da violência está no aumento da repressão policial, passando então a exigir das autoridades sanções mais “duras” e repressivas para os transgressores de normas sociais, ou a ter sentimentos de indiferença e com isso participando da acentuação individualizante, característica da nossa era moderna.

Para melhor compreendermos o aumento da violência nos centros urbanos, pensamos ser também necessário um olhar analítico das principais mudanças pelas quais passaram, nos últimos anos, os principais centros urbanos em nosso país, já que com o aumento da concentração populacional nessas cidades, verificou-se o aumento da violência. Segundo o IBGE (2009) ², a taxa de urbanização em Sergipe é de 82,7%. A proporção de domicílios urbanos no país, em 2007, alcançou 84,8%, comparada a 1997 (81,1%); esse valor apresentou um aumento de 3,7 pontos percentuais em 10 anos, refletindo o ritmo dessa urbanização.

Nesse cenário de insegurança, outro tema levantado tanto por estudiosos da área de segurança pública, quanto por segmentos diversos da sociedade civil, autoridades políticas e pela própria população, é a necessidade de uma melhor qualificação da polícia e maiores investimentos materiais para um desempenho mais eficiente e mais efetivo na condução da ordem e da segurança pública.

Notadamente, as denúncias realizadas pelos meios de comunicação, a exemplo dos telejornais, atribuem como um dos fatores do aumento da violência a ineficácia da polícia, como se não houvesse outros fatores como, por exemplo, a falta de políticas públicas (de saúde, educação, emprego, habitação etc.) que é verificada nos centros urbanos e, em grande parte, nas periferias urbanas e que estaria contribuindo para essas taxas de crescimento.

Nesse sentido, entende-se que é de fundamental importância, tanto para as ciências sociais como também para a sociedade, a compreensão da relação que se estabelece entre a

² Buscando melhor ilustrar o aumento do sentimento de insegurança na população, verificamos alguns dados fornecidos pelo IBGE: a taxa de homicídio no país mais que dobrou durante 20 anos, principalmente nos centros urbanos; a taxa de homicídio tem aumentado consideravelmente por todo o país, mostrando como tem aumentado a violência por todo o país. Entre 1980 e 2000, a taxa de mortalidade por homicídio cresceu 130%, passando de 11,7 por cada 100 mil habitantes para 27 por 100 mil. Os maiores índices estão nos estados de PE (54), RJ (51), ES (46) e SP (42). Se considerarmos apenas os homens, vítimas de homicídio, a taxa de homicídio cresceu 134% no mesmo período, enquanto em 1980, 21,2 a cada 100 mil homens morriam assassinados; em 2000, a proporção cresceu para 49,7 por 100 mil. Os homens jovens, de 15 a 24 anos, são os mais afetados: em 2000, 95,6 a cada 100 mil homens dessa faixa de idade morreram, vítimas de homicídio, sendo 71,7 em cada 100 mil (ou seja, 75%) mortos com armas de fogo. Em relação a 1991, cresceu em 46% a taxa de homicídios de homens jovens (era de 65,5 a cada 100 mil) e aumentou 95% a taxa dos homicídios realizados com armas de fogo (era de 36,8 por 100 mil, ou 56,2% do total). Em Aracaju, a taxa bruta de mortalidade é de 6%, ficando um pouco menor que a Bahia com uma taxa bruta de 6,13%; já em São Paulo, essa taxa é de 6,22%. Assim, verifica-se que a possibilidade da “morte” não é uma causa dos grandes centros metropolitanos, pois Aracaju, um centro regional não fica muito distante se levado em conta o índice de taxa bruta de mortalidade. (IBGE, 2009).

Polícia Militar e a sociedade aracajuana através de um estudo de sua representação social, de modo a perceber a relação existente entre representações e práticas sociais que, muitas vezes, são permeadas pela ação da violência, do medo e da “insegurança física”. Tal fato, de acordo com Bauman (2003), não seria senão o efeito de uma “insegurança existencial” atingindo pessoas nas sociedades contemporâneas³.

Nessa perspectiva, procuramos compreender como foram construídas as representações e práticas sociais no contexto da sociedade contemporânea, tendo como referência Moscovici (1978), Sá (1996), Coutinho (Org. et al., 2003), Guareschi e Jovchelovitch (Orgs.) (1995) e projetando nosso olhar analítico, mais especificamente, sobre a cidade de Aracaju. A obra de Moscovici (1978), “A representação social da psicanálise”, tornou-se uma referência no campo de estudo das representações sociais. Ele aborda, nessa obra em particular, como foi construída uma representação social acerca de uma ciência, para dar conta de como a representação é composta de figuras e de expressões socializadas. A abordagem da teoria da representação social, nessa perspectiva, se constitui num esteio para a nossa pesquisa, ao favorecer a compreensão de determinados aspectos até então menos abordados nos estudos sobre as polícias, como também, na articulação entre o individual e o coletivo. Para o referido autor, o social atua na elaboração das representações sociais dos indivíduos e estas mesmas representações interfeririam na elaboração das representações sociais do grupo dos quais esses indivíduos fazem parte.

Dentre os estudos sobre o papel do Estado e o controle da violência na sociedade moderna, destacamos alguns autores, a exemplo de Michel Foucault, Norbert Elias e Max Weber. Este último chama a atenção para a característica peculiar do Estado Moderno que é o monopólio da violência física e legítima. A própria formação da sociedade caracterizou-se pela formação e controle da violência, que se encontra inserido em suas estruturas. As guerras que ocorreram durante os séculos, na maioria das vezes, por territórios e espaços de poder promoveram diversas formas de violência, mas principalmente a violência física, o combate físico, a destruição do “inimigo”. A história nos confirma várias guerras realizadas entre as nações, por meio das inúmeras tragédias, guerras, genocídios e diversos conflitos sociais.

A violência é um fenômeno existente nas manifestações humanas, presente em todos os períodos históricos, porém, de maneiras distintas. No entanto, podemos dizer que há formas de violência que se extinguíram no cotidiano das sociedades humanas, bem como as formas de punição. No dizer de Michel Foucault (1996), o que mudou foi a forma de

³ Retomaremos este assunto, com maior acuidade, no cap. III.

aplicação da violência, antes aplicada ao corpo do condenado e, atualmente, aplicada a partir da reclusão e do isolamento social, que se constituem no principal fator da aplicação da punição.

A violência é um fenômeno social existente em diversas formas de relação social, por isso é tão difícil de ser conceituada. No entanto, nós mesmos somos controladores de nossa “vontade de violência”, na medida em que somos regulados, ao mesmo tempo em que nos regulamos em sociedade. Para Norbert Elias (1993), o indivíduo em sociedade, se sente obrigado a regular sua conduta de maneira uniforme e estável, exigindo-se uma autorregulação consciente, recolhendo suas inspirações nos códigos de conduta de cada sociedade, na medida em que mantém uma relação muito próxima com o monopólio da força física. As instituições estatais ligadas ao monopólio da violência, dentre elas as polícias, encontram-se assim ligadas ao processo civilizador, no qual o surgimento do Estado Moderno significaria um processo mais amplo de pacificação da população, que encontraria no autocontrole de suas paixões a razão para a existência em sociedade.

Temos, assim, como um dos focos de estudo, a compreensão de como a polícia tem sido levada a exercer a atividade “ostensiva” na aplicação de uma “vigilância” e como tal “ostensividade” tem seu efeito panóptico. Aqui, sem dúvida, as obras de Foucault nos serviram de suporte privilegiado e, mais particularmente, a obra “Vigiar e Punir” (1996). O panóptico, para Foucault, se baseia numa conexão de certeza, incerteza e hierarquia de poder. Na sociedade organizada, a posição dominante pertence àquelas unidades que tornam sua própria situação opaca e suas ações impenetráveis, ao mesmo tempo em que as mantêm claras para si mesmas, a exemplo da formação da burocracia Estatal. É às forças disciplinadoras exercidas em sociedade pelo Estado que Foucault compara a figura arquitetural panóptica de Bentham⁴ (FOUCAULT, 1996). Nesse sentido, podemos sugerir que a Polícia Militar exerce, em suas atividades laborativas de policiamento, a ostensividade, uma semelhança com os princípios básicos do modelo panóptico, na medida em que a presença do policial pode representar a sensação de vigilância.

O autor que contribui significativamente para a compreensão de nosso objeto de estudo é Zygmunt Bauman, concernente ao medo social e insegurança na atualidade: nele,

⁴ O Panóptico de Bentham se caracteriza em um sistema arquitetural de vigilância, constituído da seguinte forma: na periferia uma construção em círculo e no centro uma torre que tem a visão de todas as pessoas que se encontram nas celas na periferia do círculo, porém os indivíduos nas celas não podem e não conseguem ver o indivíduo na torre, enquanto a visão do indivíduo na torre é total, assim os indivíduos nas celas têm a sensação de uma constante vigilância, sem ao menos saber quem os vigia.

podemos encontrar uma discussão contemporânea sobre como a população desloca seu sentimento de *insegurança existencial* para um plano concreto e objetivo, isto é, para o plano da insegurança física. As ameaças ressentidas no âmbito da casa, das ruas, e no próprio corpo se potencializam a partir de um medo da diversidade das cidades cujo sentimento, por sua vez, se sustentaria no *medo do outro*, do qual o indivíduo procura afastar-se cada vez mais, porque ressentido como um “potencial inimigo”. Nessa linha de raciocínio estão em conta também outras contribuições ou ensaios científicos (NEVES, 1998; TAKEUTI, 1995, 1998; WIEVIORKA, 1997) que nos ajudaram a entender como os indivíduos procuram um sentimento de maior segurança neste mundo atual, na medida em que tentam produzir em seus cotidianos uma dita “filiação comunitária” ou elos de maior proteção nas relações sociais no mundo contemporâneo.

Como resultante da modernidade líquida, a incerteza, a insegurança e a falta de garantias geram no indivíduo uma ansiedade ainda mais aguda e penosa; qualquer que seja sua origem, as pessoas sob essa pressão buscam desesperadamente uma saída, e com o acesso às fontes da incerteza e da insegurança bloqueado ou fora do alcance, toda a pressão se deslocaria de modo a, finalmente, recair sobre a finíssima e instável válvula de segurança corporal, doméstica e ambiental. Como resultado, a segurança tende a ser unicamente sobrecarregada de cuidados e anseios, tornando-se uma sede perpétua por segurança que nenhuma medida prática poderia saciar. (BAUMAN, 2001: 207).

Na sociedade arcajuana, as pessoas percebem seus cotidianos de forma paradoxal, pois a cidade, ao mesmo tempo, é vista como segura e insegura, na medida em que elas afirmam ser bastante tranquila, preocupam-se com o crescimento da violência. A cidade de Aracaju, com pouco mais de um século e meio de existência, tem mostrado um crescimento acelerado em suas estruturas físicas, se comparada aos outros municípios. Por ser a capital do estado, ela concentra o polo econômico, administrativo e político do estado, o que acarretou uma migração populacional bastante acentuada nos últimos anos, tornando-a a cidade mais populosa do estado. Esse paradoxo permite-nos compreender que a produção da violência não requer um espaço específico para sua disseminação, pois os fenômenos da modernidade têm atingido toda parte, mesmo aqueles locais que resistem à sua penetração, o que tem provocado nas pessoas a sensação de incerteza, medo e insegurança.

Levando-se em consideração os conceitos de Bauman, tais como: *comunidade* (não constituível), *incerteza*, *medo e insegurança existencial*, presentes na subjetividade dos homens da modernidade, poderíamos afirmar que esses elementos acabam se objetivando nas

aspirações mais concretas do cotidiano das pessoas na cidade do mundo contemporâneo, na medida em que esses sentimentos são naturalizados, de modo a contribuir como alternativa para encarar e suportar a existência de forma mais agradável, eles podem, assim, se caracterizar como elementos centrais para construção das representações sociais. Igualmente, a obra de Caldeira (2000), *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, ajudou-nos a compreender as transformações ocorridas na cidade de Aracaju quanto ao fenômeno da violência, a partir da busca individual e coletiva por lugares mais seguros, ou por relações mais “comunitárias”.

No tocante às análises sobre as instituições policiais, estudamos as obras de Bayley (2001), Cathala (1975) e Monjardet (2002), dentre outros. Essas obras trouxeram contribuições ao estudo da conceituação da polícia e caracterização das propriedades específicas relacionadas à instituição policial moderna, pois algum tipo de policiamento sempre existiu desde que a aplicação da coerção física tenha sido legitimada pela sociedade. Além dos autores anteriormente citados para análise da Polícia Militar, em Sergipe a dissertação de Sousa (2008), *A violência da ordem: Polícia Militar e representações sociais sobre violência em Sergipe*, veio contribuir para o estudo específico da Polícia Militar de Aracaju, já que ele aborda a formação da representação policial a partir da análise de seu corpo físico.

Em nossa pesquisa buscou-se, justamente, identificar na representação da população o “conhecimento social” construído em torno da instituição policial de modo a verificar os seus desdobramentos na relação polícia-população.

O objetivo geral deste estudo foi o de apreender a construção das representações sociais junto à sociedade aracajuana na sua relação com a Polícia Militar no contexto contemporâneo. Mais especificamente, pretende-se: colocar em perspectiva a relação polícia-população e as transformações do mundo atual (desenvolvimento urbano; paradoxos de uma sociedade complexa – altas tecnologias de segurança e proteção e desenvolvimento do medo); verificar quais são as representações sociais da população aracajuana em relação à polícia, buscando averiguar os mecanismos de sua construção; avaliar o quanto a população conhece o trabalho policial e sua legal aplicabilidade.

Uma das hipóteses sobre a qual a pesquisa está focada organiza-se da seguinte maneira: haveria indícios de que a relação entre a sociedade e a polícia é permeada de uma relação de medo da violência praticada por determinadas figuras policiais; e verifica-se na população um descrédito quanto às instituições públicas de serviços e, particularmente, a instituição policial

militar tem sofrido desgaste na sociedade brasileira; haveria ambiguidade por parte da população aracajuana: ao mesmo tempo em que ela desacredita da instituição policial, ela recorre à própria instituição, mesmo quando permanece o sentimento de desconfiança na capacidade e competência da mesma em resolver os problemas; o resultado negativo da representação que a população aracajuana tem com relação à Polícia Militar se explicaria pela aplicabilidade que a polícia tem em exercer seu poder de forma coercitiva; a sociedade de Aracaju desconheceria o conjunto das funções das instituições de segurança pública, quer seja da Polícia Civil, quer seja da Polícia Militar, no âmbito estadual, o que acarreta uma solicitação equivocada de tais serviços, contribuindo para construção representativa negativa de tal relação.

Nossa abordagem de campo foi organizada nos seguintes procedimentos: além de uma revisão bibliográfica, analisamos algumas informações coletadas a partir de entrevistas junto à população aracajuana. As entrevistas foram o principal material empírico, capaz de nos ajudar a encontrar nosso principal objetivo, que foi o de identificar as representações construídas pela população acerca da instituição policial e da figura policial militar, pois dessa forma focamos nossa atenção apenas em uma parte das forças policiais que constituem o campo do aparato de segurança pública e defesa social de nosso estado.

O roteiro de entrevista foi aplicado de forma aberta de modo que permitiu aos entrevistados contribuir com nossa pesquisa a partir da expressão de seus sentimentos acerca da relação mantida com a Polícia Militar de Aracaju, bem como acerca de suas percepções e experiências sociais com o mundo atual. As questões serão apresentadas nos capítulos que se seguem neste estudo.

Os capítulos seguem uma dada ordem, por acreditarmos que esse formato possibilite um melhor entendimento da temática em questão: o **primeiro capítulo** aborda o tema da modernidade e suas consequências para o mundo atual, conhecendo melhor suas principais especificidades, como o Estado Moderno e o controle que este exerce em sua forma peculiar de legitimação da força física, características estas que se acentuaram na “modernidade tardia” ou “pós-modernidade”. Além disso, apresentaremos algumas discussões sobre as representações sociais, sua conceituação, principalmente na expressão de Moscovici (1978), buscando assim o entendimento entre o que se pode estabelecer entre a modernidade e o Estado Moderno, elementos considerados como a base para a compreensão das representações sociais modernas.

O **segundo capítulo** aborda a importância da instituição policial no mundo moderno. A partir da observação de alguns estudiosos do assunto, foi possível estabelecer alguns conceitos sobre a instituição policial e suas específicas atividades, a exemplo da legitimação do uso da força física, atividade central para descrever qualquer instituição policial no mundo moderno, à medida que o Estado foi legitimado ao exercício da força física através de suas instituições da ordem, assim, contudo, como aparelho executor da violência legítima do Estado ela, a polícia, pode ter sua principal função estabelecida que é a de garantir e manter a ordem social. Ainda no segundo capítulo, vamos abordar algumas características da instituição policial militar no Brasil e em Sergipe, assim como suas principais funções e atividades peculiares que, ao longo da história, têm contribuído para a construção de sua imagem frente às relações sociais.

No **capítulo terceiro**, sobre o medo e a insegurança, foi pretendido demonstrar as características e as transformações do medo e da insegurança no mundo moderno, de modo que se possa entender a relação ou a produção desses elementos a partir das transformações do mundo atual. Verificamos como as transformações da cidade e o aumento da violência puderam ser responsáveis por um crescimento sem precedentes do sentimento, do medo e da insegurança nos indivíduos, mesmo sendo essa sociedade considerada pela própria população como a mais segura até então. O que pode nos mostrar que o medo e a insegurança arraigados no sentimento da humanidade são responsáveis para a produção de suas representações que recaem, como em círculo, para a produção de novos medos e novos riscos que, seguramente, afirmamos serem os elementos responsáveis para a produção das representações sociais. Mais especificamente, para a produção do nosso objeto de estudo, qual seja, as representações sociais acerca da Polícia Militar de Sergipe. Abordamos também neste capítulo os sentimentos de medo e insegurança relacionados ao descrédito na instituição policial militar, sentidos pelos moradores de Aracaju, a partir da comparação de dois episódios vividos pelas pessoas em períodos históricos distintos. Em ambos os casos, os episódios foram usados como ilustração da propagação do sentimento do medo e da insegurança das pessoas, por causa da conotação que teve sua representação no imaginário popular e na mídia. Por fim, mostramos no último tópico deste capítulo, as representações sociais da Polícia Militar de Aracaju, construídas através de fenômenos subjetivos do mundo moderno que são objetivados através da transferência para seus cotidianos, ou seja, para uma insegurança física e, portanto, para a formação das representações sociais.

No **quarto capítulo**, intitulado “reflexões metodológicas”, foi desenvolvida a discussão concernente aos nossos passos metodológicos, explicitando o que foi realizado em campo empírico. Desenvolvemos uma reflexão relativa à implicação do pesquisador que é, ao mesmo tempo, engajado em atividades junto a uma instituição policial e junto à academia científica. Assim, foi possível relacionarmos as dificuldades encontradas para o cumprimento do objetivo da pesquisa científica, já que ao estudar o tema sobre as representações sociais acerca da Polícia Militar de Sergipe, colocamos-nos, de modo paradoxal, na medida em que fazemos parte da profissão de policial há doze anos e ao mesmo tempo em que realizamos a pesquisa sobre a Polícia Militar através das ciências sociais, de modo que se fez necessário conciliar o pesquisador com o policial (distanciamento e aproximação necessários). Em momentos distintos fomos capazes de entender esses distanciamentos e aproximações que se fizeram necessários para conseguirmos uma reflexão mais objetiva.

Por fim, chegamos às considerações finais, onde apresentamos as conclusões encontradas para a pesquisa, as quais são fundamentadas em resultados e discussões concernentes ao nosso objeto de estudo.

CAPÍTULO I - ESTADO MODERNO, VIOLÊNCIA E SOCIEDADE

1. Breve reflexão sobre os paradoxos da Modernidade

Para explicar o surgimento da modernidade, escolhemos o termo “descontinuidade”, pois a história das manifestações humanas é marcada por descontinuidades, ou seja, ela jamais possuiu uma forma única de desenvolvimento. Uma das características de sua descontinuidade está no fato de não ser possível ser explicada unicamente por qualquer teoria, seja ela Positivista, Marxista ou Evolucionista. O que se verifica são rupturas associadas ao próprio cerne da modernidade que não podem ser explicadas unicamente por qualquer teoria epistemológica.

Para Giddens (1991), o século XX apresenta um limiar para uma nova era, à qual as ciências sociais podem responder e nos levar para além da modernidade. Uma variedade de termos é sugerida para explicar essa transição. Tais termos se referem à emergência de um novo período: pós-modernidade, pós-modernismo, sociedade pós-industrial e assim por diante, todos eles apontando para um novo sistema social na história da humanidade. Esses debates se concentram principalmente nos debates sobre as transformações institucionais. Precisamente, sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na produção de manufaturas para outro baseado na produção de informação. Assim, define-se a pós-modernidade por um deslocamento das tentativas de fundamentar a epistemologia e a fé no progresso planejado humanamente. Seria o fim da narrativa da humanidade, de onde tínhamos um passado definitivo e um futuro previsível. A perspectiva de uma pós-modernidade aponta para uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não teria um lugar privilegiado. Para o autor, em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos passando por um período em que as *consequências da modernidade* estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. (LYOTARD apud GIDDENS, 1991, p. 12)

Os modos de vida da modernidade nos libertam de qualquer tipo tradicional de ordem social. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações deste período são bem mais profundas do que as dos períodos precedentes, pois serviram para

estabelecer reformas nas interconexões sociais que cobrem o globo. Em termos intencionais, elas alteraram algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. É claro que existem continuidades entre o tradicional e o moderno, porém, as mudanças ocorridas são mais significativas, principalmente durante os quatro últimos séculos de nossa história. (GIDDENS, 1991, p. 14)

Outra característica da modernidade se encontra na natureza das instituições modernas, algumas formas sociais modernas não se encontram em períodos históricos precedentes, a exemplo do Estado-nação, ou a completa transformação em mercadoria de produtos e do trabalho assalariado. Outras instituições foram apenas transformadas de uma forma pré-existente para formas bem mais complexas. É o caso das cidades, que perpassaram um longo período histórico e que na modernidade ganharam suas atuais características com o urbanismo moderno. Nesse sentido, a polícia tem sua história anterior ao fenômeno da modernidade, conquanto é a partir da modernidade que ela ganha suas características específicas, as quais verificamos em sua atualidade.

O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua extensibilidade em proporções mundiais criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem uma existência segura e gratificante do que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas, produziu também um lado sombrio, que se tornou muito mais aparente no século atual. Por um lado, ela significou a libertação da humanidade das antigas obrigações servis de produção, para uma aplicabilidade das forças de trabalho nas fábricas. Porém, tanto Durkheim e Marx, quanto Weber, viram que a produção industrial trazia seu lado paradoxal e, portanto, o lado sombrio, na medida em que o trabalho industrial trouxera também seu lado degradante, submetendo os seres humanos à disciplina de um labor maçante e repetitivo, completamente desumano.

A modernidade, pelo seu caráter descontínuo, passou por diversas mutações em suas estruturas. Para Bauman (2001), ela passa de uma fase pesada/sólida/condensada impregnada da tendência ao totalitarismo para uma fase líquida/leve/fluida. A antiga modernidade, sendo ela pesada, era obcecada pela ordem, com suas normas institucionais e regras habituais, atribuições e deveres bem supervisionados. Constituíam-se numa era da vigilância, estando dentre os ícones dessa era a *fábrica fordista* e o *modelo panóptico*. Este último permitia um controle sistemático das atividades humanas, através da vigilância exercida pelos supervisores em suas torres de controle, sobre os internos que sempre eram vigiados. Já o modelo fordista era um aprimoramento do panóptico, pois através da semelhante vigilância reduzia as

atividades humanas a movimentos sistemáticos, simples e rotineiros bem determinados, destinados a serem obedientes e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais em suas atividades, proibindo a espontaneidade e a iniciativa individual.

A segunda modernidade, a dita “modernidade fluida”, teria soçobrado esses dois modelos, tanto o fordista quanto o panóptico, para a instauração da mais completa individualidade humana. Não se trata de as pessoas terem passado a uma total liberdade para realizarem o que quisessem sem serem fiscalizadas, e sim um tipo de liberdade que significava uma maior despolitização social. Essa mudança não pode ser explicada meramente por referência à mudança na disposição do público, à diminuição do interesse pela reforma social, do bem comum, à decadência da popularidade do engajamento político, ou à aproximação nas relações sociais. As causas da mudança teriam conotações mais profundas que características contemporâneas: estariam enraizadas na profunda transformação do espaço público e, de modo mais geral, no modo como a sociedade moderna opera e se perpetua.

Para a sociedade que entra no século XXI não são observadas mudanças substanciais para que ela seja tão moderna quanto à do século anterior. O máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que faz dela moderna e diferente da anterior é a forma de convívio humano: compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável, insaciável sede de destruição criativa ou de criatividade destrutiva, com ideia de limpeza de lugares em nome de um novo e aperfeiçoado projeto; como também, de desmantelamento, de corte, de desatamento, com o intuito de reunir tudo isso em nome da produtividade ou da competitividade. (BAUMAN, 2001, p. 36)

Ainda segundo o autor, duas mudanças fazem nossa forma de modernidade ser considerada nova e, assim, diferente da anterior. A primeira está no colapso da antiga ilusão moderna: da crença de que há um fim do caminho, um estado de perfeição a ser alcançado, como um tipo de sociedade boa e justa, sem conflitos: do firme equilíbrio das relações comerciais; da ordem perfeita, em que tudo é colocado em seu devido lugar; das coisas humanas que se tornam totalmente transparentes porque se sabe que tudo deve ser sabido; do fim da contingência, disputa, ambivalência e consequências imprevistas das iniciativas humanas. A segunda mudança é a desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres modernizantes. O que costumava ser considerada uma tarefa para a razão humana, vista como dotação e propriedade coletiva da espécie humana, foi fragmentada através da individualização, com a autoafirmação do indivíduo, justificando-se no deslocamento do quadro de uma “sociedade justa” para a afirmação dos “direitos humanos”, isto é, voltando o

foco daquele discurso ao direito de os indivíduos permanecerem diferentes e de escolherem à vontade seus próprios modelos de felicidade e de modo de vida adequado.

Não podemos nos enganar, tanto na modernidade líquida quanto na modernidade sólida, a individualização foi uma fatalidade, não uma escolha. Na era da liberdade individual de escolher, a opção de escapar da individualização e de se recusar a participar do “jogo” da individualidade está decididamente fora da jogada. Este é um dos paradoxos da modernidade, a liberdade alcançada trouxe aos homens modernos a responsabilidade por seus atos, como por suas próprias consequências: agora, se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram decididos e industriais para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, a causa é porque não aprenderam a passar por entrevistas, ou não estavam suficientemente preparados, ou porque não estão seguros sobre as perspectivas de carreira; e se agoniam sobre o futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender e dominar. (BAUMAN, 2001, p. 43)

Por outro lado, a individualização está na corrosão e na lenta desintegração da cidadania. Na modernidade, as pessoas conheceram uma individualização sem precedentes, mas esta lhes trouxe também a tarefa de enfrentamento de suas consequências. O abismo que se abre entre o direito à autoafirmação e à capacidade de controlar as situações sociais que podem tornar essa autoafirmação algo factível ou irrealista, parece ser a principal contradição da modernidade fluida, contradição esta que temos a obrigação de aprender a manejá-la coletivamente. Pode-se supor que o abismo em questão cresceu precisamente por causa do esvaziamento das instituições públicas e, portanto, do próprio espaço público.

Para os indivíduos, o espaço público não é mais que uma tela gigante em que as aflições privadas são projetadas sem cessar, sem deixarem de ser privadas ou adquirirem novas qualidades coletivas no processo da ampliação: o espaço público é onde se faz a confissão dos segredos e intimidades privadas. Os indivíduos retornam de suas idas aos espaços públicos reforçados em sua individualidade e convictos de que o modo de como levam sua vida é o mesmo de todos os outros indivíduos como ele, enquanto isso, sabem que, também como os outros indivíduos, dão seus próprios tropeços e derrotas neste processo. (BAUMAN, 2001, p. 47)

Com relação aos poderes proporcionados pela individualização, seu local ideal de propagação, para Simmel (2006), é a cidade moderna, nela os indivíduos adquirem o sentimento extremo de suas individualizações. De forma semelhante, Bauman (2001) diz que o local ideal para a individualização constitui-se no espaço público: os princípios estratégicos

favoritos são fuga, evitação e descompromisso. E, dessa forma, o espaço público ou a “cidade”, no dizer de Simmel, está cada vez mais vazio de questões públicas, deixa de desempenhar sua antiga função de lugar de encontro para o diálogo das questões privadas e questões públicas. Simultaneamente a essa questão, os indivíduos estão se transformando em depósitos da amargura protetora da cidadania e, cada vez mais, expropriados de suas capacidades e interesses de cidadão. Para Bauman (2001), o *indivíduo de Jure* não pode se tornar *indivíduo de facto*, sem antes tornar-se cidadão, pois não há indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma, e a autonomia da sociedade requer uma autoconstituição deliberada e perpétua, algo que só pode ser uma realização compartilhada de seus membros.

Conforme Sousa (2008), o que se espera do poder público atualmente é a aplicação dos “direitos humanos”, isto é, que se permita que cada um siga seu caminho escolhido, protegendo a segurança de seus corpos e posses, trancando criminosos reais ou potenciais nas prisões e mantendo as ruas livres de assaltantes, pervertidos, pedintes e todo tipo de pessoas que possam causar algum tipo de incômodo nas relações sociais.

Poderíamos encontrar diversas observações que argumentem que a crença na conspiração dos outros contra nós não é uma novidade. Seguramente isso atormentou certos homens em todos os tempos e em todos os cantos do planeta. Nunca, e em nenhum lugar, faltaram pessoas prontas a encontrar uma lógica para sua infelicidade, frustrações e derrotas humilhantes, atribuindo a culpa a intenções malévolas, mal-intencionadas e a planos alheios. O que é novo é que são os “assaltantes”, juntamente, com os “vagabundos e outros desocupados”, pessoas estranhas, que levam agora a culpa, representando o “diabo, maus espíritos, duendes, mau-olhado, gnomos malvados, bruxas ou comunistas embaixo da cama”. Se as “falsas vítimas” podem gastar a credibilidade pública é porque “assaltante” já se tornou um nome comum e popular para o medo ambiente que assola nossos contemporâneos; e assim, a ubiquidade dos assaltantes tornou-se crível, e o temor de ser assaltado, amplamente compartilhado. Ocorre então, uma politização contra tal ameaça, a ponto da propagação imediata para os sentimentos de medo generalizado, que encontra seu lugar propício no espaço público, espalhando-se a ideia de insegurança. (BAUMAN, 2001, p. 110). Essas reflexões corroboram diretamente com as reflexões que teceremos em torno da população aracajuana e sua relação com a representação policial, sobretudo, no capítulo III. Desde já, podemos avançar nessa pista, com Bauman (2001) que define as dimensões dos medos institucionalizados na vida urbana: as comunidades podem ser definidas por suas fronteiras vigiadas de perto por guardas armados para controlar a entrada; “assaltante e vagabundo” são

promovidos à posição de inimigo número um; compartimentação das áreas públicas em enclaves “defensáveis” com acesso seletivo; separação no lugar da vida em comum.

Nesse contexto da globalização, marcado pela fragilização das relações sociais, a violência e a insegurança assumem contornos que se associam às condutas de determinados grupos marginalizados que percebem na violência uma forma de se alcançar o reconhecimento e visibilidade para suas demandas legítimas, como é o caso das manifestações violentas observadas nos jovens descendentes de imigrantes dos subúrbios na França. Então, com a diminuição do papel do Estado nas políticas de bem-estar social, a violência, o medo e a insegurança assumem a base de afirmação da representação social de grupos. Ela assume um caráter de uma subjetividade negada, infeliz, frustrada, que é expresso pelo indivíduo que não pode existir enquanto tal, ela é a voz do sujeito não reconhecido, rejeitado e prisioneiro da massa desenhada pela exclusão social e pela discriminação em todas as formas. (WIEVIORKA, 1997, p. 37)

Para Sousa (2008), se a violência se articula a demandas comunitaristas de reconhecimento social dos “despossuídos”, frente a um cenário crescente de exclusão, ela é também a resposta mais recente dos governos diante das “ameaças” que esses grupos podem representar contra o Estado. A resposta de diferentes governos, em todo mundo, tem sido um maior endurecimento das ações das agências policiais, como uma política que privilegia o combate a desordem. Esse é um fenômeno crescente, quer seja em países desenvolvido ou não, que vem se ampliando desde os ataques terroristas verificadas nos Estados Unidos em 2001.

Tal perspectiva se evidencia no processo de modernização dos Estados, relacionada, quase que exclusivamente, aos índices de violência com a formação das relações sociais, e consequentemente à incapacidade do Estado em assegurar o controle da violência.

Em continuidade a essa discussão sobre a violência em sociedade, o próximo tópico apresenta algumas discussões em curso sobre o tema da violência relacionado ao conceito de Estado Moderno, de modo a ressaltar a tensão existente na regulação social e o contexto nos quais a violência é empregada. Pretende-se, portanto, discutir o papel do Estado Moderno no controle legítimo da violência, a fim de verificar o caso do Brasil e da violência institucional com seus aspectos, que historicamente têm se apresentado como um dos traços da fragilidade do Estado em promover a segurança à população, ou como responsável pelo que poderíamos chamar de perda de legitimidade assentada num quadro de naturalização da impunidade, na descrença e insegurança generalizada no meio social. Dessa forma, apresenta-se como

percurso, a discussão sobre o conceito de Estado Moderno e os seus contornos, concentrando-se, em seguida, nas singularidades de sua formação, com destaque para as discussões organizacionais da Polícia Militar enquanto ferramenta de execução da violência legítima do Estado.

2. Estado Moderno e o controle da violência

Para entendermos o significado do Estado Moderno, é preciso, antes de tudo, e sem dar qualquer prioridade às teorias que discutem essa temática, conceituar o que foi o capitalismo e o que ele representou na formação dos Estados contemporâneos.

Giddens (1991) observa que o capitalismo é um sistema de produção de mercadorias, centrado na relação entre propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade; tal relação formando um eixo principal de um sistema de classes. O empreendimento capitalista depende da produção para mercados competitivos, os preços sendo sinais para investidores, produtores e consumidores. Já o industrialismo, representa um momento de efervescência das atividades do capitalismo, que pressupõe a organização social regularizada da produção, no sentido de coordenar a atividade humana, as máquinas e as aplicações da matéria-prima dentro das fábricas, mas também representou uma mudança no cotidiano da sociedade (aspecto que toca diretamente nosso objeto de estudo).

Para esse autor, uma sociedade capitalista é uma “sociedade” somente porque é um Estado-nação. O sistema administrativo do Estado-nação, e dos Estados Modernos, de um modo geral, deve ser analisado em termos de controle que ele possui sobre seu respectivo território, pois nenhum Estado pré-moderno foi capaz de produzir um sistema administrativo tão complexo quanto o do Estado-nação.

A complexa administração do Estado-nação depende do grau de desenvolvimento dos aparatos de vigilância que ele possui. A vigilância se refere à supervisão das atividades da população. A supervisão pode ser direta nas instituições públicas, a exemplo de prisões, escolas e hospitais, como pode ser indireta e baseada no controle da informação.

Outra característica do Estado-nação é o controle dos meios de violência. A violência do poder militar foi sempre um traço central das civilizações pré-modernas. Contudo, o centro

político nunca foi capaz de assegurar o monopólio dos meios de violência dentro de seus territórios. O monopólio bem sucedido dos meios de violência dentro de suas fronteiras territoriais é uma característica específica do Estado moderno, e esse monopólio repousa sobre a manutenção secular de novos códigos de lei criminal, mais o controle supervisorio dos desvios dos agentes sociais.

Em Elias (1993), temos a tese de que o indivíduo em sociedade, cada vez mais se sente obrigado a regular a conduta de maneira uniforme e estável, exigindo-se uma autorregulação consciente e uma regulação ao outro e pelo outro. Regulação essa que recolhe suas inspirações nos códigos de conduta de cada sociedade. Os modelos de autocontrole, pelos quais são moldadas as paixões, variam de acordo com os papéis que cada indivíduo exerce em sociedade, pois cada indivíduo representa nessa cadeia de representações sociais uma função diferenciada, em diferentes setores do mundo ocidental. Assim, o autocontrole torna-se um fenômeno complexo, porém necessariamente estável. A estabilidade do autocontrole mantém uma relação muito próxima com o monopólio da força física e estabilidade dos órgãos centrais da sociedade.

Para conceituar o Estado Moderno, recorreremos à definição de Weber (1999), pois para ele a especificidade do Estado Moderno se encontra em sua característica peculiar de legitimação da coação física, mas a coação não é o meio normal ou o único do Estado, porém o seu meio específico. No passado, as associações políticas mais diversas, anteriores ao Estado Moderno, já conheciam a coação física como meio perfeitamente normal. Atualmente, o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de seu território, reclama para si o monopólio da violência legítima, pois em sua característica específica, todas as pessoas ou associações somente possuem o “direito” de exercer a coação mediante permissão do Estado. Para Weber, o Estado moderno é uma associação de dominação institucional que se caracteriza numa relação de dominação de homens sobre homens, apoiada na coação legítima. Para que essa dominação seja legítima, é preciso que as pessoas dominadas se submetam à autoridade invocada pelos agentes do Estado.

De maneira que, para Anderson (2004), a emergência do Estado moderno teria ocorrido na Europa Ocidental na passagem do feudalismo ao capitalismo. As crises econômicas e sociais ocorridas no Ocidente Europeu nos séculos XIV e XV marcaram os limites da sociedade feudal e estabeleceram os parâmetros para a ascensão de uma sociedade estatal. O Estado absolutista representou uma ruptura decisiva com o sistema feudal, estabelecendo uma nova forma de propriedade e, portanto, de economia e política. Assim

constituir-se-ia, enquanto consequência dessa passagem, uma troca da frágil proteção negociada individualmente por uma proteção institucionalizada através da polícia, por elementos treinados para garantir a existência de um Estado centralizado.

Conforme Elias (1993), a institucionalização do Estado tem, em sua prioridade, o controle monopolista da violência física, da arrecadação de tributos necessários para a centralização, que possibilitem um desenvolvimento da organização dos grupos sociais. Só o representante do Estado, encarregado de promover a “ordem social”, tem o direito legal de usar a força física contra os indivíduos. O Estado, portanto, detém o monopólio da violência e os indivíduos que não seguirem as disposições legais, ou seja, praticarem violência contra outros indivíduos, serão punidos pelo Estado através de suas instituições criadas para manter a ordem social.

A sociedade moderna se caracteriza em meio a uma centralização política e administrativa através do Estado, esse instrumento legitimado pela sociedade reúne para si as características de controle da violência, ou seja, em seu funcionamento requer o controle da coação física. Contudo, a representação do Estado recebe legitimação social a partir da institucionalização de suas forças e instrumentos. Nesse papel está a polícia como instrumento de vigilância e controle da violência social, para que, dessa forma, o Estado possa assegurar os direitos individuais de seu corpo social.

Os indivíduos, em sociedade, vivem um constante processo de adaptação e mudanças. É nesse ponto que Elias (1993) nos apresenta uma direção para pensarmos a respeito do aspecto central da mudança no padrão de conduta social, que podemos identificar no decorrer dos séculos, ou seja, a mudança da estrutura psicológica e comportamental dos indivíduos está decisivamente associada às mudanças estruturais da organização social.

Historicamente, a própria formação da sociedade caracterizou-se pela formação e controle da violência, que se encontra inserida em suas estruturas, com desdobramentos ao nível dos comportamentos sociais. Igualmente, as guerras que ocorreram durante os séculos, na maioria das vezes por territórios e espaços de poder, promoveram diversas formas de violência, principalmente a violência física, o combate físico, a destruição do “inimigo”. A história nos confirma várias guerras realizadas entre nações, ocasionando inúmeras tragédias, guerras, genocídios e diversos conflitos sociais.

A violência é, portanto, um fenômeno existente nas manifestações humanas, presente em todos os períodos históricos, porém, de maneiras distintas. Podemos dizer que há formas de violência que se extinguiram no cotidiano das sociedades humanas.

Em vista dessas mudanças, o que tem ocorrido em relação ao controle das violências? Historicamente, observam-se mudanças no sistema penal. Com maestria, Foucault, em *Vigiar e Punir* (1996), nos apresenta a grande mudança que teria ocorrido, principalmente a partir do século XVIII (nos séculos anteriores há todo um processo de controle das “novas violências” – atreladas ao capitalismo nascente – em gestação). Por exemplo, os rituais de suplício por que passaram os condenados pelo Estado francês até o limiar do século XVIII, como ele destaca, e que já não são mais realizados, nessa mesma sociedade, a partir de então. Ainda na França do século XVIII, o condenado passava por humilhações e torturas em praça pública, antes de ser sacrificado pelo carrasco (representante do Estado), e cujo evento era submetido a toda sociedade. O condenado passa, no século XIX, a ser punido pelo Estado de maneira diferente, ou seja, não há uma aplicação violenta ao corpo do condenado: a reclusão e o isolamento social constituem-se no principal fator da aplicação da punição.

Com a força de um sistema punitivo a sociedade conseguiria se proteger dos problemas que envolvem a violência. Vimos com Elias (1993) que os indivíduos conseguem estabelecer um maior grau de interação social estável e sintonizada desde a infância, compreendendo e aprendendo como se proceder em sociedade, com um padrão estabelecido de autocontrole. Foucault (1996) diria sobre isso que o poder individualizante que leva à internalização das normas sociais “pacificaria” os indivíduos numa sociedade normalizada. Evidentemente que temos no horizonte foucautiano a ideia da resistência coextensiva ao poder, no entanto, estamos focados, neste momento, nas teses que nos mostram que só na combinação entre o autocontrole individual e o monopólio da força física (num sistema penal estatal), a sociedade adquire um grau maior de “automatismo”. Essa seria uma ideia mais clara a Elias (1993), para quem existiria dois tipos de controle da violência em sociedade: um que pertence ao próprio indivíduo e é construído a partir de seu crescimento como homem em sociedade, sofrendo as influências das representações sociais estabelecidas; outro, pertencente ao Estado para regular as leis em sua totalidade em proveito da sociedade: é nele que ocorre a concentração das armas nas mãos de homens sob uma autoridade. A polícia é um exemplo desse controle externo, voltado para o controle de homens desarmados. Contudo, nos espaços sociais pacificados, os próprios indivíduos passam a controlar suas próprias violências, mediante precaução ou reflexão.

O processo civilizatório, sugerido por Elias (1993), é algo que aconteceu sem que fosse necessária uma fundamentação racionalista, através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. Diz ainda ele, “a coisa aconteceu”, de um modo geral, sem

planejamento, mas nem por isso sem um tipo de ordem. Dessa ordem, se encontra o controle efetuado por terceiros na regulamentação da sociedade, as atividades humanas consideradas “animalescas” são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de um sentimento moralmente vergonhoso para que surja instintivamente um sentimento de autocontrole generalizado entre os indivíduos de uma sociedade. Para o autor, as relações de interdependência que se percebem nas sociedades surgem de maneira diferenciada, numa ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. Essa ordem repleta de impulsos e anelos humanos interligados determina o curso da mudança histórica e o processo civilizador, portanto, não é um processo “razoável”, nem “racional”, como também não é irracional, mas possui uma autonomia relativa.

As instituições estatais ligadas ao monopólio do uso da violência, dentre elas as polícias, encontram-se assim ligadas ao processo civilizador, no qual o surgimento do Estado Moderno significaria um processo mais amplo de pacificação da população, que encontraria no autocontrole de suas paixões a razão para a existência em sociedade.

Vale ressaltar que neste cenário das relações sociais a polícia exerce um papel de suma importância, visto que carrega uma responsabilidade de controle da ordem social nos seus aspectos mais físicos. Para a sociedade, a execução de um projeto de controle da ordem social se faz necessário, além do autocontrole consciente do indivíduo, o qual é, para Norbert Elias (2003), um mecanismo que previne transgressões do comportamento socialmente aceitáveis, mediante o medo da punição, precisamente porque este mecanismo opera cegamente regulado pelo direito. Nesse sentido, vemos no papel desse mecanismo as forças policiais.

A tecnologia política surgida, sobretudo a partir do século XVIII se apoia em uma técnica para constituir efetivamente os indivíduos como elementos correlatos de um poder e de um saber (Foucault, 1996). O indivíduo é uma “peça” de constituição da sociedade, mas é também uma realidade fabricada por uma tecnologia política chamada disciplina. Essa força disciplinadora foi constantemente, utilizada para regulação da sociedade em estado de emergência, tanto para conter uma epidemia, quanto para estancar explosões de violência. Assim, foi organizado um sistema de vigilância envolvendo toda a sociedade. Esquemas diferentes foram surgindo no século XIX, aplicados como processos de exclusão dos indivíduos indesejáveis, como forma de individualizar os excluídos através de asilo psiquiátrico, penitenciárias, casas de correção e estabelecimento de educação vigiada. De um modo geral, todas as instâncias de controle individual funcional. É às forças disciplinadoras

exercidas em sociedade pelo Estado que Foucault compara a figura arquitetural panóptica de Bentham⁵. (FOUCAULT, 1996)

A partir do modelo panóptico de Jeremy Bentham, Foucault analisa a coletividade estruturada e organizada, estando o poder em condição de uma situação opaca com ações impenetráveis aos “forasteiros”, ao mesmo tempo em que as mantêm claras para si mesmo. Para ele, o fator decisivo desse poder que o supervisor oculto na torre central do panóptico exerce sobre os prisioneiros mantidos nas alas em seu redor é a combinação da constante visibilidade da torre central com a invisibilidade dos internos. O Estado Moderno tinha que mapear o espaço de modo facilmente legível para a administração estatal, embora fosse contra a natureza das práticas locais, despojando os “locais” de seus meios bem dominados de orientação e, portanto, confundindo-os, ocasionando uma “guerra pelo espaço”. Assim, os medos de outrora, que se concentravam nas fortificações das cidades, concentram-se hoje na proteção do inimigo interno, correspondendo às fortificações do próprio lar dentro da cidade.

Associada a esse processo de constituição do Estado Moderno, a questão se intensificou no tema da segurança, sendo tratada como central nas questões dos cidadãos comuns e dos governos. A ideia do Estado como entidade detentora do monopólio da violência contribuiria para animar a ansiedade dos cidadãos frente à possibilidade de serem vítimas de julgamentos longos e com resultados que oscilavam conforme os interesses e caprichos dos julgadores.

Segundo Souza (2008), a concepção de segurança como uma atividade fundamental de responsabilidade do Estado significou o início de um período de grande importância que trouxe como consequência direta a defesa dos direitos conquistados, mudança que trouxe como mecanismos de poder das elites e a fixação do Estado como autoridade supostamente presente nos diferentes aspectos da vida dos indivíduos. O tema da violência e, portanto, da segurança passou então a constituir um elemento definidor da própria condição do Estado.

Mas, completemos essa visão com aquela que toma a modernidade implicada no dualismo entre a razão e a cultura, entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo. Nesse sentido, observa-se uma fragmentação dos espaços políticos e de uma distorção do espectro geral da violência a partir de suas dimensões políticas. A violência se encontra instalada no

⁵ O Panóptico de Bentham se caracteriza em um sistema arquitetural de vigilância, constituído da seguinte forma: na periferia uma construção em círculo e no centro uma torre que tem a visão de todas as pessoas que se encontram nas celas na periferia do círculo, porém os indivíduos nas celas não podem e não conseguem ver o indivíduo na torre, enquanto a visão do indivíduo na torre é total, assim os indivíduos nas celas têm a sensação de uma constante vigilância, sem ao menos saber quem os vigia.

espaço político, mas também em dimensões sociais mais simples no cotidiano dos indivíduos. (WIEVIORKA, 1997. p. 29)

Numa perspectiva próxima, Bauman (1999) toma a sociedade à qual pertencemos como a que, em vez de homogeneizar as relações e condições humanas, distancia e promove um isolamento social característico aos que se tornam inconvenientes ou “forasteiros”. Esses inconvenientes se encontram do lado de fora das grandes fortificações construídas pela elite para sua autodefesa. As pessoas que são excluídas desse “local privado”, pertencentes a um determinado grupo, são costumeiramente pressionadas a criarem seus próprios “guetos”, usam para isso qualquer material que lhes possam identificar: rituais, ruptura de regras e desafios à lei. Com isso, ao Estado Moderno, antes gestor da economia, restou o encargo de gerir a segurança pública, ou seja, gerir o distanciamento existente entre as pessoas, não de forma a diminuir essa diferença, mas de colocar os “inconvenientes” de fora do convívio social. Em vez da união, o evitamento e a separação tornaram-se as principais estratégias de sobrevivência nas metrópoles contemporâneas.

Bauman (1999) nos mostra assim – diferentemente de Weber, para quem o Estado é o agente que reivindica o monopólio dos meios de coerção e o uso deles em seu território soberano – um alerta contra o hábito de confundir o Estado com o poder social enquanto tal: o Estado é uma entidade separada da coletividade e instituída de modo tal a garantir a permanência dessa separação, referindo-se a uma forma específica de distribuir e condensar o poder social. Devendo se referir ao “Estado” para os casos em que ele é instituído na forma de aparelho de Estado, uma burocracia. Em outras palavras, uma organização hierarquizada com suas áreas de competência delimitadas. Com a desestruturação do mundo dividido em dois blocos: capitalismo e socialismo, que fora até outrora, depois da superação dessa cisma, o mundo teria perdido sua totalidade, à semelhança de um campo de forças dispersas e diásporas que se reúnem em pontos que não se pode prever e com impulso tal sem que ninguém saiba como pará-las.

O autor segue a sua análise crítica colocando que a nação-Estado, com sua base material fragilizada, a manutenção da economia, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, torna-se um mero serviço de segurança para atender às necessidades das mega-empresas. Ao Estado restou a força necessária para manter bem distinta a separação que há da sociedade em respectivos espaços: aos “locais”, permitem-se as condições para que estes permaneçam em seus respectivos locais e aos “globais”, permite-se um fluxo de “viagens” que atravessam o espaço e o tempo em frações de segundos, pois a estes são dadas

as condições necessárias às suas “viagens”, muitas vezes sem precisar se deslocar com o corpo; realizam suas tarefas econômicas a partir do “mundo virtual.

O que podemos reter dessas análises é que os Estados Modernos têm dado demonstrações de enfraquecimento no controle da violência. É o caso da violência e da insegurança que reinam em países como os Estados Unidos e não mais somente em países do Terceiro Mundo: o aumento de uma violência de base racista e xenófoba, na Alemanha ou na Grã-Bretanha, fenômeno que, em alguns anos, teve um crescimento preocupante. Conclui-se que a *mundialização da economia*, e suas ligações diretas com a fragmentação cultural e social, contribui para a *mundialização da violência*, com suas formas fragmentárias. (WIEVIORKA, 1997, p. 17).

Takeuti (2002) analisa a violência enquanto um fator social existente em várias sociedades, como a que sempre esteve inserida em qualquer padrão de sociabilidade. O que difere é a relação dos homens com ela, de acordo com o tipo de sociedade. A violência, nas sociedades antigas e primitivas, ganha conotações diferenciadas se comparadas à violência da sociedade contemporânea: para as primeiras, a violência participa inclusive da manutenção da ordem social, que estava ligada à ordem natural do mundo, através dos rituais e dos dispositivos simbólicos. Tinham a consciência da desordem como elemento de equilíbrio do mundo. Enquanto que, na sociedade contemporânea, a violência só é considerada unicamente sob o prisma da desordem. A violência só pode ser reconhecida e representada no outro, geralmente, relacionados aos pobres, aos homens de cor, aos deformados, aos delinquentes, aos imigrantes, entre outros. Esse tipo de representação conduziria aos outros o terror, a crueldade e a violência, fazendo com que se tenha uma visão parcial do homem e da sociedade. Tal visão remete à ideia de que só uma repressão policial maior pode garantir a ordem social, cabendo ao Estado a incumbência de extirpar todo o mal e toda violência em defesa e manutenção da ordem.

Igualmente, Wieviorka (1997) observa que a violência tem mudado de um período a outro, quer sejam as manifestações tangíveis do fenômeno e suas representações, quer seja na maneira como as ciências sociais têm tratado do assunto. Em meados do século passado, teria ocorrido uma mudança de paradigma da violência. Renovação dos significados da violência e de suas expressões mais concretas. Por exemplo, os períodos de conflitos políticos de amplitudes internacionais, como os ligados a ideologias marxista-leninistas ou a grupos de extrema direita. Esses tipos de conflitos teriam se esgotado, dando lugar a outros tipos de violência verificados mais recentemente, a exemplo de ondas de terrorismo em diversas

nações. A violência teria outras facetas hoje em dia, não só em seus fenômenos mais objetivos, mas também nas percepções que sobre ela circulam, nas representações que a descrevem, ou seja, na sua dimensão subjetiva. Por um lado, a violência está ligada a relações de conflito e, por outro, ela passa a ser associada à imagem de crise e analisada como consequência ou manifestação de um estado mais ou menos patológico do próprio sistema social.

Fenômenos aparentemente desconexos como os atentados terroristas que ocorreram nos Estados Unidos, chamados de atentados do “11 de setembro em 2001”, e atribuídos à organização fundamentalista Islâmica Al-Qaeda, onde aviões comerciais foram sequestrados, iniciando-se uma série de atentados suicidas contra alvos civis e do Estado, como o centro comercial World Trade Center, resultando na morte de milhares de pessoas e na queda desses dois edifícios, além de tentarem o mesmo no Pentágono, porém, sem êxito, pois o avião acabou sendo interceptado antes que chegasse ao destino. O que se verificou após a propagação da ideia de um terrorismo internacional foi o medo difuso de diferentes governos diante do suposto problema, aumentando o rigor na repressão na política de imigração em vários países. Levando em consideração que o país se tornou mais violento, propagando uma política de medo institucionalizado, que afetaria, sem dúvida, todos os países.

CAPÍTULO II - A INSTITUIÇÃO POLICIAL MODERNA

1. Breve reflexão sobre a Polícia no Estado Moderno

Este capítulo trata de mostrar, de um modo mais teórico, a conceituação moderna da instituição policial, especificando a importância adquirida como instituição no mundo moderno, suas atividades características e peculiares, como o exemplo da atividade ligada ao exercício da violência como aparelho executor do Estado Moderno, em sua forma peculiar de monopólio da força física, como característica do mundo contemporâneo. Além de apresentarmos, nos últimos tópicos deste capítulo, uma breve contextualização do papel da Polícia Militar no Brasil e em Sergipe, demonstrando as peculiaridades nas suas atividades chamadas de ostensivas. Recorreremos para isso a um descritivo histórico.

Para Cathala (1975), o termo polícia foi utilizado para designar as pessoas autorizadas por um grupo social para regular as relações interpessoais dentro deste grupo, através do uso da força física. Nesse sentido, a polícia é uma instituição tão antiga quanto é a formação social.

O nascimento das instituições policiais modernas está atrelado à concentração administrativa verificada no Estado Moderno, e por sua vez, no desenvolvimento de uma política de vigilância bem além das características das civilizações tradicionais, constituindo assim o braço armado do monopólio estatal da violência (GIDDENS, 1991, p. 63), representando o alicerce da constituição do Estado, sucedendo-se com a formação dos exércitos o recolhimento de impostos, o planejamento econômico e fiscal, o serviço social e outros órgãos administrativos.

Em geral, a maioria dos estudos sobre a polícia enfatiza apenas os aspectos de repressão social. Nos EUA, cresceu o número de estudos científicos sobre a polícia a partir de 1960, em especial por sociólogos. O distanciamento entre a importância da polícia na vida social e a atenção dada a ela pelo meio acadêmico é tão importante que David Bayley (2001) relaciona quatro fatores: a polícia raramente desempenha um papel importante nos grandes eventos urbanos; o policiamento não é uma atividade de destaque, de grande prestígio; o policiamento também pode ter sido negligenciado porque é repugnante moralmente, pela

coerção, controle e opressão que são necessários na sociedade, mas não são agradáveis; por último, os interesses em fazer estudos sobre a polícia enfrentam enormes problemas práticos. Ainda segundo o autor, algum tipo de policiamento existiu desde que a aplicação da coerção física tenha sido legitimada pela sociedade.

Em “*O que faz a polícia*”, Monjardet (2003, p. 14) ressalta que o monopólio da violência é uma característica moderna, assim como a polícia profissionalizada, ambos sendo respectivamente, características peculiares do Estado Moderno. Ele diz que a reivindicação dos Estados em exercer o monopólio do uso legítimo da força física nem sempre é alcançada em sua totalidade. Assim, a “*inspiração weberiana*” é fundamental para entender a polícia como expressão e como instrumento da reivindicação permanente e inerente às comunidades políticas, e não só às comunidades estatais de deter em seu território o monopólio dos empregos legítimos da força.

A polícia é uma instituição encarregada de possuir e mobilizar os recursos de força decisivos, com o objetivo de garantir ao poder o domínio do emprego da força física nas relações internas da sociedade.

Do mesmo modo, se desconhece o papel da polícia quando a ela se aplica o domínio de aplicação da força física, pois, na verdade, a polícia é bem mais complexa para se resumir a este conceito, pois certos policiais perderam qualquer relação com qualquer forma de força como, por exemplo, os peritos das brigadas financeiras, à procura de pistas de dinheiro sujo num oceano de peças contábeis. Do mesmo modo, os policiais especializados na busca das informações não procedem comumente pela força nem pela ameaça de força, e os inspetores do Serviço de Inteligência são até expressamente desprovidos da habilitação de oficial da polícia judiciária, que dá poderes repressivos. (MONJARDET, 2003, p. 28)

O que o autor observa é a forma excessiva, e mesmo exclusiva, dada até aqui à força física como meio de ação privilegiado da polícia. A força física é apenas o mais espetacular do conjunto dos meios de ação não contratuais que fundam o instrumento policial e que ele detém. O que todos os policiais têm em comum entre as técnicas aplicadas no policiamento que não são formalizadas, como a ameaça, agressão, entre outros, com a força é que, por serem expressamente atribuídos aos policiais na relação entre cidadãos comuns, entre o comum dos mortais, constituem delitos caracterizados ou, no mínimo, faltas contra a moral comum e, com mais frequência, ambos ao mesmo tempo. Para qualquer pessoa comum, exceto o policial, caracterizam-se como violações das liberdades individuais e das regras consensualmente admitidas da vida em comum, mas esses meios de ações não contratuais

estão à disposição da maioria das polícias, com o mesmo valor, nem mais nem menos, que a força. Da mesma maneira que a força pública policial é instituída para poder superar qualquer outra força privada, as práticas policiais disfarçadas são usadas contra o não-policial que se entrega a elas: a escuta para localizar o autor das “fugas”, a tentação para confundir o corrupto, o engano para identificar o escroque etc. “A polícia combate o crime com as armas do crime”.

Comumente observamos nos noticiários as práticas abusivas das forças policiais para elucidações de crimes, como por exemplo, invasões de residências à procura de possíveis criminosos em potencial, o que acarreta, muitas vezes, enganar os agentes policiais ao entrarem em alguma casa errada. Essa prática, na maioria das vezes, não são denunciadas às autoridades judiciais para que sejam aplicadas sanções mediante a lei pelo constrangimento cometido, já que esse tipo de prática policial, geralmente, é praticada nos bairros mais carentes da cidade, e seus moradores temem uma represália policial.

A necessidade da vigilância policial se justifica pela redação do decreto que transmite o código profissional estabelecido na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, devendo-se à polícia uma atenção especial. Artigo 1 – A Polícia Nacional concorre, no conjunto do território, para a garantia das liberdades e para a defesa das instituições da República, para manutenção da paz e da ordem pública e para a proteção das pessoas e dos bens. (MONJARDET, 2003, p. 33) Assim, a polícia tem a função de recorrer à força para garantia dos direitos do homem e do cidadão, sendo que existem limites para sua capacidade de ação, isto é, a polícia se institui de uma autoridade a ela confiada pelo Estado para assegurar as garantias individuais, com vistas à satisfação dos interesses coletivos.

Seguindo o raciocínio diverso, David Bayley (2001) ressalta que o policiamento público é uma evolução antiga, não moderna. Segundo ele, em várias sociedades primitivas, como os Maoris, Cheyenne, Creek, Cuna, o policiamento público esteve presente. Na antiga Roma, no século I a.C., Octavius Augusto teria criado o cargo de *praefectus urbi* com o propósito de manutenção da ordem pública executiva e judicialmente. O *praefectus vigiliam*, que compunha a sua equipe, se encarregaria, na condição de chefe de polícia, de exercer a coerção física, estando subordinado às ordens da autoridade suprema. Há ainda a informação de que durante a Idade Média a polícia pública não teria desaparecido, mas passado por um processo de descentralização semelhante às demais instâncias do poder.

Bayley (2001) ainda diz que o policiamento moderno se caracteriza por ser: público, especializado e profissional. Ele é público ao passo que é gerido pelo Estado para servir ao

público em geral. Os policiamentos são especializados quando as agências são direcionadas a se concentrar principalmente na aplicação de força física; a profissionalização da força policial refere-se a uma preparação para se realizar a função de policial, o recrutamento deve ser feito por mérito, treinamento formal, evolução na carreira, disciplina sistemática, e trabalho em tempo integral. Ele nos diz ainda que pensar o trabalho da polícia apenas pelo uso da força física é ter uma visão reducionista acerca do assunto, pois a polícia realiza uma série de serviços sem o uso da força física.

A nosso ver, se pensarmos no funcionamento operacional do labor da polícia, poderia fazer uma breve comparação ao panóptico, pensado por Foucault, como instituição de poder do Estado, ao qual verificaríamos seu potencial de constante vigilância para execução do controle social. Por outro lado, podemos notar que o indivíduo em sociedade também exerce de forma a auxiliar a polícia, uma constante vigilância nas ações dos outros e, por isso, é de fundamental importância a denúncia do cidadão para se efetivar o labor da polícia. Assim, não poderíamos sugerir que a interação social consiste em um modelo onde muitos vigiam poucos.

Segundo Cathala (1975), algumas pessoas entendem a polícia de forma muito equivocada, como se fosse apenas um órgão repressivo, incumbido de aplicar verdadeiras sanções aos perturbadores da ordem no caso de algum crime ocorrido e que lhes sejam atribuídas as sanções previstas em lei. As pessoas que não conseguem compreender as verdadeiras funções da polícia costumam atribuir toda a responsabilidade, que seria do judiciário, às forças policiais fazendo, desta maneira, uma confusão entre as atribuições das polícias e as da justiça.

Quando alguém tem a certeza ou a impressão de ter sido lesado de alguma forma nos seus direitos e ainda quando se vê importunado pelo procedimento de outrem, busca na polícia a resolução dos mais complexos problemas, e por falta de entendimento das funções policiais, acabam frustrados com as respostas encontradas. Porque muitas vezes o público não sabe distinguir as lesões que constituem um ilícito de ordem civil de um de ordem penal e, portanto, ao buscar a ajuda policial se depara com questões que fogem às atribuições policiais e que na verdade são atribuições da justiça. Nas principais atividades da Polícia Militar, requerem atender as ocorrências policiais que resultam de ilícitos penais, na maioria dos casos, a infração penal lesa interesses privados, mas se reflete também nos direitos da coletividade, nos casos em que coloca em risco a ordem pública e constitui ameaça ao equilíbrio social.

Conforme Monjardet (2002) a polícia foi profissionalizada na era moderna e usa a expressão weberiana para compreender a polícia junto ao monopólio da força física exercido pelo Estado, porém, Bayley (2001) ressalta que a evolução da polícia tem suas origens junto à história da humanidade. Assim, o policiamento público tem suas origens mais remotas, atribuídas às sociedades antigas, como Roma e Grécia, que já possuíam um policiamento público bastante profissionalizado. Em outras comunidades, chegava a se autorizar o uso da força para regular seus assuntos, criar instituições formais de lei e governo sem desenvolver uma força policial pública. Em várias comunidades a polícia tem sido controlada pelo governo e paga privadamente, como no caso inglês (antes do século XIX), quando os policiais eram controlados pelos magistrados e escolhidos pela Coroa, mas pagos pelas pessoas que evitavam o serviço obrigatório. O policiamento público existiu em sociedades diferenciadas como na Síria antiga, na Roma clássica, na França absolutista, na Grã-Bretanha industrial, na Rússia feudal e na América contemporânea.

Para Goldstein (2003), a função da polícia é incrivelmente complexa, por possuir um alcance de suas atribuições bastante amplo. Muitas de suas atribuições estão tão interligadas que parece impossível separá-las. E o número de conflitos entre os diferentes aspectos da função não conseguem ser facilmente reconciliáveis. Qualquer que queira atribuir uma definição viável do papel da polícia normalmente irá se perder em fragmentos de velhas imagens e em uma opinião recém descoberta a respeito de quão intrigante é o trabalho policial.

A prática policial é ligada ao sistema de justiça criminal, ao mesmo tempo, o sistema é o meio possível para a polícia poder agir em situações das mais diversas. Para muitas dessas situações, o sistema é claramente inapropriado e mesmo quando é adequada, muitas vezes sua aplicação é ineficaz. As operações policiais seguindo o sistema de justiça criminal são importantes não somente pelo uso que os policiais fazem do sistema para citar suspeitos de algum crime, mas também porque a forte ligação que a polícia faz com sistema acaba fazendo com que, no imaginário popular, trabalho policial e sistema judiciário sejam quase sinônimos. Esta é a razão pela qual, na tentativa de analisar as operações policiais, deve-se primeiro observar o papel da polícia dentro do sistema judiciário.

Nos Estados Unidos, as cidades e outras áreas urbanas são policiadas por uma variedade de agências policiais federais, estaduais e locais. Os departamentos municipais de polícia fazem parte desse complexo. Eles são órgãos do governo local e suas atividades e orientações tendem a seguir determinantes locais. Enquanto as outras agências estão sob o

poder de mandatos específicos, o mandato da polícia municipal mostra-se mais aberto e mal definido. Parece não haver limites para suas atividades, ao passo que as pessoas esperam da polícia a resolução de muitos de seus problemas, mesmo que estes departamentos se mostrem mal equipados para realizar muitas dessas expectativas. (BITTNER, 2003, p. 29)

Já que essas agências policiais são a representação direta das forças do governo, elas têm se tornado, mais facilmente, a presença mais visível do poder do Estado. Mesmo que sua eficácia muitas vezes seja contestada, ela possibilita um maior contato entre a polícia e os cidadãos, ainda que seja permeado por uma desconfiança mútua.

Estudos recentes da polícia têm enfatizado o alto percentual de tempo que é gasto pelos policiais tratando de outros assuntos que não a criminalidade e, deste modo, surgiu um questionamento a respeito da validade de, em princípio, a polícia ser vista como parte do sistema de justiça criminal. Nas pesquisas de Elaine Cumming, Ivan Cumming e Laura Edell, Apud Goldstein (2003), destacaram que mais da metade das chamadas feitas à polícia envolviam pedidos de socorro em assuntos pessoais ou interpessoais.

Concordando com o pensamento anterior a respeito das atividades policiais, em pesquisa realizada na Universidade Federal de Sergipe, no curso de pós-graduação em “Violência, Criminalidade e Políticas Públicas”, Mendonça (2008) chegou à conclusão, a partir das análises dos registros policiais, de que a maior atividade policial na cidade de Aracaju não está relacionada ao atendimento de ocorrências relacionadas ao crime contra a vida ou contra o patrimônio público ou privado, mas sim relacionada ao atendimento de outras atividades, como acidentes de trânsito, problemas interpessoais, como brigas entre vizinhos, ou matrimoniais, crimes ambientais, dentre outros. Assim, podemos sugerir que esta é uma característica peculiar da atividade policial, ou seja, a função policial é bastante complexa para defini-la em suas atividades.

A principal área de atuação policial está localizada nas regiões mais populosas e miseráveis das grandes cidades, onde a combinação de pobreza, desemprego, lares destruídos, baixo nível de instrução das pessoas e outros elementos de desorganização social resultam, na maioria das vezes, em chamadas feitas aos policiais para que os mesmos cumpram o papel de algum familiar, ou assumam a função de assistentes sociais, advogados, médicos e psiquiatras. É aqui, também, que a polícia mais frequentemente cuida daqueles que não sabem se cuidar: os carentes, os bêbados, os viciados, os doentes mentais, os deficientes físicos e as crianças.

Todas essas atividades acabaram se revestindo de um enorme significado, pois francamente mudou o estereótipo da função policial, antes estabelecida na mente da população e até dos próprios policiais como sendo unicamente a função de prevenir a criminalidade e deter os criminosos. Essa é a imagem que vinha sendo cultivada pela própria polícia e essa é também a imagem que vinha sendo reforçada pelo imaginário popular, pelas séries de TV e pelo cinema. Além de tudo, essa é a imagem que tem sido institucionalizada nas agências policiais por todo o mundo.

A polícia é muitas vezes chamada para realização de atividades variadas, como custodiar temporariamente pessoas como crianças pequenas que estão perdidas ou desamparadas, fugitivos, viciados, bêbados, doentes mentais, dentre outros. O reconhecimento das várias ações empreendidas pela polícia nos leva a concordar com Goldstein (2003) quando identifica que o sistema criminal é uma das inúmeras formas de ação disponíveis para a polícia e, além disso, coloca o sistema criminal em uma perspectiva mais apropriada diante da totalidade da operação policial. Isso se reflete no abandono do conceito de que o sistema criminal é o principal meio pelo qual a polícia opera. A identificação de disposições alternativas confere reconhecimento e status próprio aos métodos comuns e apropriadamente empregados pelos policiais, métodos esses que, no passado foram muitas vezes vistos como questionáveis ou menos satisfatórios do que o sistema de justiça criminal. E isso torna mais aparente a necessidade de municiar a polícia com formas de ação adequadas para os assuntos em que ela é chamada a atuar, e não somente nos assuntos relacionados à justiça criminal.

Já que o combate à criminalidade sempre foi a maior atividade policial reconhecida pelas políticas governamentais, Monjardet (2003) nos mostra um exemplo da relação criminal com as ações policiais, pois com o aumento da delinquência na França, a partir das décadas de 1950 e 1960, em consequência disso apareceu um sentimento de insegurança generalizado naquele país, nesse período. Associado a esse fator estava o aumento de desempregados resultado da crise econômica verificada no ano de 1977. Esses dois fatores, aliados ao aumento da delinquência e do desemprego reforçam um sentimento de insegurança e um aumento certo da vitimização⁶ e uma não menos certa focalização na delinquência como indicador privilegiado, se não exclusivo, da insegurança. Nesse sentido, a população exige uma maior efetivação das ações policiais não só na ação contra a criminalidade, mas também para suprir os interesses pessoais que podiam ser resolvidos por outras instituições, como o

⁶ A probabilidade estatística de ser vítima de um crime de qualquer natureza, nessas condições, aumenta um sentimento de que, a qualquer momento, podemos ser vitimados pelos delinquentes.

atendimento de urgência, que não é uma atribuição policial, mas muitas vezes é solicitado equivocadamente.

Por conseguinte, o aumento da insegurança e a luta contra os delinquentes entram no debate político, isto é, se politizam. Na década de 1970, essa politização do combate aos crimes e ao aumento da insegurança é verificada em todos os países ocidentais, pois a polícia constantemente é questionada quanto às suas reais atividades, sendo desviada de outras funções para priorizar o combate à criminalidade. Esse caso verificado na França por Monjardet (2003) se resume na concentração da ação policial no “verdadeiro trabalho policial”, deixando os policiais de exercerem cargos administrativos não relacionados com o combate aos crimes, para preferência da ação de “policiamento urbano”.

2. A instituição Policial Militar no Brasil

Neste item e no próximo, traremos um descritivo histórico porque isso nos permite compreender melhor a estruturação atual dessa instituição estatal brasileira e a relação (que nos interessa) entre ela e a sociedade, antes e hoje.

Segundo Mendes (2007), verificou-se a presença de forças armadas a partir do ano de 1549. Os portugueses tinham a tradição de manter milícias nas colônias de sua posse. No Brasil, o policiamento dessas milícias iniciou-se por Martim Afonso de Sousa. Essas milícias tinham a função de proteger o litoral do Brasil - colônia contra as investidas de possíveis “piratas”, ou seja, navios de outras nações que frequentemente exploravam a costa brasileira sem o consentimento da Coroa Portuguesa. Ainda segundo Mendes, no governo de Tomé de Souza, no ano de 1560, verificou-se o primeiro policiamento com característica militar do Brasil - colônia, pois já exerciam policiamento nas estradas das vilas e povoações.

As vilas contavam com um tipo de policiamento chamado de “Almotacés”, uma espécie de autoridade policial responsável por manter a ordem, possuindo ainda alguns auxiliares, os “alcaides-menores” e “meirinhos”, cujas funções eram prescritas pelas ordenanças Manuelinas. (GURGEL apud MENDES, 2007, p. 71)

Com a necessidade de manter a segurança do Brasil - colônia, houve uma maior preocupação da Coroa Portuguesa em efetivar melhoras no policiamento. Este passou a ser

feito então pelas forças de milícias que já exerciam policiamento do litoral. Essas forças foram distribuídas em tropas de 1ª, 2ª e 3ª linha ou corpos permanentes: a tropa de 1ª linha constituía-se por portugueses pagos pela Coroa; as tropas de 2ª linha, conhecidas como forças auxiliares, milícias ou companhias de ordenanças complementavam a ação de policiamento das forças de primeira linha, exercendo as funções administrativas organizadas nas vilas e povoações, possuíam um recrutamento universal, obrigando os colonos a empenharem-se na defesa da ordem, eram comandadas pelos capitães-mores e eram disciplinadas e obedientes ao poder político local; já as tropas de 3ª linha não eram tropas regulares, exerciam a função administrativa, constituíam-se de oficiais inferiores de justiça, as quais na ausência de outras tropas podiam exercer a função de policiamento e coibir ou prender os criminosos. As companhias de Ordenanças permaneceram em atividade até 1766, quando o Marquês de Pombal as transformou em corpos auxiliares. (MENDES, 2007, p. 73)

Segundo Mendes (2007), com a criação do regimento de cavalaria na capitania das Minas Gerais, em 1775, constituiu-se a mais evidente organização de forças policiais militares. Tinha a incumbência de prevenir e reprimir o crime, de onde fez parte o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, atualmente considerado o patrono das Polícias Militares do Brasil. Essa força policial possuía estrutura militar e eram responsáveis por combater as insurreições e manter a ordem da colônia a partir do controle da criminalidade.

Em 1756, o Marquês de Lavradio, vice-rei, empregou as tropas de cavalaria também no policiamento da cidade do Rio de Janeiro, mas foi com a presença da Família Real no Brasil que efetivamente temos um policiamento mais organizado, uma polícia mais regular, a Intendência Geral de Polícia da Corte, composta inicialmente por 118 homens, distribuídos em três companhias de infantaria e uma de cavalaria, substituindo os corpos irregulares de polícia, tinham como principal atividade, o policiamento da Corte, além de combater o contrabando, pois esse crime era um delito às finanças do tesouro real. (MENDES, 2007, p. 73)

No Brasil, a constituição das forças policiais no século XIX foi cristalizada através da legislação de 1809 e da Proclamação da República, incluindo o Código Penal de 1830, revisado em 1832, tendo no período da República (1889- 1930) e na era Vargas (1930- 1945) sofrido alguns ajustes. Considerando também pertinentes as observações dos autores anteriormente citados, é possível afirmar, baseando-se em tais mudanças, que a polícia no Brasil tem sofrido ajustamentos em seu arcabouço institucional na necessidade de adaptar as instituições policiais às várias mudanças de regime político. Assim se explicam as mudanças

pelas quais passaram as instituições policiais no começo do século XIX até 1969, quando o regime militar reestruturou as forças policiais, dando-lhes a forma que vemos nos dias atuais. (CALDEIRA, 2000, p. 143)

A história das forças policiais no Brasil está ligada a uma série de mudanças contínuas que dificultam seu entendimento, porém, é possível afirmar que tais mudanças estiveram associadas às condições econômicas e sociais que se sucederam à Proclamação da República e que forneceram as bases para que, em todo o país, os governadores transformassem as forças policiais numa força a serviço dos seus interesses. Contudo, alguns dos traços desta mudança permanecem até os dias atuais, quando em 1831 ocorreu a divisão da polícia entre uma força militar e uma força civil, e que permanece a preponderância da força militar na tarefa de patrulhamento de rua e a força civil encarregada de tarefas judiciárias e administrativas.

A Polícia Militar no Brasil se encontra inserida no conjunto das forças de segurança pública, assim como a Polícia Civil, subordinadas às unidades federativas do país. A primeira exerce um papel de força auxiliar do exército, tem o encargo de manter e de restabelecer a ordem social, assegurar os bens e as liberdades individuais das pessoas. Por prestar um serviço de atendimento ao público, as atribuições da Polícia Militar, na maioria das vezes, são costumeiramente confundidas com iniciativas individuais de seus policiais. Na verdade, excluindo os casos isolados, estamos falando de um instrumento público que tem a legitimidade social para atuar de forma repressiva, quando necessário, para regular as relações interpessoais nas comunidades. Enquanto a Polícia Civil exerce a função de policiamento investigativo e judiciário, no entanto, não é objeto de nosso estudo aprofundar sobre as atribuições funcionais da Polícia Civil.

Para Caldeira (2000), a justificativa que explica a utilização de uma polícia militarizada nas ruas é para melhor controlar os conflitos urbanos, pois sendo militarizada e hierarquizada seria mais disciplinada. Todas essas características mais a utilização de armas são vistas como necessárias para controlar uma população urbana tida como desordeira e perigosa. A primeira Polícia Militar foi organizada sob o comando do Duque de Caxias em 1830, mas apesar da estruturação militar, não fez parte direta do exército, sendo uma força paralela, ou seja, auxiliar.

Desse modo, a polícia exercia a violência de diversas formas no século XIX. Ela detinha o poder de punir os escravos legalmente. O castigo físico de escravos era mais violento no Brasil que em outros países, já no caso dos pobres eram utilizados espancamentos e prisões arbitrárias como forma de intimidação, assim como castigo imediato ou correção.

Mostrando assim que a relação da população com a polícia foi cercada de muita repressão e não de salvaguarda dos direitos civis. (HOOLLOWAY Apud CALDEIRA, 2000, p. 149)

A partir de 1868, além da polícia civil, São Paulo teve uma polícia provincial (o corpo de polícia permanente). Já no final deste século havia também forças policiais separadas para o interior e para a capital. Como resultado de interesses de uma oligarquia que disputava o poder nacional e detinha o controle das forças policiais para contrapor as forças do exército, controladas pelo Governo Federal. Mas em 1901, a província de São Paulo reorganizou suas forças policiais, unificando todo o patrulhamento na Força Pública. Como parte de um esforço para uma profissionalização das forças policiais, tanto civil como militar, a província em 1906 contratou uma missão francesa para organizar as forças públicas. Além de controlar as “desordens públicas” as forças públicas de São Paulo tornaram-se fortes aliadas das oligarquias contra as forças federais. Em 1926, a província criou uma Guarda Civil, encarregada do patrulhamento das ruas. Embora o Governo Federal tenha tentado controlar as forças de patrulhamento (Força Pública e Guarda Civil) coexistiu com a polícia civil na província de São Paulo até 1969, quando foram unificadas as duas forças de patrulhamento da Polícia Militar. (CALDEIRA, 2000: 146)

A profissão da polícia exige ações violentas para suas execuções. As atividades dos policiais militares, por exemplo, tanto nos centros urbanos quanto no campo, são permeadas de violência quando necessário, mas nem sempre a operação policial é feita da execução da violência, pois na Polícia Militar de todo o país há uma distribuição de seu corpo físico em setores operacionais que exigem aplicação de violência e diversos órgãos administrativos que não exigem violência.

De certo, nos dias atuais, percebemos que a polícia age de forma diferenciada em diferentes situações. Essas discussões podem ser vistas em diversos estudos sobre a segurança pública: alguns acreditam que ela deveria agir de uma só forma, em todas as circunstâncias e não de modo diferenciado de acordo com a conjuntura do momento, a fim de que não se pudessem apontar incoerências de erros em seus trabalhos. Para outros, custa admitir que a polícia possa agir da mesma forma em todas as situações, pois dessa forma estaria, em alguns momentos, intervindo de forma inoportuna e mesmo insuportável. Nessa perspectiva, o ideal seria que a polícia se manifestasse quando e onde conviesse, sem, todavia, empenhar-se jamais de um zelo diferenciado, que espelharia, assim, um perfeito equilíbrio capaz de satisfazer o maior número de cidadãos. Contudo, estamos tratando de um labor bastante diferenciado, pois o policial jamais será uma “máquina” capaz de isentar-se de

sentimentalismo humano, a fim de que não se pudessem apontar incoerências de erros em seus trabalhos. Custa mesmo é acreditar que quaisquer alternativas utilizadas pelas forças policiais estariam distantes de incorrer em erros, afinal estamos falando da operacionalização praticada por indivíduos que, na verdade, estão prestes a incorrer em erros absolutamente concretos a qualquer momento.

Podemos dizer que a principal atividade da Polícia Militar se encontra no modo de policiamento ostensivo, que consiste em coibir o crime a partir da presença policial, por isso vemos, com frequência, policiais armados e fardados em vários locais da cidade, expondo-se para a visualização. A Polícia Militar tem a função de trazer para o ambiente social uma sensação de segurança, contudo, nem sempre isso acontece. Essa exposição não necessariamente pode trazer a segurança esperada, já que os serviços da Polícia Militar, com a presença de viaturas e policiais armados, podem expressar também um sentimento de insegurança e medo, na medida em que as pessoas sentem-se constrangidas diante de figuras municiadas de todo um aparato tecnológico (de “guerra”) que, sem dúvida, determina certa representação da violência atribuída aos policiais nas ruas.

Segundo Câmara (2002) e seu estudo sobre a Segurança Pública no Brasil, em especial no estado do Pará, as atuais estruturas organizacionais das Polícias Militares se encontram identificadas com as do Exército Brasileiro, com seus batalhões, companhias, pelotões etc. Como se sua prioridade fosse a de combate convencional. Até 1968, competia-lhe apenas a manutenção da ordem pública e da integridade territorial dos estados, entretanto, foi-lhe conferida a responsabilidade do policiamento ostensivo ou, em outros termos, a responsabilidade de prover a proteção coletiva, mas para isso, as polícias deveriam ser estruturadas para esses determinados objetivos. Cresceu em efetivo, mas não deixou sua anterior postura, como se o caráter militar exigisse a similitude com o exército. Com isso, as distorções e ambiguidades ocorreram na deficiente atuação policial.

Já no caso específico da Polícia Civil⁷, sem interação com as polícias militares, ela aumentou em efetivo e tornou ostensivas suas atividades, com veículos caracterizados e seus homens uniformizados com coletes. Aos poucos, foi deixando de ser investigativa para concorrer com os serviços da Polícia Militar. Com isso, ficam cada vez mais sem respostas as ocorrências registradas nas delegacias, para o desencanto do cidadão que requer tais serviços essenciais.

⁷ Neste trabalho nosso objetivo não é o estudo sobre a Polícia Civil, portanto, para um maior aprofundamento teórico a cerca da Polícia Civil ver: SETTE CÂMARA, Paulo. **Reflexões sobre Segurança Pública**. Belém: Universidade da Amazônia, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2002.

Segundo Caldeira (2000), a grande mudança nas polícias foi verificada durante o regime militar. Este reorganizou as forças policiais, criando a versão atual da Polícia Militar, já que a Polícia Civil continuou com as funções administrativas e judiciárias. O decreto 667, de 1969, unificou todas as polícias estatais uniformizadas antes existentes, numa Polícia Militar estadual, subordinada ao Exército. Foi uma forma de centralizar as forças policiais e evitar uma oposição ao regime militar. Durante o regime militar, as principais forças utilizadas na prática da repressão foram a Polícia Militar estadual e várias organizações que compunham as forças do Exército. Já em 1983, as polícias militares estaduais foram subordinadas ao comandante-chefe do Exército da área, que tinha o poder de retirar a Polícia Militar do controle do governador de seu respectivo estado. Com a Constituição de 1988, manteve-se a divisão entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, mas ficaram subordinadas às suas secretarias de segurança pública e aos governadores, e não ao Exército. Embora a Polícia Militar também tenha sido definida como força auxiliar e de reserva do Exército que está encarregado da segurança nacional.

Ainda conforme a autora, a “missão” da Polícia Militar é a de, como força pública, assegurar as instituições e garantir a ordem nos estados. Essa responsabilidade, prevista na Constituição, decorre do pacto federativo que deu origem à união. Porém, a Polícia Militar teria outras prioridades, das quais a mais importante é a de promover o *policimento ostensivo*, protegendo o cidadão e garantindo a paz social. Reconhecendo as mudanças existentes no país, a polícia do Pará passou a rever sua própria organização. Com isso, foram implantadas mudanças em seu próprio paradigma. Com os recursos de informática e de estatística, colocados à sua disposição, a Polícia Militar tem buscado desenvolver um planejamento mais técnico, identificando pontos críticos relacionados com a criminalidade e com os recursos logísticos necessários ao seu enfrentamento.

Uma ideia a ser retida para o nosso trabalho é a de que a realidade brasileira contemporânea seria decorrente de um quadro histórico baseado numa formação autoritária de desenvolvimento, resultado de um frágil padrão de organização administrativo ainda vigente, no qual o sentimento de colonização persistiu por mais tempo em manifestações violentas e que, por sua vez, revela de certo modo a incapacidade da população em reconhecer e exercitar os mecanismos legais.

3. A Polícia Militar em Sergipe

Como dissemos anteriormente, traremos alguns dados históricos da formação dessa instituição militar em Sergipe para nos subsidiar na compreensão da atual estruturação da Polícia Militar no estado.

Sobre a Polícia Militar de Sergipe, segundo estudos de Lima e Reis (2004), Figueirôa (2006), Souza (2007) e Mendonça (2008), não há ainda muitas produções científicas quanto às origens históricas, sendo, portanto, um campo muito amplo ainda a ser estudado. O que se sabe da história da Polícia Militar de Sergipe, como em outros estados, é que ela se confunde com as Forças Armadas do Brasil porque, por alguns séculos, na nação brasileira não houve um grupo especializado para lidar com as questões da segurança pública, a não ser os integrantes das Forças Armadas.

O período que se estendeu da conquista de Sergipe, de 1590 a 1820, foi de expressa dominação dos capitães-mores, nomeados pelo governante da Bahia. Cabia a eles o exercício econômico, político e judicial das terras de Sergipe. Porém, em 1696, para restringir o poder do capitão-mor e para o exercício da justiça, chega a Sergipe o primeiro Ouvidor nomeado pelo Rei, o Dr. Diogo Pacheco de Carvalho.

A Capitania de Sergipe, como todas as outras, foi constituída, desde os começos, com a sua máquina judiciária montada e aparelhada para os devidos fins, com a sua Comarca em toda Capitania, e até independente do Capitão-mor... (JUNIOR Apud WYNNE, 1970: 136)

Conforme Wynne (1970), no ano de 1824, chega como presidente da Província de Sergipe o Brigadeiro Fernandes da Silveira, numa fase de descontentamento em que se encontrava o Batalhão de Voluntários n° 26, comandado pelo Tenente-coronel Antônio Joaquim da Silva Freitas, insuflado pelos descontentes e preocupado pela chegada de um superior Militar, alegando atraso no pagamento de seu soldo, se preparava para uma manifestação para deposição do presidente. Tomando posse do cargo, o presidente procurou de imediato destituir aquele Batalhão e nomear o coronel Manoel da Silva Daltro ao cargo de Comandante da Armas, este logo resolveu a situação de instabilidade enviando presos para a Bahia alguns oficiais que se encontravam subversivos.

De acordo com o autor, Sergipe participou da Revolução Pernambucana de 1817⁸, porém, contra as tropas revolucionárias, enviou para somar às forças reais, uma tropa com duzentos homens de cavalaria, e mais quinhentos de infantaria. Os “soldados” sergipanos partiram de São Cristóvão para combaterem contra as forças pernambucanas.

Percebemos, através dos relatos do autor, que as forças policiais estavam voltadas a atender as necessidades dos “poderosos” daquela época, pois, notamos no caso acima citado que bastava ter “bons contatos” sociais para fazer descumprir as leis.

Para Souza (2007) o surgimento da polícia se dá com a formação de grupos armados que defendiam os interesses dos grandes proprietários de terra no século XIX. As forças policiais das províncias do Brasil eram formadas por unidades armadas denominadas de Terçados, Milícias e Ordenanças. Após a Proclamação da Independência do Brasil, fortes agitações políticas e sociais abalaram o país. A situação se agrava com a partida de D. Pedro I para Portugal, depois de sua abdicação, deixando como sucessor o seu filho D. Pedro II que ainda não havia atingido a maioridade. Assim, estabeleceram-se as Regências. O período regencial se estendeu de 1831 a 1840 e se caracterizou por disputas políticas pelo controle do Brasil, já que o herdeiro aguardava completar a maioridade para assumir o trono assim como determinava a Constituição de 1824. Esse período se estendeu em meio à grande insatisfação de políticos e latifundiários que tinham o controle sobre as milícias.

Nos anos que sucediam a regência, após a maioridade de D. Pedro II, havia um caráter de degeneração pública, caracterizadas por usurpações ao erário público arbitrado por tamanha liberdade que dispunham naquela época os políticos. De um modo geral, não se pensava em prosperidade pública, ou seja, não havia interesses canalizados para o “bem comum” da população, era configurado o suprimento dos interesses da classe política que detinha o poder. Conforme Freire (1891) sintetiza ao dizer que o “administrador público” se caracterizou pela indiferença à prosperidade geral, às necessidades das classes produtoras. Eles entregavam a força armada contra a liberdade do voto nos pleitos eleitorais, sendo a sociedade testemunha de cenas de sangue, como se deu em Laranjeiras e em Itabaiana, na administração de Zacharias Goes e Vasconcellos de 1848 a 1849, onde “o povo foi massacrado pela tropa”.

Ficando sem punição os crimes que se perpetravam, e sem as regalias e direitos os cidadãos que pertenciam ao partido contrário à situação política no poder. “Os criminosos

⁸ A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento que pretendia tornar as Capitânicas do Nordeste independentes de Portugal e proclamar a República. Para conhecer melhor acerca deste assunto, ver: WYNNE, Pires. **História de Sergipe (1575- 1930)**. Rio de Janeiro: Pogetti, 1970.

protegidos pelos homens da situação, viviam a zombar da justiça, percorrendo armados os povoados e as vilas” (FREIRE, 1891, p. 316), chegando Freire (1891) a considerar o período da década de 1840 um lamentável estado de selvageria pela segurança pública e de “colapso” financeiro do estado na administração pública. A falta de fiscalização, tanto na segurança quanto nos setores administrativos do estado, gerou um clima de insegurança na população daquela época, devido à falta de punição aos crimes, que a população silenciava como prova de inquietação a tantos “desmandos”.

Segundo Freire (1891), em carta entregue à Assembléia Provincial, em 1835, pelo então governante de Sergipe, Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, no ato de entrega do seu cargo ao sucessor, ele mesmo teria resumido a sua administração:

Repartido havia também e minha atenção com as obras públicas: achava-se concluído o quartel militar, comprado o terreno para casa de correção e já principiado; aberto novas ruas, aplainado e mandado calçar outras; melhorado o cais; contratado a abertura do canal Japarutuba; promovido a iluminação da cidade; com o mesmo zelo tinha organizado as Guardas N. em total abandono; impugnando à Assembléia Provincial a redução do Corpo de Policia e regularizando, havia repartido por todas as comarcas para as policiar, com que consegui fazer não só cumprir as Leis, dando aos executores forças para se fazer obedecer, como cessar innumeros assassinatos, que nella antes dessa providencia se com mettião impunimente. (FREIRE, 1891: p. 300).⁹

Visto em Souza (2007), a Polícia Militar do Estado de Sergipe foi criada através da Carta de Lei de 28 de fevereiro de 1835. Submetida à aprovação da Assembléia Legislativa Provincial, a Carta de Lei que instituiu a então Força Policial da Província foi sancionada pelo Presidente da Província de Sergipe, Doutor Manuel Ribeiro da Silva Lisboa.

Conforme WYNNE (1970), nos anos de 1902–1905, Sergipe foi presidido por Josino Odorico de Menezes: um caso muito interessante aconteceu nessa época. Na Capital e no interior campeava o jogo do bicho, fato verificado em muitos estados e de difícil combate. O Coronel Vicente Menezes, senhor de engenho de Riachuelo, era o delegado na sua cidade, e notando a prática do jogo do bicho como um problema para a população, resolveu intimar o banqueiro Fuão Moreno para que não continuasse a explorar o povo sob pena de se fazer cumprir a lei. Moreno, não satisfeito com a intimação que recebera, procurou levar ao

⁹ Parte da carta entregue à Assembléia Provincial pela sucessão ao Cargo de Presidente da Província de Sergipe pelo Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa. Ver: FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575-1855)**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891. p. 300.

conhecimento da intimação a senhora Efigênia, tia do presidente de Sergipe e comerciante na cidade de Riachuelo. O delegado, a fim de não ser desmoralizado, telegrafou ao chefe de polícia da província, expondo-lhe e pedindo aprovação do seu ato. O chefe de polícia, o Dr. Teixeira Fontes respondeu que ele não deveria prender Moreno e deveria deixar o jogo continuar. Ao receber esse telegrama, o delegado respondeu com um pedido de exoneração do cargo ao qual era responsável.

A Capital do Estado ainda era quase uma pequena aldeia, com uma população de vinte e poucos mil habitantes, iluminada a querosene, e sem esgotos, nem canalização de água potável, e, prolíferos, os mosquitos, transmissores de febres perniciosas, infestavam por toda parte, e não raros casos de bubônica apareciam, desviando a atenção dos moradores, sempre preocupados e perseguidos pelos anofelinos – portadores dos sezões. (WYNNE, 1970, p. 366).

As condições de vida da população na Capital sergipana, após ter decorrido cinquenta anos de sua formação, ainda eram precárias: os problemas se configuravam não só nas questões que envolviam a segurança pública, como também relativamente às necessidades de melhoramentos em políticas públicas.

Na administração do Dr. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, Sergipe passava por questões políticas que principiavam uma revolução em Santo Amaro¹⁰. Era uma manifestação em defesa de interesses políticos que levou essa região a deflagrar uma revolta que culminaria com uma desordem generalizada em toda província.

Os representantes de Sergipe na Assembléia Geral, Padre Manoel Silveira e Joaquim Fontes, principiaram a acusar o presidente como responsável pela desordem que ocorria

¹⁰ A revolta de Santo Amaro foi um movimento político ocorrido no ano de 1936 por conta da primeira eleição para assembleia provincial para preenchimento dos cargos de um deputado, onde se candidataram o Sebastião de Almeida Boto e Manuel Joaquin Fernandes de Barros, sendo a eleição concluída, o vencedor foi o Dr. Fernandes de Barros. Inconformado com a derrota, o outro candidato, que era cunhado do presidente da província, conseguiu fraudar as eleições com a falsificação das atas eleitorais da vila de Lagarto, revertendo o quadro da vitória eleitoral para ele. Assim formaram dois grupos políticos: o grupo ligado ao Dr. Antonio José da Silva Travassos e Fernandes de Barros tinha como sede a Vila de Santo Amaro e por aceitar as fraudes comedidas na eleição, tentou reunir forças com outros chefes políticos de vilas vizinhas contra o grupo ligado a Sebastião de Almeida Boto, para rever a situação e retirar o presidente provincial do poder político. O desfecho da revolta teve a vila de Santo Amaro sendo invadida e suas residências saqueadas pelas tropas chefiadas por “Boto”, mas resultou na retirada do presidente de província e a eleição para assembleia cancelada, além da ocorrência de diversas mortes. Para melhor compreensão da revolta de Santo Amaro sugiro a leitura da Obra: FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe 1575 – 1855**. Rio de Janeiro: Typographia Perserverança, 1891.

naquele momento, enquanto no Rio de Janeiro, a política da camarilha dos dois deputados incrementava as maiores calúnias contra o administrador. Ele, em Sergipe, prestava o grande serviço de plantar hábitos de legalidade, de educação cívica e abafava um movimento revolucionário, que se ia incendiando em Santo Amaro. (FREIRE, 1891, p. 215)

Esse período corresponde à preocupação dos governantes com investimentos que proporcionassem um melhoramento na educação, como a criação do primeiro jornal sergipano, o *Noticiador Sergipense*. Aumentou o número das comarcas da província, elevando-se a quatro: São Cristóvão, Estância, Santo Amaro de Maruim e Vila Nova.

As administrações eram insuficientes para acabar com os abusos que se praticavam na província, ficando seus promotores sem punição, não só pelas ligações políticas que os protegiam, como pela força do elemento de família, que chegava a vencer a ação da lei.

Não havia uma fiscalização do erário público, a justiça, às vezes, entregue em mãos vingativas, prestava-se à satisfação de paixões pessoais, contra aqueles que não estavam nas graças do poder. Nem sempre a lei era a garantia dos direitos do cidadão.

Dando largas passadas históricas e voltando-nos para as obras de Freire (1891) e Wynne (1970), vemos que o Corpo de Polícia, no início do século XX, estava voltado para suprir os interesses de uma elite que detinha o poder político e econômico daquela época, tendo como justificava dos abusos cometidos, “a tentativa de conter os criminosos”. Tal justificativa era paradoxal, pois em algumas vilas de Sergipe parecia haver vários criminosos e inúmeros crimes, sem que o Corpo de Polícia conseguisse contê-los.

Conforme Dantas (2004), no governo de Sergipe por Seixas Dória (1962-1964), em relação aos impasses políticos causados por um chefe político de Itabaiana que ameaçava o juiz e ignorava as leis. Esse chefe político, perdendo o controle das forças policiais que atuavam no município, criou uma força policial municipal naquela cidade, gerando uma dualidade de poder entre as forças policiais. As rivalidades entre as duas forças policiais resultaram em conflitos que culminaram com a morte do Comandante da Força Policial que servia naquele município. O contingente policial em Itabaiana foi reforçado e a força policial municipal foi dissolvida, contudo, por ocasião de uma passeata, a Força Policial metralhou o poderoso chefe político de Itabaiana, Euclides Paes Mendonça, então deputado federal, e seu filho, deputado estadual, Antônio de Oliveira Mendonça, que tiveram morte instantânea. Alguns jornais da época pediram as punições dos culpados, porém ninguém foi condenado

4. Estrutura física e administrativa da Polícia Militar sergipana

Com relação à estrutura física da Polícia Militar na atualidade, Arruda (1997) observa que a estrutura geral da Polícia Militar de Sergipe encontra-se distribuída conforme o Art. 5º do Decreto Lei Federal nº 667, de 2 de julho de 1969, onde a Polícia Militar de Sergipe (PM-SE) se estruturou em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Os órgãos de direção se estruturam em Comando Geral, Estado Maior, Ajudância Geral, Consultoria, Comissões e Acessórias. Os órgãos de apoio compreendem órgãos de saúde, órgãos de apoio ao ensino e órgãos de apoio logístico. Os órgãos de execução se estruturam em unidades de Polícia Militar e unidades de Bombeiro Militar, consideradas as unidades operacionais, sendo essas unidades subordinadas ao Comando de Policiamento Militar da Capital (CPMC) e ao Comando de Policiamento Militar do Interior (CPMI), órgãos subordinados ao Comando Geral. (ARANHA, 1997: A- 11).

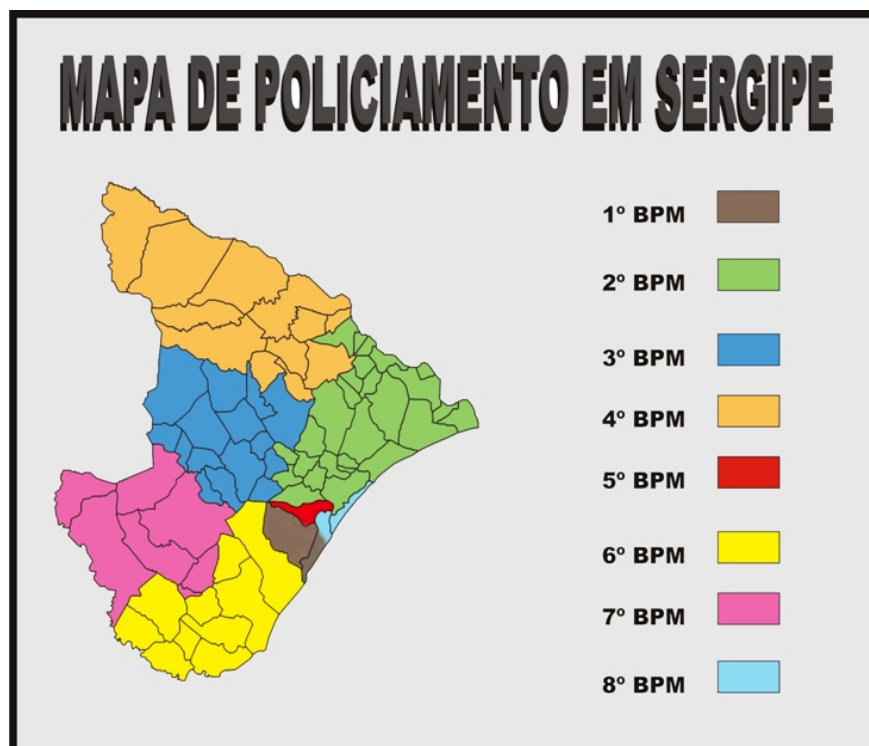
O Comando de Policiamento Militar da Capital compreende um comandante, o Estado Maior da CPMC, Centro de Operações Militares da Capital (COPOM/CPMC), Unidades Operacionais (OP/ CPMC).

O Comando de Policiamento Militar do Interior compreende um comandante, um Estado Maior do CPMI, Centro de Operações Policiais Militares do Interior (COPOM/ CPMI) e Unidades Operacionais (OP/ CPMI).

No ano de 1995, a estrutura da Polícia Militar foi alterada, passando a contar com: Comando Geral, Estado Maior, seis Batalhões de Polícia, Corpo de Bombeiros, Hospital da Polícia Militar, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Esquadrão de Polícia Montada, Companhia de Polícia Rodoviária, Companhia de Polícia de Trânsito, Companhia de Polícia de Choque, duas Companhias de Polícia Comunitária, pertencentes ao 1º Batalhão (1º BPM), Companhia de Polícia Fazendária, Companhia de Polícia Feminina, Companhia de Polícia Escolar, Companhia de Polícia e Radiopatrulha e um Pelotão de Polícia Ambiental.

Conforme Mendonça (2008), a Polícia Militar de Sergipe é composta por um Comando Geral, Estado Maior, Comando de Policiamento Militar da Capital (CPMC), Ajudância Geral, oito Batalhões distribuídos em todo o Estado, sendo três na “Grande Aracaju” (1º, 5º e 8º BPMs) e os demais no interior (2º, 3º, 4º, 6º e 7º BPMs), além do Batalhão Especial de Segurança Patrimonial (BESP), Batalhão de Operações Especiais

(BOPE) e Batalhão de Policiamento de Guardas (BPGd), Esquadrão de Polícia Montada, Companhia de Polícia de Choque, Hospital da Polícia Militar (HPM), Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP), Companhia de Policiamento Rodoviário (CPRv), Companhia de Policiamento de Trânsito (CPTran), Companhia de Polícia Fazendária (CPFaz), Companhia de Segurança Escolar, Companhia de Polícia de Radiopatrulha (CPRp), Pelotão de Polícia Ambiental e 10 Companhias de Polícia Comunitária (4 Companhias no 1º BPM, 3 no 5º BPM e outras 3 no 8º BPM), englobando um total de 27 Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC's). O COPOM é subordinado à Companhia de Comando e Serviços da Ajundância Geral (CCSv). Porém, a Ajundância Geral trata das questões administrativas do Quartel do Comando Geral, por isso é considerada uma unidade administrativa. Assim, na prática ele deve estar submetido às ordens do CPMC, por se caracterizar por um órgão de execução e de uma unidade operacional dos serviços.



ANEXO A – Mapa da distribuição do policiamento em Sergipe

Fonte: <http://www.pm.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=70>

Atualmente, algumas mudanças ocorreram na estruturação da Polícia Militar do estado de Sergipe, verificando-se a seguinte distribuição: Comandante Geral; Estado Maior; Policiamento Militar da Capital (CPMC), 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Companhias do 1º Batalhão de Polícia Comunitária (1º BPCom); 1ª, 2ª e 3ª Companhias do 5º Batalhão de Polícia Comunitária (5º BPCom); 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Companhias do 8º Batalhão de Polícia Comunitária; Batalhão de Polícia de Trânsito (CPTran), Companhia de Polícia de Trânsito e Companhia de Polícia Rodoviária (CPRv); 1ª, 2ª e 3ª Companhias do Batalhão de Polícia de Choque (BPChq); 1ª e 2ª Companhias do Batalhão de Polícia de Guarda (BPGd); Batalhão Especial de Segurança Patrimonial (Besp); Companhia de Polícia de Radiopatrulha (CPRp); Companhia de Policiamento Turístico (CPTur); Companhia de Polícia Fazendária (CPFaz); Companhia de Segurança Escolar (CSE); Comando de Operações Especiais (COE); Esquadrão de Polícia Montada (EPMon); Grupamento Especial Tático de Motos (GETAM); Grupamento Tático Aéreo (GTA); Pelotão de Polícia Ambiental (PPAmb); Comando do policiamento Militar do Interior (CPMI); 1ª, 2ª e 3ª Companhias do 2º Batalhão de Polícia Militar (2º BPM); 1ª, 2ª e 3ª Companhias do 3º Batalhão de Polícia Militar (3º BPM); 1ª, 2ª e 3ª Companhias do 4º Batalhão de Polícia Militar (4º BPM); 1ª, 2ª e 3ª Companhias do 6º Batalhão de Polícia Militar (6º BPM); 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Companhias do 7º Batalhão de Polícia Militar (7º BPM); Ajudância Geral; Grupamento de Ações Táticas do Interior (GATI); CIOSP (Centro Integrado de Operações dos Serviços Policiais; e o Policiamento Especial de Policiamento em Áreas e Caatinga (PEPAC). (PORTAL DA POLICIA MILITAR, 2010)

5. Atividades da Polícia Militar em Sergipe

Em relação às atividades exercidas no policiamento pelos policiais militares de Sergipe, encontramos uma distribuição de atividades muito diversificada, mas diríamos aqui que a principal função é o policiamento ostensivo. Essa atividade resume-se à característica peculiar das forças policiais militares, qual sejam a visibilidade ao público de suas atividades, a partir das viaturas “plotadas” com o símbolo da instituição, a farda policial e os equipamentos usados, todos expostos à visibilidade do público, com a função de coibir o crime. Tanto na cidade de Aracaju, como também nos demais municípios de Sergipe, toda a

população conhece as atividades de ostensividade da Polícia Militar, no sentido em que eles exercem suas funções de ostensividade que traz uma “proximidade” na relação polícia e sociedade. Nem sempre a polícia trabalha de forma ostensiva: há um grupo que trabalha “à paisana”, ou seja, que atua na parte investigativa, sem o uso da farda policial e viaturas policiais. Tal serviço se aproxima muito da atividade de policiamento da polícia civil, que é o de investigação: trata-se de um grupo muito pequeno que só existe na cidade de Aracaju. Por esse motivo, o policiamento ostensivo, por possuir um corpo físico maior, representa-se mais significativamente como o principal exercício dos policiais militares de Sergipe.

Segundo o que rege a Constituição Brasileira no art. 42, os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Nesse sentido, estabelece uma característica estrutural das polícias militares em todo país. Ela se organiza a partir da hierarquia e da disciplina, que consistem num pilar central do exército brasileiro. Por isso, há semelhança na estruturação da Polícia Militar que é organizada pelos seguintes cargos na ordem crescente de hierarquia: Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento, Subtenente, Aspirante, 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel. Já no caso da disciplina, o corpo militar é regido pelo RDE (Regulamento Disciplinar do Exército), mas em alguns estados, tanto a organização hierárquica quanto a disciplina, estão sofrendo algumas alterações, pois não há por que seguir os princípios centrais do Exército Brasileiro, quanto à hierarquia e disciplina; trata-se de polícias diferentes, que exercem atividades diferentes. Ressaltando-se que o Corpo de Bombeiro Militar é regido pela mesma hierarquia e disciplina da Polícia Militar.¹¹

Quanto às funções das polícias no Brasil, tem-se a regulamentação do art. 144 da Constituição Federal de 1988, que especifica sobre a atividade das seguintes polícias: polícia

¹¹ O nosso objetivo de estudo é a Polícia Militar e não o Bombeiro Militar, mas a título de ilustração, podemos falar de um modo geral, como contribuição ao entendimento do leitor. O Corpo de Bombeiro Militar e a Polícia Militar, apesar de possuírem comandantes diferentes e suas atividades serem também diferentes, são regulados pela mesma disciplina e pela mesma hierarquia, essa semelhança se constituiu historicamente, já que o Bombeiro Militar surgiu dentro da Polícia Militar, pois a divisão que conhecemos atualmente é bem recente, já que ambos se constituíam numa mesma polícia. Um exemplo claro do que falamos, foi o concurso para soldado da Polícia Militar de Sergipe em meados de 1998: os candidatos pleiteavam a vaga para trabalhar como policial militar, após o resultado final ainda não se sabia se seriam policiais militares; só em meio aos treinamentos, no curso de formação de soldados, ofereceram aos aprovados, a possibilidade de optar para a transferência ao corpo físico do bombeiro militar. Só a partir dos anos seguintes, foram realizados concursos específicos para Polícia Militar e Bombeiro Militar. Por ter o Bombeiro Militar, a mesma estruturação hierárquica que a da Polícia Militar, e o modo como se constituiu historicamente, como sendo um ramo da Polícia Militar dos estados, ele ainda continua com as mesmas características físicas e não há ainda um regulamento disciplinar para substituição ao anterior RDE, que foi criado e instituído no período militar do Brasil.

federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e polícias militares e corpos de bombeiros militar. Para ilustração, veja o que diz o Art. 144, da atual Constituição Brasileira:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares. § 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. § 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. § 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. § 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1998)

A constituição brasileira define que o dever da segurança é uma atribuição de todas as pessoas, e não somente das polícias, de modo que, todos os indivíduos devem contribuir para a segurança de todos, na medida em que procurem viver em harmonia em sociedade, sem colocar em risco a vida e a integridade de outrem. As polícias militares subordinam-se aos estados, mas são também regulados pela união, pois tem suas atribuições determinadas pela constituição. Um exemplo da subordinação das polícias verifica-se, de um modo geral, em todos os estados: o cargo maior da segurança pública, o Secretário de Segurança, é ocupado por indicação e nomeação do governador do estado, assim o Estado mantém sob seu controle toda a polícia a ele subordinada. Especificamente, na Polícia Militar de Sergipe, a promoção do cargo superior de tenente-coronel para o último posto da carreira da Polícia Militar, a função de coronel é exclusivamente por merecimento, ou seja, apenas o governador do estado pode conceder essa promoção, deixando claro que os altos cargos dos oficiais de polícia dos estados encontram-se, efetivamente, à mercê dos interesses políticos do governo.

Quanto à relação da população de Aracaju com esse corpo militar, pode-se resumidamente dizer que há um desejo, por parte da primeira, de melhoramento dos serviços prestados pela instituição policial militar, devido à sua percepção quanto ao aumento da violência na cidade que decorreria da crescente criminalidade, da carência de uma maior

presença dos policiais nos locais públicos, além, de uma falta de maior rigidez nas ações policiais. A população de Aracaju, de um modo geral, não faz distinção entre a atuação e o trabalho dos membros da Polícia Militar e da Polícia Civil. Sabem apenas que são destinados a “combater o crime”, “defender a sociedade dos criminosos”. Isso configura um tipo de relação, entre a polícia e a sociedade, de natureza bastante distanciada, tendo como agravante o descrédito da primeira, em todas as circunstâncias. Retomaremos essa discussão no próximo capítulo.

CAPÍTULO III - MEDO E INSEGURANÇA

1. O *medo líquido* e moderno

Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas. (SANT'ANNA (Org.), 2004, p. 48)

Como marco da modernidade, a obra de Marx, no Manifesto do Partido Comunista, mostra-nos que as transformações ocorridas no mundo foram além da emergência de uma economia mundial, de um mercado capitalista, deixaram de refletir a simples instabilidade das relações econômicas para fazer referência a transformações mais amplas nos diferentes setores da vida social.

Denominada “líquida”, por Bauman (2001), a modernidade, a partir de seu caráter volátil e fluido, passa a afetar diretamente as relações entre os indivíduos num contexto em que há a sensação de que as coisas podem a qualquer momento fugir do controle e tomar caminhos incertos. Estariam em evidência a intensificação da fragilidade dos laços afetivos e a afirmação da individualização em detrimento dos laços comunitários. Assim, os riscos e contradições continuam sendo produzidos dentro da sociedade; o que mudou foi a forma e a necessidade individual de enfrentá-los.

Como resultantes da modernidade líquida, a incerteza, insegurança e falta de garantias geram no indivíduo uma ansiedade ainda mais aguda e penosa, qualquer que seja sua origem. As pessoas sob essa pressão buscam desesperadamente uma saída, e com o acesso às fontes da incerteza e da insegurança bloqueadas ou fora do alcance, toda a pressão se desloca para cair afinal sobre a finíssima e instável válvula de segurança corporal, doméstica e ambiental, argumenta o autor. Como resultado, a segurança tende a ser unicamente sobrecarregada de

cuidados e anseios, tornando-se uma sede perpétua por segurança que nenhuma medida prática pode saciar. (BAUMAN, 2001, p. 207)

Ora, o medo sempre esteve presente no mundo dos homens e dos animais, os animais usam o medo como ferramenta de sobrevivência, na medida em que transformam o medo em sensibilidade ou instinto para não serem acometidos por ameaça de vida; a aproximação de algum animal predador de sua espécie ou qualquer outra coisa que o possa colocar em risco, desperta no animal habilidades de reação ao perigo através do medo, com isso possibilita um estado-fuga ou reação. Também os seres humanos precisam conhecer os medos e os perigos, individual ou coletivamente, para produzirem mecanismos de reação que façam sua existência mais segura. Na falta do conhecimento detalhado dos perigos que possam colocá-lo em risco, o homem passa a ver o seu próprio cotidiano como o “lugar do medo”. Daí, a sensação de que tantas coisas podem colocá-lo em risco.

Para Bauman (2008), a incerteza também pode ser chamada de medo – esse sentimento é conhecido por toda criatura viva. Os seres humanos compartilham com todos os outros animais, na presença imediata de uma ameaça, reagem entre as alternativas de fuga ou de agressão, porém, os homens conhecem algo mais acerca do medo, um medo de “segundo grau”, um “medo derivado”, socialmente produzido reciclado, que orienta seu comportamento e permite que sua concepção de mundo seja reformada, assim como as suas expectativas que guiam suas escolhas comportamentais, quer haja ou não uma ameaça imediata. Esse *medo secundário* pode ser visto como um rastro do enfrentamento de uma ameaça passada, ou mesmo de uma experiência vivenciada, servindo de modelagem da conduta humana, mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou à integridade. Tal medo é derivado da sensação de insegurança.

Um dos paradoxos da sociedade moderna é a constituição de uma sociedade que possibilita uma maior segurança, se comparada aos períodos antecedentes, a exemplo do período medieval, que para os camponeses era preciso buscar proteção através da fé e dos seus senhores, estabelecendo uma relação de obrigações de servidão. Conforme Tuan (2005), os medos medievais estavam na interação dos homens com os anjos e demônios; eles acreditavam que as coisas do cotidiano eram influenciadas pelas forças sobrenaturais, então atribuíam aos acontecimentos naturais a responsabilidade a essas duas forças. A preocupação dos medievais era com a quantidade de espírito, tanto bons como maus, que abarrotavam o espaço. Já na sociedade moderna, os medos das pessoas se concentram principalmente nas

ações dos homens. Hoje em dia, nos preocupamos com a quantidade de pessoas que abarrotam o planeta.

Bauman (2008) observa que nenhuma sociedade precedente disponibilizou tamanha segurança aos homens e mulheres da parte mais rica do mundo desenvolvido. Os perigos que ameaçam encurtar nossas vidas são menos numerosos e mais espaçados do que eram no passado e do que são em outras partes do planeta, mas foi precisamente nesta parte do mundo que a soma do medo e da obsessão por segurança mostrou-se assustadoramente preocupante. Ao contrário da evidência objetiva, são as pessoas que vivem no maior conforto já registrado, que se sentem mais ameaçadas, inseguras e amedrontadas, mais propícias ao pânico e mais apaixonadas por tudo aquilo que se refere à segurança e proteção do que os povos da maioria das sociedades do passado e de um presente onde há escassez de proteção e seguranças.

Nosso sentimento agudo de insegurança derivaria da carência de proteção quanto da inevitável “*falta de clareza de seu escopo*” no universo social que, como o nosso, foi organizado em torno da infundável busca de proteção e de segurança, estabelecendo padrões de segurança sempre crescente. Assim a nossa obsessão por segurança, assim como nossa intolerância aos seus efeitos negativos, ainda que de forma mínima, se configura na fonte de constante renovação de nossa ansiedade e de nosso medo. (BAUMAN, 2008, p. 169)

Podemos dizer que uma característica do medo moderno é sua variedade, principalmente a variedade moderna de insegurança pelo medo da maleficência humana e dos malfetores humanos. É desencadeado pela desconfiança, devido aos motivos malévolos da parte de certos homens e mulheres. É frequentemente também pela recusa em confiar nos parceiros humanos, uma recusa que é quase inevitavelmente seguida de nossa indisposição em construir uma “camaradagem sólida”, durável e, portanto, confiável.

Para Bauman (2008), a individualização moderna é a principal responsável pela produção desse estado de medo e de desconfiança nas relações sociais mais próximas, pois a substituição da comunidade, no sentido da aproximação humana, tem sido cada vez mais fragmentada em suas interações sociais pelo dever individual da preocupação consigo mesmo.

Mas a sociedade líquida-moderna é um dispositivo que tenta tornar a vida com o medo uma coisa tolerável, pois os próprios medos possuem um caráter fluido e volátil, embora sejam assustadores. É seguro presumir que terão os mesmos destinos de todos os outros que passaram e não possuem ameaças diretas. Pode-se presumir o mesmo em relação à expectativa de vida dos medos que atualmente afligem as nossas esperanças, e que eles tenham vida curta.

A existência do sentimento do medo nas pessoas contemporâneas não se resume a uma sensação temporária desse sentimento, ele está interiorizado no ser humano moderno. Na sua própria existência em sociedade há uma configuração da presença do medo. Se por um lado, os mecanismos da modernidade proporcionaram uma maior liberdade individual e grandes áreas de segurança no mundo de hoje, transmitindo ao indivíduo valores que tornam a vida realmente formidável e cheia de possibilidades, por outro lado, exigiu dele encarar uma vivência subjetiva com os riscos proporcionados pela modernidade. Nesse sentido, podemos sugerir que o medo e a insegurança “existenciais” podem ser fixadores de sentido no comportamento do ser social, naquilo que ele projeta como aspirações e perspectivas em seu cotidiano. Trata-se de uma tese interessante, em Bauman, de que seria a projeção do medo existencial a fonte da nossa insegurança projetada em alvos concretos e físicos. Esse medo existencial está a priori presente psicologicamente nas pessoas.

O que Giddens (1991) chamou de intensidade de risco é certamente o elemento básico do “aspecto ameaçador” das circunstâncias que vivem o homem moderno. As possibilidades de catástrofes que possibilitem a destruição humana estão presentes nos sentimentos das pessoas: podemos imaginar a possibilidade de uma guerra nuclear, uma calamidade ecológica, explosão populacional incontrolável, terremotos de proporções destrutivas, colapso econômico mundial... Isso tudo fornece um horizonte inquietante de perigos para todos nós.

O fato é que o medo está em toda parte, não há fronteiras que ele não possa penetrar. Recentemente, vimos nos noticiários algumas catástrofes ambientais, devido ao crescimento desordenado das cidades ou falta de investimento público para o escoamento das águas das chuvas nas cidades, a intensidade das chuvas em muitas regiões do Brasil provocou grandes alagamentos nos centros urbanos. No sudeste do país, as cheias provocadas pelas chuvas tornam a vida humana ali, algo insustentável. As pessoas permanecem em seus locais, mesmo após as enchentes por não terem um lugar melhor para morar, mas, no fundo, será que não estariam acostumadas a viver em tamanha incerteza? Após as chuvas a vida volta ao normal, porém o sentimento de medo de passar tudo aquilo de novo permanece, mesmo correndo risco eminente, a permanência nesses locais de risco parece para elas ser a única solução.

A intensidade global de certos tipos de riscos transcende as diferenciações sociais e econômicas. O que mais preocupa, nesse sentido, ao invés de uma intensidade dos riscos, é a extensão global dos ambientes de risco, alertam os autores que tomamos como referência nesta parte do trabalho. A maioria dos riscos escapa das mãos de qualquer indivíduo ou de grupos de indivíduos. Quanto mais há mecanismos de risco sendo solucionados, ou

aparentemente resolvidos, mais mecanismos possibilitadores de riscos tendem a aparecer. Quem pode prever a proporção da crise econômica mundial que vem ocorrendo desde o ano passado? Quem saberia a melhor forma de encarar essa crise? Essas são perguntas que requerem respostas complexas e nosso objetivo não é o de trazer respostas a esses problemas, mas o de refletir na existência de um medo físico e existencial, que nos parece cada vez mais característico do mundo moderno.

A variedade de risco é algo que acaba por ser naturalizado na sociedade moderna, ou “aparentemente” naturalizado, sem que se leve em conta a quantidade de riscos “menores” existentes a cada dia. A simples quantidade de riscos sérios ligados à natureza socializadora é bem assustadora: a radiação provocada a partir de acidentes em usinas nucleares, a poluição dos rios, o efeito estufa derivado de poluentes atmosféricos que atacam a camada de ozônio, o derretimento da camada polar e inundações de diversas áreas, a destruição de grandes áreas de floresta, dentre outras características da destruição humana do planeta, são elementos cada vez mais preocupantes e são debates na agenda política de todas as nações.

Dentro das diversas esferas das instituições modernas, os riscos não existem apenas como casualidades resultantes de operações imperfeitas de mecanismos de desencaixe, mas também como arenas de ação “fechadas”, institucionalizadas. Nessas esferas, os riscos são na verdade criados por formas normativamente sancionadas de atividades – como no caso dos jogos de azar ou esportes. (GIDDENS, 1991, p. 76)

As incertezas envolvidas nas decisões para soluções de problemas relacionados ao risco derivam em parte das dificuldades de antecipar os eventos extrínsecos, tais como as inovações tecnológicas, mas fazem parte também da natureza da própria sociedade moderna. Giddens (1991) observa que da mesma forma que os riscos da corrida armamentista empreendida pelos dois blocos de nações formados no pós-guerra mundial, o ambiente de risco institucionalizado dos mercados econômicos não pode ser confinado em sua própria esfera. Não apenas os riscos extrínsecos forçam a penetração, mas os resultados das decisões tomadas no seu interior estrutural afetam constantemente os que estão do lado de fora.

Mas os riscos estão para além das tentativas de combatê-los: existem pessoas cujas ocupações contêm em si riscos de vida, como os policiais, os médicos, os jogadores esportivos e muitos outros, que vivem o seu cotidiano encarando riscos com muita “naturalidade”, a partir da escolha de suas profissões. Porém, o que as torna diferentes é que,

em caso de preocupação dos medos de suas profissões como risco eminente, elas passam a serem alvos de zombarias, se fizerem isso em público. Os demais medos que citamos são, ao contrário, assumidos coletivamente, mesmo quando há ambivalência nas atitudes. Por exemplo: as pessoas que passam a se preocupar com catástrofe ambiental, colapso da economia mundial ou guerras nucleares, podem, em certos espaços sociais, vir a ser consideradas “mentalmente perturbadas” ou “históricas” por parte de pessoas que não se implicam diretamente em questões mais amplas afetando a globalidade da humanidade.

É verdade que a maioria das pessoas não dedica boa parte de seu tempo a se preocupar com tais medos “globais”, pois haveria necessidades práticas, mais locais da vida, do dia-a-dia. Há uma espécie de um *senso de destino negativo ou positivo*, uma generalização da ideia de impossibilidade individual de soluções dos riscos globalizados sobre os quais não se tem controle, associado a uma aparente confiança do distanciamento em relação a tais riscos, que termina por aliviar o indivíduo de um fardo do engajamento a uma *situação existencial* que poderia de outra forma ser cronicamente perturbadora. A *sensação de destino* que os riscos assumem como coisas que vão acontecer, de qualquer forma, sem que se possa prevêê-los, certamente, produzem inconscientemente, um sentimento de incerteza em toda a humanidade. (GIDDENS, 1991, p. 79-80)

Para suportar o “medo existencial” refletido no medo moderno, no risco eminente, na violência e na insegurança, as pessoas produzem instituições, que para elas, trazem uma sensação maior de segurança: a família e a casa são comprovadamente lugares seguros de existir. A confiança que as pessoas buscam está, constantemente, sendo produzida naqueles locais considerados mais aconchegantes; os Shoppings Centers são locais eleitos pelas famílias para segurança e tranquilidade de seus filhos, lá eles podem circular sem serem incomodados, fazerem suas compras e desfrutar de uma farta alimentação nas diversas lanchonetes que existem. Certamente, o perigo e o medo são deslocados ao retorno para a casa, até se chegar a esse outro lugar aconchegante, finalmente, “tudo pode acontecer”.

Com a globalização, um aspecto de vulnerabilidade paira sobre todo o planeta, os efeitos das ações de risco se propagam muito além do alcance do impacto rotinizante do controle, assim como do espaço onde se pode planejá-lo. O que torna nosso mundo vulnerável são principalmente os perigos da probabilidade não-calculável, devido ao caráter incerto de sua previsibilidade e extensionalidade.

A demonstração mais recente da imprevisibilidade dos riscos e de sua real extensão está sendo verificada no medo do terrorismo que vive as nações em todo mundo: o terrorismo

global demonstrou um grau de insegurança que sentimos vivendo em um planeta globalizado, de onde não é possível prever sua origem nem seu grau de extensão, de modo que o medo se propaga sem limites espaciais.

Decerto, o maior medo dos seres humanos está ligado com a morte, esse medo existencial, essa característica moderna da inevitabilidade da morte, o “medo original”, pois dele temos a consciência de sua inevitabilidade e, assim, enfrentamos a apavorante tarefa de sobreviver à aquisição desse conhecimento. Um estratagema utilizado para enfrentar o medo da morte, da inevitabilidade da morte, é tornar essa mesma fragilidade em algo marginalizado, mediante a desvalorização de tudo que possa ultrapassar a existência individual e as experiências existenciais que fornecem a matéria com a qual é moldada a ideia de eternidade, para estimular a preocupação com a vida após a morte. (BAUMAN, 2008, p. 56)

Conhecendo a inevitabilidade da morte, os homens buscam preocupações com os perigos imediatos e, nessa mesma medida, exigem que os remédios sejam também imediatos, mesmo que as origens dos perigos sejam dispersas e confusas, queremos que nossas defesas sejam mais práticas e rápidas. Buscamos enfrentar os medos à medida que os tornamos naturais, inevitáveis, e assim acabamos por internalizar, de forma inconsciente, que os perigos são naturais e, portanto, fazem parte do nosso cotidiano. Deixar de pensar neles é uma alternativa usada socialmente que aportaria prazer, na medida em que se vive o imediatismo e se preocupa com as coisas futuras e com as possibilidades de como as coisas podem acontecer, através dos riscos ou perigos que podem trazer, é um pensamento considerado inútil para essa modernidade.

A modernidade, analisa Bauman (2003), também significou um golpe final para o *sentimento de comunidade*, esse entendimento compartilhado do tipo “natural” e “tácito”, não sobreviveu ao momento em que se tornou autoconsciente, pois numa verdadeira comunidade não há motivação para reflexão, crítica ou experimentação, porque a comunidade é fiel à sua natureza, ou ao seu modelo ideal, apenas no momento em que ela é distinta de outros agrupamentos humanos, pequena e autossuficiente. Mas, o golpe realmente mortal da comunidade foi o advento da informática, onde ocorre a emancipação do fluxo de informação, o transporte dos “corpos” e as fronteiras entre o “dentro” e o “fora” não podem ser mais estabelecidas e muito menos mantida.

A incerteza, o medo e o conhecimento da inevitabilidade da morte fazem com que os homens busquem um “entendimento compartilhado”, contudo, elas só podem encontrar uma

“aparente comunidade”, jamais o verdadeiro entendimento comum que produz a “verdadeira” comunidade, pois, como já foi falado, o golpe mortal da comunidade já foi solapado.

A busca por segurança, afirma Bauman (2003), é uma tarefa incansável, visto que as pessoas procuram diminuir o medo da incerteza e da vulnerabilidade da vida produzindo um *inimigo em comum*. Assim, as pessoas se identificam e se trancam naquilo que Caldeira (2000) chamou de *condomínios residências*, nos “enclaves fortificados”: essas aparentes comunidades podem até homogeneizar os de dentro e excluir os de fora, porém, não exclui o medo original, pois permaneceram frágeis e vulneráveis, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa. Jamais poderão alcançar a “comunidade natural”, onde o “entendimento natural” ou o “círculo aconchegante, onde se pode largar armas e parar de lutar, local onde se encontra toda “paz de espírito”; ao contrário, essas *fortalezas sitiadas*, “bombardeadas”, a todo momento, por inimigos, visíveis e invisíveis, de fora e de dentro (as discórdias internas) se tornam “verdadeiras trincheiras de guerras”.

A procura do aconchego e do entendimento compartilhado é uma forma de suportar a fragilidade dos elos e afetos sociais que foram diminuídos com a modernidade, mas não se pode afirmar, nos dias atuais, que a aproximação entre os homens represente uma maior afetividade, pois a vida comum tornou um conflito sem fim. A busca por segurança implica uma diminuição da liberdade; enquanto a liberdade só pode ser ampliada à custa da segurança. Então, a segurança sacrificada em nome da liberdade tende a ser a segurança dos outros; e a liberdade sacrificada em nome da segurança tende a ser a liberdade dos outros.

O processo de industrialização pode ser visto como exemplo da diminuição dos elos e afetividades humanas, já que para o capitalismo moderno era necessário que os homens e mulheres fossem primeiro, separados da teia de laços comunitários que tolhiam seus movimentos, para que, em seguida, fossem redistribuídos em equipes nas fábricas. Substituindo o ritmo da comunidade de outrora por outra rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada. Portanto, com a industrialização, temos a construção de fábricas em todas as nações que buscavam acompanhar esse processo de capitalização da economia. No Brasil, isso não foi diferente, assim também seguiu todo o modelo de industrialização implantada pela Grã-Bretanha, alguns bairros foram construídos ao redor das fábricas; o bairro industrial em Sergipe é um modelo desse processo, onde ao redor das fábricas, foram construídas residências para as famílias dos operários, na tentativa de reproduzir a comunidade em torno do lugar de trabalho, e assim, na transformação do emprego na fábrica uma tarefa para “toda vida”.

Em Bauman (2003), nenhum agregado de seres humanos é percebido como “comunidade”, a menos que seja bem tecido de “biografias compartilhadas” ao longo de uma história duradoura e uma expectativa ainda mais longa de interação. É essa experiência que não encontramos hoje em dia: as comunidades tornaram-se cada vez mais dispensáveis as lealdades entre pessoas diminuíram com o enfraquecimento cada vez maior dos laços que nos ligam a uma imagem corrente de nós mesmos. O que os indivíduos buscam na comunidade são certeza, segurança e proteção, as três qualidades que mais lhe fazem falta.

Continuando com o mesmo autor, constatamos que a modernidade também significou o enfraquecimento das antigas instituições, levando ao enfraquecimento do Estado-nação, o qual teve que abrir mão do controle de processos econômicos e culturais, e entregá-los às “forças de mercado”, isto é, às forças essencialmente *extraterritoriais*. O policiamento do território administrado é a única função deixada nas mãos dos governos dos Estados. Essas transformações privaram o Estado de seu antigo status de lugar supremo, talvez único, do poder soberano. As nações outrora abrigadas sob a armadura da soberania do Estado-nação se acham num vazio institucional. Nesse vazio aberto pela retirada da regulamentação estatal, houve um aumento da liberdade, porém no vazio a experimentação pode ser fácil, mas nunca segura, por isso a “segurança existencial” foi estilhaçada.

A constante produção do medo e da insegurança, resultantes do processo de modernização constante, das mudanças políticas e sociais que costumam ocorrer na sociedade, como exemplo de crises econômicas, crises ecológicas, possivelmente guerras e revoluções, conflitos étnicos e sociais, sem esquecer os estados de emergência produzidos por catástrofes, compõem a dinâmica da sociedade atual, que Beck (2006) chamou de “sociedade do risco”. Para ele, a sociedade do risco denomina-se por uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar do controle das instituições sociais.

Se pensarmos a modernidade levando em consideração os aspectos da “insegurança existencial”, somos levados a identificar essa fase do desenvolvimento social como uma “sociedade de risco”, pois além do esvaziamento das instituições, somos rotineiramente levados a resolver nossos próprios conflitos de uma forma cada vez mais individualizada. Nossos perigos começam a dominar os debates e conflitos públicos, e as instituições da sociedade tornam-se produtoras e legitimadoras das ameaças que não conseguem controlar.

A sociedade não satisfaz o desejo de um lar seguro, não porque seja “abstrata”, mas pela recente traição ainda fresca na memória popular. Ela não cumpriu suas promessas, pois

as pessoas que sofrem sob a pressão de uma existência insegura e perspectivas incertas, ela se promete mais e não menos insegurança; ensinam os indivíduos a exercerem seus próprios juízos na procura da sobrevivência, do progresso e da vida digna, e que dependam de seus próprios esforços e que censurem sua própria indolência em caso de preguiça ou em caso de derrota.

Segurança e risco são características polares e paradoxais, e que na modernidade permeiam todos os seus aspectos da vida cotidiana, mas não se encontram em um lugar determinado, pois extrapolam o local para o global. Como se pode prever a existência de perigos que possam afetar a vida cotidiana, as pessoas procuram projetar e construir um local seguro para uma existência tranquila e confortável, assim constroem grandes fortificações em suas residências, investindo pesadamente na segurança tecnológica, com a colocação de aparatos que prometem uma maior segurança. Desse modo, podem individualmente produzir seus próprios locais de “comunidade”, objetivando a minimização e o enfrentamento dos sentimentos de medo e insegurança que os assolam por toda a vida.

2. Do retorno ao “cangaço” à disseminação do medo no caso “Pipita”

Retomemos aqui a discussão do medo e da insegurança para apontarmos algumas características desses sentimentos nos moradores da cidade, nos tempos modernos, a partir da comparação de dois episódios vividos pelos moradores de Sergipe, em períodos históricos distintos, mas que podem ser usados como ilustração da propagação do sentimento do medo, por causa da grande repercussão que teve sua representação no imaginário popular e na mídia.

Costa (2008) aborda que na década de 1930, um grupo de “criminosos”, conhecidos por *cangaceiros*, aterrorizou todo o Nordeste do país. Eles ficaram famosos pela representação construída a partir da crueldade e da violência dos crimes que eles cometeram. Episódios que ficaram conhecidos na representação social como dois grupos paradoxais: o primeiro, o herói, representado pela polícia; o segundo, o bandido, representado pelo grupo de Lampião. Era a caça do herói ao bandido. A volante, polícia, designada para caça ao grupo, cercou quase todo o Nordeste do Brasil à procura desses “criminosos”. Parecia que não teriam fim as investidas policiais que tardavam a encontrá-los.

A mobilização policial era feita a partir de quase todos os estados do Nordeste, mas as dificuldades para capturar os criminosos eram enormes, desde a falta de estrutura da polícia da época, ao pouco preparo desses homens para realização dessa tarefa. Os “criminosos” se encontravam embrenhados nas regiões de mata selvagem, bem armados e tinham conhecimento da natureza local, pois eram acostumados a sobreviver na mata entre as longas distâncias que percorriam. Essas seriam as características peculiares e mais importantes para que a polícia não os encontrasse, já que toda essa “guerra” desenrolou-se nas regiões de mata atlântica e principalmente na caatinga. O grupo foi assassinado pela polícia alagoana no município de Sergipe, em Poço Redondo, local conhecido como “Gruta do Angico”. No dia 28 de julho de 1938, uma volante da polícia alagoana executou todos os componentes do grupo, próximo ao Rio São Francisco. O que restava do bando do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, terminou naquele momento. Dos corpos foram levados para a cidade de Piranhas apenas as provas de suas execuções, os “jagunços fardados” atravessaram o rio de volta ao lado alagoano, completada a tarefa, transportavam em canoas, o troféu macabro: as cabeças cortadas das suas vítimas e seus pertences.

Conforme Costa (2008), em Piranhas, o tenente Zé Bezerra exultante com a tarefa que acabara de cumprir, pensando nas glórias de ser ele o matador de Lampião, mandou que as cabeças fossem enfileiradas ao longo dos degraus que conduziam até uma calçada elevada sobre a qual ficava sua casa, vizinha à prefeitura da cidade. Ali, exatamente na sua casa, a casa do tenente Bezerra, foi exibida para a população os restos dos cangaceiros, provas horripilantes da vitória que só ele alcançara, matando, ali bem perto, do outro lado do rio em Sergipe, Lampião, o “terror” do Nordeste. O povo veio curioso e se foi aglomerando. As pessoas chegavam incrédulas, silenciosas, feições compungidas, alguns até se benziam, rezavam, olhavam indiferentes para os soldados, cumprimentavam humildes e temerosos o tenente autor da façanha, mas isso apenas como uma formalidade usual daquela gente simples. O tenente Bezerra não gostou da recepção indiferente que teve, imaginava voltar como um herói e teve apenas uma acolhida fria. Mandou arrumar em latas de querosene cheias de sal os seus troféus ainda sanguinolentos, e com eles despachou-se rumo a Maceió. O governo de Getúlio Vargas logo recolheria para si mesmo os louros da façanha, e, ao mesmo tempo, com a sua natural frieza totalitária se tornaria parceiro da selvageria da tropa do tenente Zé Bezerra. As cabeças de Lampião, Maria Bonita e seus comparsas, ficaram permanentemente expostas em local de destaque, no museu Nina Rodrigues, em Salvador, até

que, mais de vinte anos depois, a Justiça determinou que as cabeças fossem retiradas, e a elas dadas uma “sepultura cristã”.

Não nos cabe como objetivo aqui um debate sobre os cangaceiros ou sobre o contexto social que teria projetado esse tipo de “banditismo”, ou mesmo tratar de uma discussão sobre o fato de serem heróis ou bandidos para o imaginário popular. O que queremos é perceber como o medo e a insegurança são fatores que, disseminados na população, podem mudar as vidas das pessoas e seu cotidiano, pela projeção de uma representação negativa de alguém ou um grupo.

Recentemente houve o caso de um jovem de nome C. R. S., conhecido por Pipita, um adolescente que cometeu alguns crimes na área rural de Sergipe, que tinha habilidades de “mateiro” e, por isso, movimentava-se bem numa região onde ainda restam alguns vestígios de mata. Por isso, teria escapado da Polícia durante algum tempo. Pipita possuía armas, mas diz-se que ele estava longe de ter a desenvoltura ousada de um “bandido experiente e perigoso, como Lampião”. Hoje, sabe-se que as suas supostas façanhas que o tornaram tão temido, foram indevidamente exageradas pela mídia. Entretanto, na época, a população entrara em pânico, esperando a qualquer hora uma audaciosa investida do jovem bandido. As mães e os pais vestiam suas filhas de homem, as moças trajavam calças masculinas e cortavam os cabelos, era necessário transformá-las aparentemente em meninos para que não fossem sequestradas pelo “jovem estuprador de garotas”, até que Pipita fosse morto pela polícia. Esse era o desfecho previsível e esperado pela população e pelas autoridades policiais.



ANEXO B – Foto de Pipita em uma Delegacia

Fonte: <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=71488&titulo=cidade>

Nos meses que procederam as buscas de Pipita, o cenário da Segurança Pública em Sergipe era de extrema turbulência e precariedade. A violência, fenômeno crescente em todo país, tomava as primeiras páginas dos jornais locais, com as atrocidades cometidas pelo “grupo de Pipita”, enquanto os organismos policiais do estado transitavam numa realidade de ineficiência na resolução do problema. Nas delegacias de todo o estado, encontrava-se a foto do jovem e, como demonstração acima, ela aparece num tamanho maior que as demais, mostrando assim o grau de importância e destaque que lhe dirigiam.

Se fossemos comparar os crimes cometidos pelo jovem Pipita, que no estado de Sergipe aterrorizou a população, com os ditos “bandidos” das favelas das capitais do sudeste do país, como Rio de Janeiro e em São Paulo, verificaríamos que há semelhança na crueldade com que os crimes foram praticados. O que difere os crimes, é que nas grandes cidades eles acontecem com mais frequência e são banalizados; enquanto que em Sergipe, os crimes de Pipita tinham uma natureza singular (não banal) para toda a população aterrorizada, cuja importância foi propalada pela mídia sergipana e reforçada no imaginário popular local.

O grupo liderado pelo adolescente Pipita não dispunha de grandes recursos tecnológicos, como armas de grosso calibre ou automóveis, para realização dos crimes; o

grupo era composto por quatro componentes e possuíam alguns revólveres e facas, mas a distância percorrida por eles entre os municípios é bastante significativa, se levarmos em conta a pouca estrutura que possuíam. Para se alimentarem, roubavam e invadiam os sítios e fazendas das regiões, sem um objetivo claro para tal empreitada.

De certo, o caso Pipita permite-nos entender como o medo e a insegurança podem se disseminar entre as pessoas, levando os moradores do nosso estado a mudarem seus comportamentos frente ao cotidiano, para não serem acometidos por um suposto delinquente. As pessoas passaram a desconfiar de todos os “estranhos”, pois neles poderiam encontrar a face do jovem procurado. Nessa época, como atendente telefônico na central de atendimento do 190, o COPOM, Centro de Operações Policias Militares, hoje CIOSP, pudemos registrar diversas ligações em que as pessoas diziam que próximo à sua casa estava o jovem procurado pela polícia. Várias ligações em que as pessoas diziam ter visto Pipita nas ruas de Aracaju: nessas chamadas, era perceptível o medo que sentiam. O medo passou a levar as pessoas a identificarem qualquer estranho que passasse próximo de sua casa como sendo o jovem Pipita.

Em todos os locais públicos, esse era o assunto do dia, era a “caça da polícia aos bandidos”, como outrora já foi à caça da volante ao grupo de Lampião. Era preciso que o desfecho não fosse diferente, tanto para as autoridades policiais como para o homem comum, o que interessava naquele momento era ter restituída a paz, com a morte do grupo. Nenhum policial andaria pelos matos à procura de “tão mal afamado indivíduo”, sem tomar todas as indispensáveis precauções. Pipita, em sua breve carreira, cometeu alguns assaltos que pouco parece lhe ter rendido lucros, matou duas pessoas, e teria também estuprado duas ou três moças. Resta no imaginário social, a existência, um dia, de um perigoso criminoso assombrando uma “cidade pacífica”. Não necessitamos, uma vez ou outra, de “homens infames” provocando um “real” medo e insegurança para sacudir os “fantasmas” oriundos da “angústia existencial” ou da “angústia de morte”? Estamos nas pistas fornecidas por Bauman (op. cit.).

Os seres humanos sempre tiveram consciência dos elementos de risco existentes no convívio em sociedade e têm procurado prevenir-se contra eles com crenças e amuletos, que são tão patéticos quanto engenhosos, indo do pé de coelho até a astrologia. No caso de enfrentar a morte, a maioria das pessoas não consegue enfrentá-la, exceto sob os envoltórios de um consolo fictício. (TUAN, 2005, p. 345) O medo que as pessoas sentiam da imagem do “selvagem” Pipita, após sua morte, despertou nelas um sentimento de alegria e ao mesmo

tempo de devoção e respeito através da crença na queima de Judas, representado pela imagem do criminoso. Estavam queimando ali mesmo o que restou de seus medos? Pipita morreu na madrugada de sábado da Aleluia, logo a população encontrou nele a figura do “Judas”, o ideal para ser malhado. As comemorações se multiplicaram em várias localidades da região onde ele cometeu os crimes. Houve “cachaçada”, “cervejada”, estourar de fogos; era motivo de muita alegria para as famílias sergipanas que podiam agora dormir em paz. Certos de que o sentimento do medo proveniente da selvageria praticada pelo malfeitor estava sendo queimado juntamente com o boneco, Judas, feito de retalhos de pano, assim como foi no caso de Lampião, era necessário abolir o medo que havia mudado o comportamento das pessoas para em seguida retornarem à anterior “paz” e “tranquilidade”, na ideia de que volta e meia as pessoas querem encontrar ameaças externas até para afugentarem suas ameaças internas (medos e inseguranças existenciais).



ANEXO C – O “Judas” sendo queimado no conjunto Castelo Branco, em Aracaju

Fonte: <http://emsergipe.globo.com/noticias/default.asp?act=visualizar&id=95460>

Pela tradição da cultura popular do Nordeste, no sábado de Aleluia, as pessoas se juntam em público para realização da queima de um boneco de pano, feito por eles mesmos, para representação de Judas, o homem que teria traído Jesus quando indicou seu paradeiro aos

soldados que o prenderam e o levaram à morte. Neste dia, como faz parte da tradição, as pessoas escolhem alguma figura “repugnante” em representação àquele traidor. A morte do menor de idade, tido como infrator Pipita, ocorreu na madrugada do sábado, dia 22 março de 2008, numa troca de tiros com a polícia, após ter sido ferido por um morador da cidade de Tomar do Geru, que resistiu a um assalto. Tema ideal para uma identificação da população com o boneco de Judas, que é tradicionalmente queimado nesta época.

Para Tuan (2005), a maioria dos medos humanos, geralmente, provém de outras pessoas que sustentam o nosso mundo, mas também que o ameaçam. As forças naturais destrutivas e as doenças usam máscaras humanas, e nas “bruxas” e “fantasmas” o medo da maldade humana adquire uma dimensão sobrenatural. A crença na bruxaria ou fantasmas modifica o comportamento. A pessoa passa a ter medos da escuridão ou da presença de estranhos, elas ficam em casa ao anoitecer; evitam certos lugares; oferece hostilidade mesmo a pessoas rudes e estranhas porque é possível que estejam dotadas de poderes semelhantes aos das bruxas. A crença em bruxas e fantasmas é uma espécie de prova da fraqueza nos laços humanos que não são reconhecidos imediatamente, porque os laços humanos íntimos de alguma maneira compensam a sensação preponderante da precariedade da vida. Mas também, podem gerar sentimentos reprimidos de hostilidade que podem ser projetados no mundo, além da morte. Por isso, talvez se justifique a atitude dos moradores do Castelo Brando em realizar a queima do Judas, como se ali queimasse o espírito de um malfeitor, que traiu Jesus, e, que teima em retornar na figura humana através da lenda do “Judas”.

Segundo Vinícius (2010) no final da tarde do sábado, os moradores do Conjunto Castelo Branco, em Aracaju, realizaram com festa a queima dos bonecos. O comparsa de Pipita, Gago também foi lembrado pelos moradores. Foi na morte do delinquente que a população pôde comemorar a “paz” tão abalada com a propagação do medo e insegurança que afetou o imaginário popular. Encontramos alguma semelhança com o período medieval, onde as pessoas eram caçadas até a morte por serem acusadas por praticarem bruxaria, na medida em que suas práticas adquiriam um caráter sobrenatural.



ANEXO D: Pipita morre em troca de tiros com a polícia

Fonte: <http://emsergipe.globo.com/noticias/?act=visualizar&id=95448>

A imagem do corpo de Pipita serviu de exposição nas principais páginas dos jornais locais, à medida que os jornais usavam da exibição sensacionalista para aumentar as vendas de jornais impressos e os acessos às páginas da internet, parecia confortador para a população e para as autoridades envolvidas, verificar que realmente o caso teve o fim “desejado”.

De acordo com o senhor Zé Curador, em entrevista aos jornalistas do *Portal Infonet*, em 2008, ele apresentou outra versão, diferente da versão apresentada pela polícia: ele teria sido o personagem chave no fato que resultou na morte do menor C.S.R., o Pipita, na madrugada do sábado de Aleluia, dia 22 março. No mesmo dia, ainda cansado e abalado com o acontecido, ele fala que Pipita bateu à sua porta dizendo que era a polícia, a sua esposa ouviu e o acordou para que ele pudesse verificar quem batia à porta, então ele se posicionou atrás da porta com uma foice, aguardando a reação do bandido. Já que ninguém abriu a porta, Pipita a arrombou e foi recepcionado com um golpe de foice. Caído no chão, Pipita teria atirado com seu revólver por cinco vezes, mas nenhum acertou as pessoas da família. “Aí Zé falou que na hora que ele deu um intervalo entre os tiros, ele foi e deu outro golpe, dessa vez na cabeça”. A polícia foi acionada e de acordo com o entrevistado, chegou com suas nove viaturas pouco mais de uma hora depois. Pipita já havia conseguido fugir com sua bicicleta, mesmo com os ferimentos. No local, os policiais apenas encontraram a poça de sangue.

Vasculhando o matagal, a polícia encontrou o jovem em uma casa abandonada, jogado no chão, quase morto. A assessoria de comunicação da Secretaria de Segurança Pública (SSP) afirmou para o *Portal Infonet* que Pipita morreu a caminho do hospital de Estância e seu corpo foi levado para o Instituto Médico Legal (IML), em Aracaju. (PORTAL INFONET, 2008)

O que teria acontecido desde aquele mês de julho de 1938, quando foi morto Lampião, até março de 2008, quando comunidades almejam ver um defunto e festejam a sua morte? De lá para cá, sessenta anos foram transcorridos, e no Brasil banalizou-se a morte. A tragédia do cotidiano, a exibição pela mídia, de crimes, chacinas, agressões, estupros, transformou a morte, a violência, numa quase rotina. Seria então uma manifestação desumana de repúdio popular a todos os que são identificados como responsáveis pela ruptura de uma antiga tranquilidade?

É inadmissível que um delinquente, independente de ser menor de idade ou não, fique aterrorizando o interior do estado. Saibamos então o tamanho de nossa insegurança. Enquanto discutimos os direitos humanos de pessoas como essa, ficamos nós sem direito nenhum de ir e vir. Cadê o direito de LIBERDADE? Cadê a nossa segurança pública? (Comentário do Senhor A. J. Portal Infonet, 2008)

A necessidade do público em ter uma resposta imediata por “justiça” parecia pedir o retorno teatral da aplicação do suplício, como verificou Foucault (1996) no século XVIII e início do XIX, quanto às cenas espetaculares na execução das penas em que aplicava suplício ao condenado. A execução não era realizada de qualquer forma pelo carrasco, ela seguia uma tradição da instituição penal, deviam-se tomar todos os cuidados e procedimentos para que a punição fosse aplicada ao corpo do condenado conforme o tipo de crime cometido. Contudo, a punição ao corpo do condenado pouco a pouco deixou de ser uma cena, em algumas dezenas de anos (no final do século XVIII e início do século XIX), desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto. Se o suplício (praticado pelo Estado) desapareceu do cenário moderno, vez ou outra, na sociedade atual, aparecem casos notórios de linchamento, execução e manifestação pela morte de um “bandido”, sendo realizados por “pacíficos cidadãos” num instante de “compartilhamento coletivo” que, no mesmo ato, colocam o seu protesto contra a impunidade e a falta de eficácia policial.

Segundo Tuan (2005), muitas pessoas, mesmo no mundo moderno ocidental sentem-se perseguidas pelo medo. Quase que diariamente lemos nos jornais notícias de assaltos e assassinatos e como precauções para tais medos, as pessoas constroem suas casas “fortificadas” e procuram isolar-se ao máximo do mundo exterior, onde esses perigos são abundantes.

Para ele, não há grau maior ou menor de intensidade com relação aos medos do passado ou do presente, o que mudou entre eles foi o tipo de medo e não sua intensidade, o medo não é apenas uma circunstância objetiva, mas também subjetiva. Os antigos medos podem estar relacionados a valores que na atualidade podem ser considerados bons, essa é a dificuldade de se fazer uma comparação entre os medos do passado com os medos do presente. As sociedades antigas, ainda sem energia elétrica, temiam a escuridão e por isso dormiam mais cedo, era o medo dos fantasmas e bruxas que rondavam a escuridão, já em nossa sociedade contemporânea os medos não são de ordem sobrenatural, mas estão relacionados de forma física com o medo da morte. Contudo, os medos do passado constantemente nos aparecem como formas de respeito e devoção, pois através dos contos e das brincadeiras das crianças, somos desde criança, educados para termos medo da escuridão e dos monstros que possam nos atormentar “se não formos crianças obedientes”.

O caso “Pipita” não teria tomado uma projeção teatral de um suplício exposto na mídia sergipana? Como uma cena teatral de suplício, o corpo dele foi exposto com as marcas da violência a qual lhe foi aplicado, não à maneira da tradição medieval da execução pública, que fora abolido há séculos passados. No entanto, o que muda nesta cena teatral moderna são as ferramentas que foram utilizadas para execução e os meios em que foi exposto o corpo para que a população tivesse a certeza de que a “justiça” foi feita pela polícia. Valendo-se da comparação da polícia com o carrasco dos suplícios de caráter medievalescos, e da forma como apresentado nos principais jornais sergipanos, podemos compará-los de igual selvageria, pois demonstrou a frequência da violência que se aplica a esses tipos de criminosos.

Se há no Brasil, profissionais dos meios de comunicação orientando-se para um tipo de produção (mais) crítica de informações, não há como negar que um certo tipo de produção da imprensa escrita e televisiva tende a transformar num grande espetáculo os acontecimentos de “violência”. (TAKEUTI, 2002, p. 168)

Ainda a autora salienta que a violência tem se tornado um produto mercadológico, de onde a exposição excessiva pela imprensa da violência cotidiana, através dos jornais tanto escrita como televisiva, e, principalmente nos programas dedicados exclusivamente ao “confronto entre polícia e bandido”, que se tornaram bastante populares, produzem nas pessoas um sentimento de “banalização” da violência, deixando a imprensa de ter a função informativa para a produção de um espetáculo e a disseminação do medo.

Dessa forma, o público acaba por produzir uma representação “deturpada” e “nebulosa” do real, por acreditar nas imagens que lhe são trazidas pela imprensa. O público vê aquela imagem violenta divulgada pela mídia e a transforma no mais próximo do real, mais próximo de seu cotidiano. Essa comunicação entre a imprensa e o público “torna a realidade da violência tão presente e tão viva que acaba sendo explicativa por si só”. (TAKEUTI, 2002, p. 169) O fenômeno da violência, apresentado pela imprensa, a exemplo do caso Pipita, tornava os fatos tão reais e próximos, que não precisavam de qualquer comprovação prévia, ou reflexão, porque tão somente as cenas divulgadas excessivamente pela imprensa, de pessoas sendo vítimas da violência, são suficientes para sua “condenação popular” e, portanto, a sua prévia condenação à morte, como foi o desfecho desse caso, bastante “comemorado” por várias pessoas em todo estado.

Chegada a tão esperada “tranquilidade” após a morte de Pipita, o governo do estado talvez tivesse percebido a ineficácia da polícia para desfecho do caso, que teve duração de oito meses, mesmo sendo toda a polícia mobilizada para combater esse grupo, desde os policiais militares aos policiais civis que se embrenharam nas matas dos municípios à procura dos bandidos (criou-se então, um grupo especializado em atividade na mata, o grupo de “Polícia de Caatinga”, em exercício até hoje). Outra preocupação do governo foi com o aluguel de um helicóptero para realização de patrulhamento policial, pois naquela época o estado não dispunha de tal ferramenta.

A comparação dos medos do passado com os do presente encontra um aspecto possível de confusão, que está em nossa incapacidade de reconhecer *a natureza profundamente ambivalente do ideal de comunidade*, diz-nos Bauman (2003). Frequentemente lamentamos a frouxidão dos laços sociais em nossos dias e suspiramos o retorno dos antigos laços que existiram, entre os membros de uma família, bairro ou cidade. Esquecemos que o medo sempre foi uma razão comum para a tessitura de estreitos laços entre as pessoas, ou seja, em nome do medo as pessoas buscam estreitar as relações comunitárias

para se sentirem mais seguras em um lugar mais seguro e aconchegante. No entanto, removidos os medos e as ameaças do meio ambiente, quer seja a força da natureza quer sejam inimigos humanos, a união das relações sociais na comunidade tende a enfraquecer. (TUAN, 2005. p. 336)

A mente humana se apresenta de forma ambivalente, na medida em que vemos o mundo como ordenado e bonito, também vemos imagens de caos, mal e morte. Muitos dos medos atuais já existiam no passado, por exemplo, medo de ser assaltado na cidade depois de escurecer. Alguns são novos e exigem um maior conhecimento dos problemas do mundo, como a explosão demográfica, a crise mundial de alimentos, a possibilidade de conflito declarado entre as nações ricas e pobres e cenários sinistros de desastres tecnológicos. As pessoas sempre conheceram escassez de alimentos e fomes coletivas, mas geralmente enfrentaram como realidades existentes neste ou naquele lugar, e não como uma catástrofe em escala mundial. Portanto, o que muda na distensão entre o medo de Lampião e o medo de Pipita, ou seja, entre o medo do passado e o medo do presente, é que atualmente os medos tomaram uma amplitude maior que antes, deixaram de atuar apenas em lugares específicos, assim, não se pode nos dias de hoje medir a dimensão espacial do medo apenas em sua propagação objetiva, mas também devemos perceber a propagação subjetiva, no meio social.

Por fim, podemos observar como uma figura anti-herói se torna um objeto de fantasia e de vontade de vingança da população, mesmo quando ela não é mais real. Como a lenda do “fantasma” ou da “bruxa”, que aterrorizavam as pessoas nos tempos medievais, essas lendas antigas retornam através da representação e vão nutrindo o medo social, a medida que acabam se materializando no meio moderno.

3. As transformações da cidade: medo e insegurança.

Neste tópico, como o próprio título previamente sugere, apresentamos uma discussão sobre o desenvolvimento da cidade, como uma característica da sociedade moderna, em particular, a cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, onde vislumbramos algumas características das *consequências da modernidade* em seu desenvolvimento urbano e social,

como o crescimento da violência e, conseqüentemente, o aumento do sentimento de medo e insegurança sentidos por seus moradores, tendo efeitos no comportamento social.

Quando se fala em termos de formação das cidades, independente de seu processo de formação, a cidade está relacionada à ideia de um local de maior segurança. Isso quando se comparam os dias atuais ao começo da idade moderna, período de acentuadas transformações nas relações sociais que culminaram com transformações de pequenos lugarejos em grandes cidades, devido a vários fatores, como aumento da população, fragmentação das relações de servidão e o renascimento comercial, que exigiram o aumento desordenado das cidades para além de suas muralhas, fragilizando seu esquema proteção e segurança. Contudo, foi com a revolução industrial e, conseqüentemente, com o advento da era moderna, que as cidades ocidentais se tornaram grandes aglomerados humanos, dando a ela as características que conhecemos nos dias atuais.

A cidade é um lugar onde os indivíduos se constituem como seres autônomos, pois é nesse ambiente que os indivíduos se “libertam” e, ao mesmo tempo, se “aprisionam”, porque ao passo que lhes proporcionam certa liberdade de alguns “constrangimentos”, fazem com que ali mesmo, ele adquira outros “constrangimentos”, ao passo que procuram adaptação às novas condições de existência.

Foi a economia do dinheiro que possibilitou a estruturação das grandes cidades. As cidades surgiram antes do fenômeno da modernidade, mas foi sem dúvida, este fenômeno que propiciou grandes transformações nas cidades, chegando a grandes aglomerados humanos sem precedentes na história. Uma característica das cidades modernas é a acentuação das características individuais, ou seja, da individualização. Em Simmel (2006), encontramos na sua noção de *sociação*, um tipo de ligação social, enquanto consequência de uma economia de dinheiro que gera, por um lado, um forte individualismo (uma forma de relacionamento entre os homens que os torna anônimos e indiferentes à individualidade do outro); por outro, uma nivelação e compensação no estabelecimento de círculos sociais cada vez mais abrangentes, permitindo ao homem moderno um *excessivo individualismo e liberdade*.

Esses tipos de ligações sociais, nas grandes cidades, podem ser efetivados porque ali é o lugar ideal das “oportunidades”. Elas oferecem para as pessoas que objetivam um maior “sucesso” econômico, social e político mais possibilidades que as pequenas cidades ou o campo. Tomemos em Sergipe, a cidade de Aracaju representando esse lugar “ideal”, por possuir um “mercado” efetivamente maior que os demais municípios, possibilitando um

acesso maior às ditas oportunidades, como emprego, saúde e educação e, com isso um fluxo maior de pessoas, constituindo-se como o maior centro populacional do nosso estado.

Diz-se que os homens nas grandes cidades levam suas emoções a uma elevação maior que em outros lugares, pois na cidade exige-se uma série de especializações e uma série de atividades desenvolvidas para acompanhar o ritmo acelerado das coisas, diferentemente do campo ou das pequenas cidades. Como característica peculiar das grandes cidades, o indivíduo constitui-se em um ser cada vez mais “estranho aos acontecimentos” e, portanto, mais individualizado. No tocante à afetividade, observa-se nas metrópoles, uma maior atitude de reserva, de mecanismos de defesa individuais (isolamento, pequenos círculos de amizade), distanciamento e indiferença às solicitações exteriores. Simmel (2006) alerta, contudo, que aquilo que parece ser uma *dissociação* revela-se, na verdade, como uma das formas elementares de existência de *sociação* nas grandes cidades, enquanto uma característica da sociedade moderna.

A vida na cidade é criada sob uma agregação de interesses diferenciados e complexos. Interessante a figura do homem *blasé* trazido por Simmel para ilustrar um tipo de ser enquanto um fenômeno típico das cidades: uma atitude de reserva do homem que chega no ambiente da cidade ao seu maior grau de elevação. Para esse homem, os estímulos chegariam em grande intensidade, devido ao agitação metropolitana, que somados à intensificação de sua intelectualidade, agitando os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo que eles finalmente cessam completamente de reagir. Tornando-os seres uniformizadores, as coisas perdem suas substâncias, elas aparecem num tom uniformemente plano e fosco, objeto algum merece preferência sobre outro. O *blasé* é, portanto, a capacidade de reagir às novas estimulações com a energia somente necessária, anulação das diferenças entre as coisas e entre as pessoas. O indivíduo tomaria essa *atitude blasé* na medida em que busca uma neutralidade e indiferença em relação aos outros ou as coisas, já que as cidades são os aspectos ideais para tal desenvolvimento, sendo que o dinheiro intervém aí como o instrumento capaz para a produção de tais sentimentos, já que as coisas são valoradas através dele. A proximidade física e o estreitamento característico nas grandes cidades tornam a distância mental mais visível, pois as pessoas se sentem solitárias em meio à grande multidão.

Construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza, a cidade se transformou em um ambiente desorientador, no qual sua estrutura física, como os prédios de apartamentos aparentam desabar em cima de seus moradores, ou os incêndios e o trânsito congestionado colocando as pessoas em risco, apesar de cada rua e prédios serem produtos do

planejamento de construção da cidade. (TUAN, 2005, p. 234) Esse mesmo autor (p. 231) nota que “a cidade representa a maior aspiração da humanidade em relação a uma ordem perfeita e harmônica, tanto em sua estrutura arquitetônica como nos laços sociais”, entretanto, ela acaba se tornando em “tormento” do homem contemporâneo. Observa-se como as grandes cidades perdem suas originais obrigações com seus moradores, que é produzir uma vivência harmoniosa, segura e tranquila, transformadas nas principais características atuais, dentre elas o medo e a insegurança, pois nas cidades as relações humanas são mais fragilizadas.

3. 1. A cidade de Aracaju

“Feita para corrigir os caos”, a cidade de Aracaju foi projetada para ser capital de Sergipe, no ano de 1855. Nesse ano, recebe o título de capital que pertencia à cidade de São Cristóvão, tendo como principais justificativas a construção de um porto para o escoamento da produção da agroindústria daquela época, já que se localizava no litoral sergipano. Região de praia, margeada pelo oceano e pelo rio Sergipe, teve na administração do Dr. Ignácio Joaquim Barbosa o audacioso projeto de transferência consolidado. Audacioso no dizer de alguns historiadores, porque a região que constitui hoje Aracaju era uma região de manguezal, e nela foram construídas as estruturas para transformação da mais nova capital de Sergipe. No dizer do historiador Freire (1891), há um sentimento de lamentação pela implantação do projeto da nova capital, pois para ele essa região não dispunha de condições para tal empreitada, além de ser um atentado a transferência da capital, da “bela” cidade de São Cristóvão para um lugar de solo arenoso, leito do rio Cotinguiba, e que por isso não poderia oferecer a base para construção de edifícios.¹²

De acordo com estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2009, Aracaju conta com uma população de 544. 039 habitantes residentes, mas se levarmos em conta a qualificação comumente usada pelas pessoas como grande Aracaju, nesse caso englobando os

¹² Não pretendemos avaliar, neste estudo, o quanto foi proveitoso ou não, a transferência da capital para Aracaju, no sentido dos interesses políticos, sociais ou econômicos, ou avaliar se estava certo ou errado o historiador Freire (1891) em suas lamentações latentes na obra História de Sergipe, quanto à mudança da capital do seu lugar inicial para a construção da cidade de Aracaju, e sim apenas mostrar o quanto Aracaju é recente como cidade e também como capital, e que surge a partir de um projeto “moderno” e inovador para aquela época.

municípios vizinhos como São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, passa da soma dos 800 mil habitantes, pois devido à proximidade desses municípios com a cidade de Aracaju, acabaram por integrar-se a partir dos transportes urbanos, saúde e educação, bem como pelos problemas reflexos da urbanização das grandes cidades. (IBGE, 2009)

Um fenômeno característico da cidade de Aracaju é a interação do desenvolvimento da cidade a partir de seu crescimento com o sentimento ambíguo de segurança e de insegurança por que vivem seus moradores, à medida que, por um lado ainda é possível encontrarmos pessoas sentadas à porta de suas casas, tranquilas, conversando, como se resistissem ao crescimento da cidade, ao surgimento da violência urbana e às ameaças urbanas introduzindo o sentimento de insegurança, para viverem ali, um “sentimento interiorano”, de tranquilidade, sem a pressa das grandes cidades, seguros e constituindo uma maior interação social entre os vizinhos. Por outro, mais a população sabe do risco que correm, mediante o crescimento do medo e da violência, vários moradores passam a mudar suas atitudes com relação à sua moradia (o seu morar e viver), tomando algumas precauções, como investirem em aparelhos técnicos de segurança, como cerca elétrica, câmeras etc. Além de alguns moradores de áreas centrais procurarem mudar-se para lugares mais seguros, como residências em condomínios fechados (tais “estilos de morar” parecem estar em alta no mercado imobiliário atual).

Considerado como um problema de desordem nas cidades modernas, do ponto de vista do meio ambiente físico, verificamos o ruído como central na demonstração das experiências assustadoras para os seus habitantes. Constituído como demonstração do caos nos grandes centros urbanos, o ruído proveniente dos sons do funcionamento dos motores dos carros, das buzinas, dos autofalantes das lojas e das “vozes da multidão”, fazem da cidade um lugar assustador. O ruído é o caos auditivo, e a maioria das pessoas é mais capaz de tolerar a desordem visual do que auditiva, porque o ruído tende a afetar suas emoções mais do que os aspectos visuais. (TUAN, 2005, p. 234) Na cidade de Aracaju, Mendonça (2008) verificou que a solicitação policial pela população para combater a “perturbação do sossego”, ou seja, infrações relacionadas ao ruído constituíram o maior índice, referente ao ano de 2008.

Nas cidades, será que não se pode mais manter os “velhos hábitos” das cidades do interior? Somos “obrigados” a nos habituarmos às suas transformações: na medida em que se alardeiam aumentos nos índices de violência, as pessoas passam a mudar o seu comportamento, elas não ficam mais sentadas à porta da casa por muito tempo, e se ficam sentem o receio de serem vítimas de algum “criminoso”. Haveria certamente uma confluência

entre as violências objetivas (que se desenvolvem à medida que a cidade cresce) e as violências subjetivas (como as pessoas sentem a “violência”), tal qual vimos anteriormente com Wiewiorka (1997).

Um aspecto incontornável nos tempos modernos, nas cidades, é o aumento da violência e da criminalidade, principalmente, nos grandes centros urbanos por todo mundo. Caldeira (2000) diz que para compreender o aumento da violência nos centros urbanos é necessário verificar que as causas estão no colapso das instituições da ordem, como a polícia e o judiciário e as tentativas de consolidação de um Estado Moderno de direito, de medidas extralegais usadas para combater o crime. O resultado do aumento da violência pertence a um complexo de fatores pertencentes às relações sociais, como a forma violenta de ação da polícia, descrença nas instituições do Estado como mediadora do conflito social e garantidora da execução do Estado de direito, problemas de origem histórica, conflitos étnicos e desordem moral, além da expansão urbana e desordenada, favorecendo o aparecimento de grandes aglomerados urbanos, sem apresentarem uma infraestrutura regular para garantir uma vivência harmoniosa.

A verificação nas cidades de um índice maior de ocorrências de crime, tanto é notoriedade da mídia quanto dos registros oficiais da polícia, aparentemente, destacando a cidade como o local de concentração de um índice maior da violência, o que necessariamente não significa dizer que a violência é maior nas cidades do que no campo, pois a violência se apresenta em diversos aspectos da conjuntura social, e muitas vezes, as ocorrências de crimes violentos no campo podem surpreender as pessoas da cidade. O crime e a violência não são sinônimos, pois pode haver crimes sem que haja violência, no mesmo sentido a violência pode não configurar um crime propriamente dito. É exatamente pelo fato da violência apresentar-se em seus diversos aspectos sociais e de formas diferenciadas, que sua identificação é cada vez mais difícil.

Num breve olhar para as periferias da cidade Aracaju, verificamos que por se tratar de um crescimento desordenado, possui uma semelhança com grandes aglomerados urbanos, verificados por todo país nos grandes centros urbanos, apresentando falta de infraestrutura básica, saneamento básico, esgotos a “céu aberto”, expondo as pessoas a várias doenças, irregularidade nos transportes públicos, falta de água potável, carência de segurança, educação, saúde e tantos outros direitos básicos que parecem não ser assegurados pelo poder público e que nestes locais se verificam mais fragilizados. Acarretando um sentimento de descrédito e de desconfiança nas instituições públicas junto aos moradores dessas localidades,

que são submetidos não só aos aspectos aparentes da falta do Estado, como também aos aspectos que tocam a sua subjetividade, o de ser estigmatizados, no seu conjunto, como indivíduos perigosos que produzem um espaço de maior cometimento do crime.

“O crime não escolhe lugar para acontecer”. Mendonça (2008) observou que na cidade de Aracaju, o lugar de maior índice de solicitações dos serviços da polícia para resolução de crimes estava no centro da cidade e não nos bairros periféricos como se acreditava no início de sua pesquisa. Com isso, os resultados apontam que não podemos indicar os fatores citados acima como causa da formação desordenada das periferias urbanas, para formação de lugares com uma maior eminência ao crime na cidade de Aracaju, ou que as observações encontradas foram resultados de uma empiria inapropriada para encontrar os resultados, na época da pesquisa. Utilizamos como material empírico, os registros policiais do Centro de Operações Policiais Militares de Aracaju, no período de um ano, ressaltando que os registros sendo de produção da própria Polícia Militar podem apresentar falhas significativas, com a possível omissão de dados, que podem comprometer o andamento da pesquisa e de seus resultados. Dito isso, na Polícia Militar podem existir interesses de grupos “políticos” que poderiam diminuir ou aumentar as apresentações dos registros de ocorrências do conhecimento público: quanto maior o índice do registro de ocorrência, menor é a eficácia da Polícia Militar, que trabalha com a “ostensividade”. Enfim, a Polícia Militar não trabalha para que o crime não venha a acontecer?

Na Polícia Militar em Aracaju, no ano de 2008, os registros policiais dos crimes seguem uma tipificação criada pela própria polícia, o que pode ocorrer uma omissão dos dados, a exemplo da tipificação “efetuar diligência”, sendo uma das mais verificadas nos registros policiais: não se pode identificar sua representação unívoca, já que significa a ida da viatura policial para verificação do local de crime e não especifica um resumo claro do que está acontecendo, ou mesmo se foi verificado a existência de um delito no local solicitado. Segundo Caldeira (2000), as apresentações dos registros policiais da segurança pública de São Paulo, na década de 1990, apresentavam distorções significativas em seus resultados, já que os homicídios cometidos pelos policiais eram apresentados como “resistência seguida de morte”, na categoria “outros crimes”, sendo registrados não na categoria de homicídios doloso nem homicídio culposo pela Polícia Civil, caracterizando um índice aparentemente menor de violência policial para o conhecimento público.

O crescimento da violência nos centros urbanos não é uma exclusividade da cidade de Aracaju, é uma tendência do crescimento e das transformações das cidades em todo o Brasil.

Conforme Caldeira (2000) a taxa de homicídio no Brasil, nos anos 1980, que era semelhante à dos Estados Unidos no começo da década, no final da década atingiu mais que o dobro das taxas americanas. A taxa de homicídio dos EUA é considerada bastante elevada se comparada com países da Europa e da Ásia, como no caso Japão. Dos anos 1970 aos anos 1990, enquanto as taxas americanas apresentavam índices de 8 a 10 homicídios por 100 mil habitantes, as taxas europeias chegavam a 3,5 e as japonesas de 1 homicídio por 100 mil habitantes. Já as atuais taxas de homicídios brasileiras chegam acima de 20 homicídios por 100 mil habitantes, consideradas muito altas se comparadas aos países europeus, EUA e ao Japão, nas últimas décadas. Sendo essas taxas apenas uma das formas de se verificar o crescimento da violência nos últimos anos.

É importante observar que o crescimento dos índices de crimes nos centros urbanos de todo o país, somados à não-resposta da instituição policial em atender a demanda de solicitações acarreta na população urbana uma sensação de insegurança nunca antes verificada nas últimas décadas. Mesmo que o Estado apresente investimentos em segurança pública, maiores que os anos anteriores, eles parecem não ser suficientes para a melhoria da segurança e, conseqüentemente, para uma melhor relação da população com esta instituição policial.

3. 2. A relação da população de Aracaju com a cidade

Indagados sobre como é viver em Aracaju, cerca de 80% dos entrevistados disseram que é tranquilo, apontando logo para a questão tão somente da segurança, para, logo em seguida, cair em contradição e afirmar que se sentem inseguros.

Vamos nos referir aos entrevistados através de pseudônimos, a fim de não identificá-los. Veja , a título de ilustração, o que diz a entrevistada Vivian (pseudônimo):

Para mim, Aracaju é uma cidade tranquila e ao mesmo tempo, nem tão tranquila né, mas pelo menos no bairro que eu moro, eu gosto. Tem que melhorar muita coisa, a começar pela segurança, eu me sinto insegura, quando ando nesses ônibus, no ponto de ônibus, as coisas como andam, tem muita malandragem. A segurança não dá conta da malandragem que existe.
(VIVIAN)

Moradora de um bairro pertencente à periferia de Aracaju, diarista como “empregada doméstica”, Vivian demonstra muita insegurança em viver em Aracaju, afirma que os transportes urbanos são inseguros e demonstra uma preocupação com a “incapacidade” da polícia em “combater a criminalidade”. Além disso, percebe que a polícia não dá conta da “malandragem” e identifica uma diferença nos serviços prestados pela polícia, segundo a categoria socioeconômica de bairros de Aracaju. Assim, para ela, “a polícia deve olhar mais para os bairros que mais precisam de segurança”. Do mesmo modo, temos outros entrevistados que dizem que “Aracaju é uma cidade tranquila, mas a violência está crescendo muito nos últimos anos”.

É na cidade que encontramos um número maior de policiais em serviço, provavelmente, uma tendência em todas as capitais do país. Na cidade de Aracaju, cerca de 30 por cento da Polícia Militar se encontra empregada nas atividades de policiamento dessa cidade, enquanto o restante é distribuído para os outros 74 municípios restantes. O contato da polícia com a população apresenta certo distanciamento. Em entrevistas realizadas com alguns moradores da cidade de Aracaju, sem levarmos em conta as características socioeconômicas dos entrevistados, a maioria vê a polícia como uma instituição “violenta, ineficiente e despreparada”. O que possibilita a construção de uma representação negativa de toda a estrutura policial e da própria cidade. Para ilustração, veja o que nos disse o entrevistado Ronaldo, comerciante, 42 anos, ao ser indagado sobre o sentimento de viver em Aracaju:

Aracaju está crescendo muito, a violência está aumentando muito em Aracaju, o pessoal está roubando muito, estão roubando por brincadeira, e a polícia não faz nada. Aqui mesmo, foi arrombado antes de ontem, para roubar besteira, pouca coisa... Eu me sinto seguro, procuro andar em ambientes seguros, seleciono bem os lugares, mas não há em Aracaju uma segurança completa. (RONALDO)

Para o entrevistado Ronaldo, o aumento da violência e, portanto, da “criminalidade” é resultado da “ineficiência” dos serviços da Polícia Militar de Aracaju: teve uma experiência negativa no contato com a instituição policial, porque teve seu estabelecimento comercial furtado e não teve suas expectativas alcançadas no tocante ao atendimento policial. Mesmo assim, disse sentir-se seguro na cidade de Aracaju, mas não de forma “completa”. Podemos

sugerir, a partir desse depoimento ilustrativo, o que chamamos de uma experiência negativa junto à instituição policial como uma das fontes privilegiadas de formação da representação social acerca da polícia, bem como de mudança de atitudes ou de comportamentos nas interações sociais dos sujeitos. Já no caso da entrevistada Celma, ela diz: *“é muito bom viver em Aracaju, mas enquanto a cidade cresce a violência cresce junto”*.

Um dos aspectos preocupantes no crescimento da violência nas cidades não é o aumento do crime violento, mas o aumento do medo e da insegurança (a violência subjetiva – enquanto violência ressentida, fruto de informações veiculadas na sociedade) que parecem crescer em proporções cada vez maiores, tendo inclusive junto a ideia de que as instituições policiais contribuem para o aumento do medo e da insegurança, pois assim como em outras cidades brasileiras, a polícia é ressentida pela população como fazendo parte do problema da violência. Veja o que diz a entrevista Celma, ao ser indagada sobre a atuação policial militar na cidade de Aracaju:

Fui assaltada um vez aqui bem pertinho da minha casa, fui no posto policial chamar os policiais para procurar o bandido e recuperar minha bolsa, a polícia encontrou a bolsa que estava num terreno bem próximo do lugar onde me roubaram, não sei se o vagabundo jogou lá, o policial me entregou a bolsa, mas não sei se ele ficou com o dinheiro, a bolsa estava só com os meus documentos, não sei se foi o policial que ficou com o dinheiro ou foi o vagabundo que jogou a bolsa e tirou o dinheiro, tinha trezentos reais, e ai a gente fica nessa dúvida, vou confiar em quem?(CELMA)

No caso do entrevistado Hilton, vejamos o que ele nos diz sobre Aracaju:

Acho a minha cidade muito boa, não troco por qualquer lugar, mas existem lugares problemáticos, deveriam investir mais nos bairros periféricos, ainda temos lugares com palafitas, pessoas morando embaixo da ponte. Ela não é uma cidade grande mais se considerarmos o seu tamanho com outras capitais do país, ela não tem muita segurança não, conheço vários amigos que foram assaltados, mas por outro lado tenho colegas que vem aqui passar as férias do trabalho, ou passar uns dias na casa de algum parente e, não querem retornar mais, já ficam morando por aqui mesmo. O governo deveria investir mais era no turismo, na segurança na saúde e ainda falta habitação. (HILTON)

As respostas encontradas na maioria das entrevistas realizadas nesta pesquisa demonstram um sentimento paradoxal em relação à cidade de Aracaju, na medida em que descrevem a cidade como um lugar tranquilo para viver, ao mesmo tempo as pessoas temem a violência como um fator crescente na cidade nos últimos anos. Com o crescimento do sentimento do medo, as pessoas buscam morar em lugares considerados mais seguros, e nesse sentido, impulsiona-se uma política administrativa e comercial para construção de grandes condomínios fechados, assemelhando-se às cidades medievais rodeadas por muros intransponíveis, como no dizer de Tuan (2005), a estrutura física das cidades se apresenta como “paisagens do medo”.

Aracaju, como o maior núcleo urbano de Sergipe, apresenta algumas características das grandes cidades do país, crescimento desordenado, aumento da criminalidade, aumento da violência, dentre outros, o que acarreta também o aumento do sentimento de desconfiança e distanciamento social, características das cidades modernas. O que fazem os moradores de Aracaju demonstrar um sentimento ambíguo com relação a viver em Aracaju, a exemplo da entrevistada Josefa que diz: *“acho Aracaju uma cidade boa para se morar, mas a violência anda crescendo muito”*.

Acho que a aglomeração de pessoas de forma inadequada é um grande problema para a cidade de Aracaju, hoje em dia a gente vê os mangues sendo aterrados, surgem moradias em lugares indevidos, a população vai se aglomerando em lugares desprovidos de recursos básicos, aí surgem os problemas como a delinquência. (JOSEFA)

O crescimento populacional e desordenado nas periferias de Aracaju é concomitante à falta de infraestrutura básica, como exemplo, postos de saúde, postos policiais e escolas. Na área de invasão chamada de pantanal, uma região localizada entre bairros nobres da cidade de Aracaju, a imprensa local noticiou a falta de políticas públicas, como saúde, segurança e educação. A entrevistada Josefa diz *“a polícia quando quer ela age, veja aí na área do pantanal, a polícia entrou lá e prendeu muita gente envolvida com roubo e drogas”*. Ela está se referindo a uma operação da Polícia Militar juntamente com a Polícia Civil ocorrida neste ano, nessa região e, que foi noticiada pela imprensa local, como resultado de uma grande apreensão de drogas e de criminosos.

Essa noção contraditória, em graus variados é verificada em muitas pesquisas por todo o país. Para Paulo Neves (2002), a questão da segurança pública, na forma que se apresenta no Brasil, nos dias atuais, está ligada ao sentimento de insegurança provocado pelo aumento da violência urbana. Ainda, o autor afirma que a violência está presente em todo cotidiano das pessoas, se não de forma física, ao menos de maneira simbólica. Mostrando que ao mesmo tempo em que elas desejam um lugar seguro para viver, associam a diminuição da violência e da criminalidade urbanas a uma ação mais efetiva da repressão policial, assim para muitos, pensar em segurança pública é associá-la ao aumento do investimento nos aparatos policiais para combater com mais eficiência a violência.

Quando indagados sobre o que poderia melhorar na cidade de Aracaju, para torná-la ainda melhor, os entrevistados apontaram para algumas dimensões, como saúde, educação, habitação, saneamento básico, turismo e segurança. A título de ilustração, veja o que disseram alguns entrevistados:

Aracaju deveria melhorar no turismo, a orla mesmo, tá precisando melhorar, tem que fazer alguma coisa para atrair mais turistas, você vê a cidade de Alagoas mesmo, não tem uma orla bonita igual a da gente e é cheio de turista o ano todo. Melhorar também o saneamento básico dos bairros mais pobres da cidade. (FERNANDO)

Tem que ter cuidado com as mudanças que estão ocorrendo, como em outras cidades maiores, trânsito congestionado demais, falta de emprego, as coisas vão ficando mais difíceis. Acho que tem melhorar na área da educação, segurança e transporte mesmo. (CAROLINA)

Tem que melhorar muita coisa a começar pela segurança... (VIVIAN)

Penso que as políticas públicas, junto com a população, deveriam ter mais postos de saúde, com assistência social, deveria ter postos policiais em todos os bairros, a polícia tem que ficar mais próximo da população, eles tem que verificar os bairros que precisam mais. (JOSEFA)

Nos discursos das entrevistas apresentadas, verificamos que a questão da segurança não representa o único aspecto de reivindicação apontado pelos moradores de Aracaju, mas

constatamos a presença de temas relacionados, a exemplo da saúde, habitação e turismo, contudo, podemos dizer que o tema da segurança, principalmente na reivindicação da melhoria técnica e estrutural da polícia, na solicitação por uma polícia mais repressiva ao crime, como melhoria na qualidade de serviços e como alternativa para melhorar o atendimento da população e tornar a cidade de Aracaju mais segura, foi central nas discussões da maioria dos entrevistados para esta pesquisa.

3. Representações Sociais da Polícia Militar

Para estudar a representação social, não poderíamos deixar de nos referenciarmos à formulação feita por Durkheim (2007), quando distinguiu o pensamento coletivo do pensamento individual. A representação coletiva não se reduziria à soma das representações individuais que compõem uma sociedade.

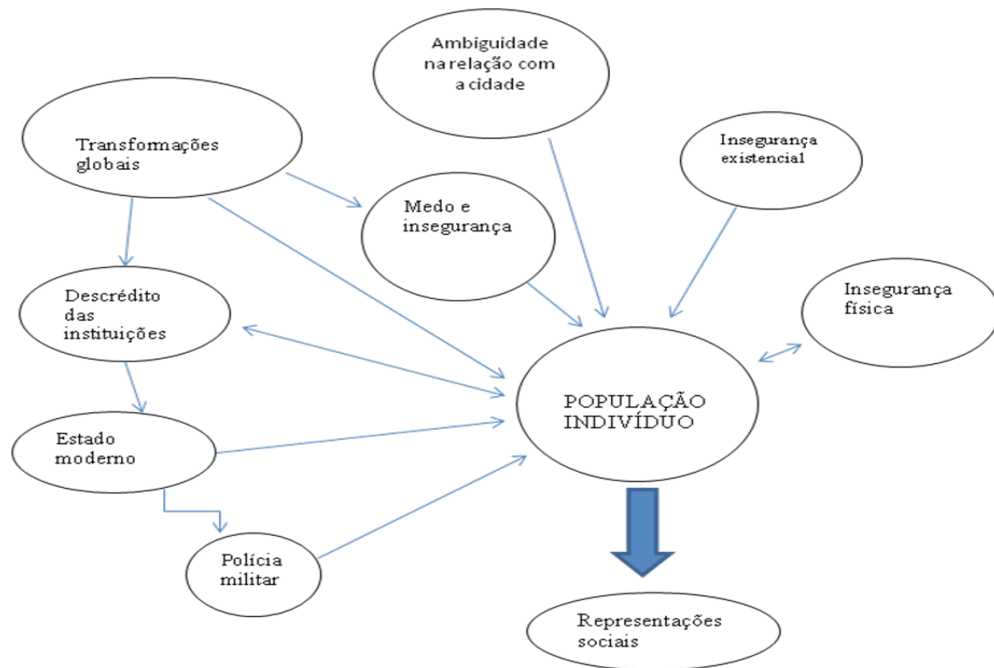
O termo representação social foi trabalhado, muito tempo depois, por Moscovici (1978) com sua obra *“A representação social da psicanálise”*, além de outros autores. Sua obra tornou-se uma referência nesse campo de estudo. Ele aborda, nessa obra em particular, como foi construída uma representação social acerca de uma ciência, para dar conta de como a representação é composta de figuras e de expressões socializadas.

Para Moscovici (1978), a noção de representação precisa ser constituída com muito rigor, pois se trata de um fenômeno complexo de ser conceituado, de modo que toda representação é constituída de figuras e de expressões socializadas. Em seu conjunto, a representação social engloba imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são e nos tornam comuns. Por isso, uma representação fala tanto quanto mostra, comunica, reproduz e determina os comportamentos, define a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam. Ele ainda diz: “a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. (MOSCOVICI, 1978, p. 26) A abordagem da teoria da representação social, nessa perspectiva, se constitui num esteio para a nossa pesquisa, ao favorecer a compreensão de determinados aspectos, até então, menos abordados nos estudos sobre as polícias, como também na articulação entre o individual e o coletivo. Para o referido

autor, o social atua na elaboração das representações sociais dos indivíduos e estas mesmas representações interfeririam na elaboração das representações sociais do grupo dos quais esses indivíduos fazem parte.

O estudo das representações sociais da Polícia Militar na sociedade aracajuana constitui-se nas análises e observações das noções e linguagens que se impõem no discurso das pessoas em seus cotidianos, cercados por sua contextualização histórica. E no dizer de Moscovici (1978), no estudo das representações não se pode dividir o universo exterior e o universo do indivíduo ou do grupo, pois o sujeito e o objeto se misturam em seu campo comum. O objeto está inscrito num contexto ativo, dinâmico, pois é parcialmente concebido pelo indivíduo ou pela coletividade como prolongamento de seu comportamento e só existe para eles enquanto função dos meios e dos métodos que permitem concebê-lo.

Para Sá (1996), a representação social designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los sendo assim, se constitui como um vasto campo de estudos psicossociológicos. A noção de representações para Moscovici apud Sá (1996) é mais complexa, na medida em que se entende por um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. “Elas são o equivalente em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como versão contemporânea do senso comum.”



APÊNDICE A – Fenômenos que contribuem para construção das representações sociais

Como demonstrado na ilustração acima, o fenômeno social das representações, encontra-se inserido numa articulação entre alguns fenômenos que foram encontrados no decorrer de nossa coleta empírica de dados, a partir de entrevistas, portanto, a população aracajuana encontra-se no centro dos elementos ou fenômenos sociais que acreditamos contribuir para a construção da representação social, tanto no plano individual como coletivamente. Neste sentido, os fatores como as transformações no mundo, de um modo global; a ambiguidade do indivíduo em relação a cidade, na medida em que ele visualiza a cidade como um lugar seguro para viver, ele teme o crescimento da violência neste mesmo local; o descrédito das instituições modernas, a exemplo do autoritarismo do Estado e da instituição policial militar; a insegurança existencial, que permeia o psicológico individual e coletivo, como o sentimento do medo e da insegurança; a atividade de policiamento feito pela instituição policial militar, que de um modo geral, não é aceita cordialmente pela sociedade, devido ao seu histórico de fatos “turbulentos” e de práticas extralegais que, muitas vezes, são institucionalizadas. Estes fatores na medida em que interagem em meio às relações sociais fazem com que as pessoas projetem de modo consciente e inconsciente, para a relação no

cotidiano e, assim, para um plano de insegurança física, aquilo que se conhece como representações sociais da instituição policial e da figura do policial militar.

A nosso ver, há uma “amizade” ressentida entre a ciência e o senso comum, seriam eles a representação entre um “amigo rico” e um “amigo pobre”, pois o conhecimento social representado pelo senso comum tem nessa amizade a representação do lado mais fraco, “pobre” e mais carente de recursos, pois nem consegue provar aquilo do que fala; já o outro lado dessa amizade, a ciência, é representado pelo amigo “rico”, constantemente ele recorre aos recursos técnicos que possui, além de seu reconhecimento social, para falar daquilo que é por ele provado a partir da experimentação científica. Mas essa amizade ambígua teima em continuar prosperando, pois a ciência recorre constantemente ao senso comum, usando o poder de legitimação que ela tem, para aprender e experimentar aquilo do que fala o senso comum, então na medida em que a amizade requer certo distanciamento, ela também é regada de interação e de troca de conhecimento. Portanto, para Moscovici (1978) o senso comum, com sua inocência, suas técnicas, suas ilusões, seus arquétipos e estratégias, são primordiais para a ciência, pois dele ela extrai seus materiais mais preciosos e os destilam no alambique de sucessivos sistemas. Nesse sentido, usamos a representação da população acerca de um determinado conhecimento social para compreendermos, através da ciência, os mecanismos e desdobramentos que permeiam o imaginário popular sobre a Polícia Militar de Aracaju.

As representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas que se institucionalizam, portanto, elas podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais mais comuns. Mesmo sabendo que ela traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial, frequentemente contraditória, possui graus diversos de clareza e de nitidez em relação à realidade. (GUARESCHI (Org.), 1995, p. 108)

Sobre as estruturas do mundo social que contribuem para as representações identitárias do policial militar de Aracaju, Souza (2008) faz um estudo sobre alguns personagens que atuaram no campo da Segurança Pública em Sergipe, nas últimas décadas do século XX. E que certamente o nome do Coronel Barreto Mota já faz parte do imaginário popular, sendo ainda hoje alvo de debates controversos no meio militar ou na sociedade civil sobre o seu papel em episódios marcadamente violentos em nosso Estado.

Marcado na memória de muitos sergipanos, Barreto Mota ficou conhecido por ser um homem extremamente violento, senão “implacável” na resolução das questões que envolveram a segurança em Sergipe, seja como Superintendente de Polícia Civil ou como

Comandante da Polícia Militar, cargos que ocupou, entre a década de 1980 e início dos anos 1990, nos governos de Augusto Franco, João Alves Filho e Antônio Carlos Valadares, de modo que hoje as opiniões sobre sua atuação são guiadas pelo saudosismo de um tempo onde a violência era supostamente “menor” e a polícia, uma instituição mais “respeitada”, bem como por críticas resignadas pelas acusações de envolvimento em vários atentados aos direitos humanos. (SOUZA, 2008, p. 108)

Em algumas entrevistas, verificamos como no imaginário de algumas pessoas, principalmente, as de maior idade, que há representações de algumas figuras de destaque na segurança de nosso Estado. Como exemplo disso, o entrevistado João, senhor de 65 anos, se lembra do tempo em que Sergipe tinha “Barreto Mota” no comando da segurança, ele diz: *“hoje não tem segurança nenhuma não, tempo bom era aquele de Barreto Mota, a gente não via vagabundo na rua, vagabundo caia era na bala...”* Essa representação do entrevistado é fruto de um momento histórico que ele viveu, por isso ele reproduz como um saber armazenado. Sendo assim, retornamos ao conceito de Moscovici (1978) sobre as representações, pois para ele constitui-se a partir de figuras e expressões socializadas, ela é a combinação e interação de imagens e da linguagem, porque ela refere-se à comunicação, aos atos e ações comuns do cotidiano das pessoas

Próximo à minha casa, houve uma denúncia com relação ao tráfico de drogas, invadiram a casa errada, quando foram ver no documento, verificaram que o endereço estava errado, já tinham agredido o rapaz e depois soltaram e ficou por isso mesmo. Invadem casas, derrubam o portam, causa constrangimento e fica assim mesmo, o pobre é quem sofre. (JOSEFA)

No discurso da entrevistada Josefa, parece ficar evidente o sentimento de desconfiança e de indignação com os resultados dos serviços prestados pela polícia militar à população de Aracaju, ressaltando que neste caso particular, ela fala do bairro que ela mora, um bairro periférico da cidade de Aracaju, pois percebemos que as atividades da Polícia Militar na cidade de Aracaju, têm suas especificidades a depender de bairro, ou seja, é possível que os mesmos policiais tratem de forma mais cordial os moradores de um bairro de classe alta, e que trate com maior rigor e, conseqüentemente, com maior crueldade, as pessoas de bairros mais periféricos. No dizer da entrevistada Josefa: *“Invadem casas, derrubam o portão, causa constrangimento e fica por isso mesmo, o pobre é quem sofre”*.

Quando indagados se gostariam de descrever o policial militar de Aracaju, alguns entrevistados disseram:

Os policiais de Aracaju se acham melhores que a gente, está passando carro mostra logo as armas, sempre mostrando armas enormes pra todo mundo ver, acho ridículo, não precisa isso não, são muito ignorantes com as pessoas. (ANDRÉIA)

Eles parecem que trabalham por obrigação e não por que gosta da profissão, ai quem sofre é a gente que precisa, não respeitam os cidadãos. Mas eles têm que saber que eles são o nosso porto seguro, sem eles as coisas seriam ainda piores, agem de forma equivocada e não com seriedade com os problemas dos outros. (CARLA)

As pessoas aparentam terem consciência da importância da função exercida pelos policiais militares na sociedade, mas também percebem alguns aspectos que são vistos por elas com ressentimentos e apreensão no contato, na relação polícia e sociedade. No discurso apresentado pela maioria dos entrevistados dessa pesquisa, percebemos que a polícia, de um modo geral, possui alguns problemas de ordem de seu corpo físico, na inadequação dos serviços praticados ou na ilegalidade por parte de alguns membros, que muitas vezes são impunes aos olhos da justiça por não serem denunciados. Mas, sobretudo, ela é necessária. Para a entrevistada Josefa:

O policial é a pessoa que solicitamos quando precisamos, precisamos ver que eles prestem um bom serviço para nos atender, mas nem sempre é assim, eles cometem muitos erros, abuso de autoridade, ignorância com as pessoas. (JOSEFA)

Do mesmo modo, a entrevistada Antônia, comerciante em uma feira municipal de Aracaju, 54 anos de idade, moradora de um bairro periférico, diz que a polícia deveria “respeitar mais as pessoas”, ou seja, ela mostrou-se desacreditada na instituição policial. Veja o que ela diz ao ser indagada sobre a atuação da Polícia Militar na cidade de Aracaju:

Sobre a Polícia Militar não tenho muita coisa boa para falar não... Eu mesmo, já fui roubada algumas vezes, nem reclamo mais quando encontro a minha banca arrombada, tudo descoberto, roubam o que querem aqui no mercado, e a gente vai procurar eles no posto policial daqui de dentro do mercado, às vezes não tem ninguém e quando tem algum policial é mesmo que nada, então nem quero saber mais, se for roubada ou não vou perder meu tempo indo lá no posto, e só ficar com mais raiva sabe... (ANTÔNIA)

Algumas entrevistas realizadas no mercado municipal Albano Franco, uma feira tradicional do centro da cidade de Aracaju, nos mostrou que as pessoas falavam das questões que envolviam a segurança relacionada aos exemplos por eles vividos naquele lugar, como falta de segurança, reclamaram também dos problemas de ordem administrativa e estrutural que permeiam o ambiente da feira, mas, sobretudo, sobre a segurança pública, a maioria se mostrou insatisfeita com as atividades dos policiais militares, mesmo tendo algum policial conhecido que more perto ou que faça parte da família. As questões, de um modo geral, trouxeram respostas negativas quanto à função e atividades exercidas pelos policiais em Aracaju. Sobretudo, porque todos mencionaram a venda e consumo de drogas no mercado municipal, algo que é recente e que está minando as esperanças daquelas pessoas em permanecerem naquele local.

O sentimento de impunidade das pessoas é também uma consequência do desconhecimento das atividades das polícias, por parte de alguns moradores: a maioria dos entrevistados, ao serem indagados se sabiam diferenciar as funções da Polícia Militar e da Polícia Civil, no sentido de saber solicitar a polícia adequada para solicitação adequada, a maioria dos entrevistados se mostraram desconhecedores das funções, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil. Sendo assim, podemos apontar que este desconhecimento pode gerar uma solicitação equivocada para um determinado serviço que não faz parte das atividades daquela polícia, acarretando para o solicitante, a representação de uma polícia ineficiente, por não atender-lhe quando solicitado. Veja o que diz a entrevistada Cristiana: “não sei identificar as funções de cada um não, só sei que polícia é tudo uma coisa só, quando preciso eu ligo para a Polícia Militar, para o 190”.

Outro aspecto identificado pelos entrevistados é a forma repressiva de trabalho dos policiais militares que, por vezes, excedem na força legítima. Para Caldeira (2000), o uso de métodos violentos, ilegais ou extralegais por parte da polícia é notório e legitimado pela própria instituição estatal. Historicamente, o combate ao crime pela Polícia Militar esteve

ligado à repressão política: a “questão social” continua sendo “questão de polícia”. Consequentemente, essa camada da população demonstra uma maior fragilidade, na medida em que não sabem recorrer à instituição legal para assegurar o direito básico à segurança.

Aconteceu um problema na escola da minha sobrinha, ela estava brincando com o namorado, aí quando um policial ouviu alguma coisa que não gostou, ele entendeu mal e mandou ela se calar, ela como é desaforada mesmo, não fica calada, respondeu o policial, ele pra cima dela, puxou a blusa dela, ainda rasgou, entraram em questão, só resolveu quando a família foi lá conversar com o policial, por se não ela ia ser presa sem ter feito nada. (Vivian)

É frequente o tema do envolvimento, de algumas autoridades policiais, com abusos de autoridade, com o uso excessivo da força física, bem como o tema da inadequação dos serviços, sendo noticiado na imprensa de todo país. Nesse sentido, fazem parte das representações que se constroem acerca da Polícia Militar pelas pessoas. Moscovici (1978) diz que a representação é uma modalidade de conhecimento particular que tem como função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. Sendo assim, poderíamos dizer que a condição social das pessoas contribui para construção de “realidades”, de modo que a representação é simbolicamente aquilo que é objeto socialmente desvalorizado.

A Polícia Militar tem feito um bom trabalho em Aracaju, mas em relação aos bairros periféricos tem que melhorar muito, mesmo sabendo que isso é uma coisa comum nas grandes capitais do país, há um atendimento diferenciado com relação ao poder aquisitivo das pessoas e dos bairros, dá para perceber isso. Aqui em Aracaju as áreas periféricas são escondidas, os turistas não sabem aonde ficam esses locais, lá o crime realmente acontece, acontece homicídios, roubos, tráfico de drogas, veja o caso do bairro Santa Maria, eles vivem com o crime, mas não querem a implantação de uma penitenciária lá, estão fazendo protestos para não ter que prender as pessoas de lá mesmo.” (FERDINANDA)

A entrevistada Ferdinanda, mora em um bairro nobre em Aracaju, ela diz que “Aracaju é uma cidade “tranquila”, bem estruturada, “calma”, e ao ser indagada sobre a segurança da cidade, ela afirmou que se sente muito segura na cidade de Aracaju e que “a violência ainda não chegou por aqui”. Notamos a contradição quando, na citação acima, ela especifica os locais aonde há violência, na cidade de Aracaju. É a sua condição social, com

um poder econômico e social elevado, sem precisar utilizar os serviços públicos como saúde, segurança e educação e, conseqüentemente, por morar em condomínio fechado, que determina um sentimento de lugar mais seguro e mais tranquilo para se viver. Do mesmo modo, outro entrevistado de um “bairro” da cidade de Aracaju:

Aracaju é maravilhosa, cidade tranquila de se viver, se comparada com grandes capitais do país, ela ainda é um interior, mas como as facilidades agora na internet, a gente compra tudo que precisamos... a polícia pra mim, ela tá fazendo o trabalho dela, eu também faço por onde ter segurança, no prédio tem segurança, aqui têm vigilantes, cerca elétrica, pra entrar aqui tem que ter permissão de algum morador. Só ando em lugar escolhido, [...] eu nunca vi problema com a polícia, também nunca precisei, [...] espero no que no dia que precisar ela seja eficiente. (SANTANA)

Alguns entrevistados de bairros mais periféricos da cidade de Aracaju se mostraram desconhecedores de seus direitos e não sabem a quem recorrer, caso necessitem da justiça ou da polícia, desta forma, não sabem distinguir as funções da Polícia Militar e da Polícia Civil, o que pode acarretar numa solicitação equivocada, e, conseqüentemente não serem atendidas quando necessitem. Para Vivian, “[...] a policia militar e a civil é tudo a mesma coisa, para mim é tudo uma coisa só, a função é proteger a gente”.

Já o dissemos antes, a Polícia Militar exerce a função de operações ostensivas, essa característica da ostensividade policial é peculiar às policias militares de todo o país, resume-se na sua principal função; ela trabalha para que o crime não aconteça, ou seja, através da exposição do policial fardado ou da presença dos aparatos que a constituem como viaturas e postos policiais, fazem repelir aqueles que pretendiam cometer algum crime e que com a presença da polícia pode ser coibido. Mas, ela também trabalha com o delito que acaba de acontecer, ou seja, que ainda se constitui em “flagrante delito”: os crimes que precisam ser investigados cabem a polícia civil, que trabalha com investigação, e também com apuração de inquéritos judiciais. A característica da ostensividade policial, tanto do uso da farda como nos carros identificados como material policial nos remete à comparação com o “panóptico” de Foucault (1996), quanto ao potencial de vigilância que exercem os policiais no meio da população, produzindo um efeito de “panoptismo” junto àqueles que se sentem constantemente vigiados.

Esses efeitos de vigilância que os policias militares exercem sobre as pessoas, através da ostensividade, ao invés de transmitir maior segurança, não transmitiria uma sensação de maior insegurança? Alguns entrevistados se sentem felizes por não precisar dos serviços da polícia, pois na medida em que as pessoas se sentem seguras com a presença do policial, elas preferem um maior distanciamento da figura do policial; o evitamento é uma estratégia bastante usada pelas pessoas que precisam de segurança, e que não querem contato algum com o policial militar. Como exemplo, para ilustração daquilo que dissemos, a entrevistada Vivian disse: “graças a Deus nunca precisei da polícia”; do mesmo modo, Josefa: “Graças a Deus não precisei chamar a polícia para nada”. Nesse sentido, verificamos que, independente dos fatores socioeconômicos dos entrevistados, a maioria disse sentir-se feliz por não ter precisado utilizar os serviços da Polícia Militar.

O “mapa” das representações acerca da Polícia Militar de Aracaju, encontrado no resultado das entrevistas, como seleção das qualidades mais apresentadas pela “população” pesquisada em contribuição ao nosso trabalho de pesquisa, aponta para uma Polícia Militar violenta, agressiva, despreparada, autoritária, ineficiente e arbitrária. Para ilustração, temos depoimento da entrevistada Cristiana:

Eu acho que eles (a Polícia Militar) são muito agressivos, no trânsito, por exemplo, eles gritam com a gente, não sabem falar como as pessoas com mais cordialidade, e mesmo com educação. A minha casa foi assaltada, liguei para a Polícia Militar e só apareceram depois de quarenta minutos. Fiquei muito decepcionada com a atuação dos policiais, pois são muito ineficientes. (Cristiana)

Conforme Caldeira (2000), as práticas violentas dos policias são evidenciadas desde os tempos imperiais até nossos dias, salientando-se que não é uma peculiaridade das forças policiais do Brasil o uso da força física: o castigo físico aos escravos foi uma prática de punição legal até o fim do Antigo Regime e a criação das penitenciárias no período moderno, período em que foi abolido o castigo físico como punição mostrada por Foucault (1996) nos séculos XVII e XVIII, quando as pessoas tinham seus corpos mutilados em cumprimento de alguma penalidade.

Nesse sentido, podemos sugerir uma comparação da atividade ostensiva da polícia militar ao modelo panóptico de Foucault na presença policial instituída na sociedade. Como exemplo, a farda policial, a viatura e todos os aparatos técnicos mostram de forma clara a

presença de policiamento; em alguns lugares, as viaturas possuem vidros escuros e com pouca visibilidade para os que se encontram do lado de fora, enquanto os policiais de dentro da viatura possuem uma visão privilegiada, de modo que as pessoas sentem-se vigiadas na presença de uma viatura policial, além disso, a maioria dos policiais que fazem o policiamento fardado e a pé nas ruas das cidades usa óculos escuros. Do mesmo modo, a presença do policial fardado tem um efeito panóptico por ter uma ação efetiva de ostensividade. Dessa maneira observamos como o efeito panóptico causado pela presença da polícia está ligado a relação do medo das pessoas com relação à polícia, na medida em que se sentem vigiadas, temem por qualquer reação violenta de que possam vir a sofrer nessa relação polícia e sociedade.

Para Caldeira (2000), embora a violência e o desrespeito de direitos pela polícia tenham uma longa trajetória na história brasileira, sendo legalmente exercido em alguns períodos históricos, como no período Imperial, no período republicano, na democratização, no período militar e de redemocratização do país, até os dias atuais. O que mudou foi a maneira de aplicação da força física e os meios de sua legitimação. O aparato legal brasileiro que legitima o uso da força física pela polícia é que tem sofrido alterações para cada período; assim, no período Imperial o castigo físico aos escravos era legal, era aplicado pela polícia de forma legal. Em 1924, em São Paulo, criou-se a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), para manter uma vigilância mais severa para os crimes que contrariavam os princípios da religião, do país e da família, que serviu de modelo para outros estados, desempenhando um papel central na repressão da oposição política durante os governos militares.

No período militar, incluíram-se na Constituição de 1967 algumas leis que permitiam um julgamento diferenciado para o cometimento de crimes por militares, colocando-os acima do sistema civil de justiça. O decreto lei 1.001 de 1969 estabelece que os crimes cometidos por militares devam ser julgados por uma justiça militar. Essa exceção tornou-se mais evidente com a Constituição de 1988, ela manteve a polícia militar como uma instituição encarregada do “policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública” (Art. 144, § 5) e a justiça militar como encarregado do julgamento de crimes cometidos por militares. Só em 1996, foi aprovada uma lei (Lei 9.299) que estabelece a transferência para os tribunais comuns a jurisdição dos casos de homicídios dolosos praticados por policiais militares, mas os outros crimes, inclusive homicídio culposo e lesão corporal dolosa, permaneceram sendo julgados pelo sistema militar. (CALDEIRA, 2000, p. 150)

Ainda conforme a autora, não há sentido no estado democrático de direito a existência de qualquer lei de exceção para qualquer grupo, sendo uma contradição para os princípios constitucionais, enfraquecendo o Estado de direito, estendendo-se a impunidade e a violência da polícia militar para com a população civil e indiretamente lhes assegurando uma ampla “vantagem” para os julgamentos, assegurando-lhes arbitrariedade. O que poderia contribuir para um sentimento de ressentimento e distanciamento da população para com a Polícia Militar, preferindo a população se manter distante até mesmo no momento de requerer qualquer serviço ou ajuda da Polícia Militar.

CAPÍTULO IV – EXPLICITAÇÕES METODOLÓGICAS

1. “O policial pesquisador: dentro e fora das representações”.

As estratégias metodológicas foram apresentadas, a partir de sua execução no decorrer de todo o texto, contudo, retornamos aqui com uma discussão mais específica porque sentimos a necessidade de expor para o leitor, de uma forma mais clara, os procedimentos realizados para cumprir os objetivos desse estudo e, conseqüentemente, os resultados encontrados. Os procedimentos e as dificuldades desta pesquisa são apresentados, neste tópico, não como uma racionalização da produção deste conhecimento, mas como possibilidade de aguçar o interesse de outros pesquisadores pela condição de constituir este estudo como uma alternativa para produção do conhecimento acerca deste objeto. Já que para Sá (1996), as representações são reconhecidas como um fenômeno psicossocial histórico e culturalmente condicionado, e devem ser analisadas de modo interpessoal e intrapessoal porque se constitui tanto na cultura como na cognição e circulam na comunicação social cotidiana, diferenciando-se de acordo como os conjuntos sociais que as elaboram e as utilizam. Por isso, ele ainda diz que a pesquisa social empírica das representações não produz resultados replicáveis ou generalizáveis para outros estudos.

Para a pesquisa científica, não é uma tarefa fácil buscar estabelecer uma significação única para determinado objeto e, nas ciências sociais, isso não é diferente. Em primeiro lugar, porque não é possível encontrar a “verdade”, como desejamos objetivamente encontrar, mesmo que o pesquisador dedique-se todo seu tempo a encontrá-la, ele jamais conseguirá. Em segundo lugar, porque estamos inseridos naquilo que pesquisamos na sociedade, e, portanto, nos encontramos entre as ciências e os objetos que se constituem empiricamente, visto que, retornamos, rotineiramente, ao universo das ações humanas para descrevê-los ou explicá-los.

Diante da tentativa complexa de encontrar um significado para algum fenômeno social, o cientista se vê numa tarefa bastante “áspera” e “complicada”, pois para as ciências sociais, essa é uma tarefa previamente densa e complexa, já que as ciências, de um modo geral, não possibilitam apenas uma explicação para um determinado objeto. Isso significa que temos diferentes interpretações sobre um mesmo objeto e, nas ciências sociais, isso é uma

característica própria. Por isso, a intenção do presente estudo foi o de compreender a construção das representações sociais na relação entre a Polícia Militar e a sociedade aracajuana e, assim avançamos na produção de mais um conhecimento social acerca deste determinado aspecto do mundo social.

As maiores dificuldades encontradas no desenvolvimento desta pesquisa estão associadas à distinção que tivemos de fazer em ser pesquisador e ao mesmo tempo, policial militar, na medida em que buscávamos o conhecimento social daquilo que representamos para as pessoas na condição de policial militar de Sergipe, sem que as nossas implicações no texto prejudicassem os resultados do nosso objetivo. Assim, um dos problemas encontrados para a realização desta tarefa foi, como se posicionar, “no momento certo”, como pesquisador social e como policial militar. Percebemos que ambos os papéis sociais, por vezes, se misturaram, interagiram e se integraram como composto de nossa subjetividade, aplicada à prática da objetivação da pesquisa, mas, sobretudo, cientificamente, pois a separação completa do ser cientista social do ser policial é uma tarefa impossível de ser realizada, na medida em que ambas as posições sociais implicam uma carga significativa de conhecimento do mundo naquilo que nos foi experimentado em nosso processo de vida em sociedade. Por isso, concentramos nossas “energias” para construção de um trabalho pautado na metodologia científica, seguindo suas exigências e procedimentos metodológicos, na medida do possível.

O objetivo deste estudo foi o de apreender a construção das representações sociais da população de Aracaju acerca da Polícia Militar de Aracaju. Comumente, esperamos que um estudo desse tipo seja feito por um sociólogo e não por um policial, porque, por um lado é supostamente mais fácil quando falamos dos outros, e por outro lado, temos mais interesses e facilidade em falarmos dos problemas alheios a nós. Contudo, tivemos o cuidado para a objetivação de um trabalho que não fosse prejudicado pelos interesses de nossa profissão policial. Já que na condição de policial, há mais tempo que pesquisador, labutando há doze anos nessa profissão, somos tentados, a todo instante, a cairmos na defesa da profissão ou na defesa de nós mesmos. Isso colocaria de uma maneira prática um problema crucial da sociologia, como por exemplo, ao se tentar fazer uma sociologia da sociologia, porque para Bourdieu (1983) é necessário se perguntar o interesse que se tem ao fazer a sociologia da sociologia ou a sociologia dos outros sociólogos, assim, como para nós, foi necessário perguntar qual o interesse do policial em estudar o policial: seria necessário perguntar a si mesmo o que se está fazendo, que interesses se tem nisso e etc. Assim, seria necessário dizer que as condições sociais do nosso trabalho implicam sistematicamente em nossos resultados;

então, para que isso não acontecesse foi necessário conhecermos a nossa própria condição social e nossas próprias motivações e implicações (profissionais e sociais), para com isso evitarmos fazer um discurso mais pessoal e corporativo do que científico.

Para Bourdieu (1983), seria preciso substituir a questão do ponto de vista privilegiado do sujeito pela questão do controle científico da relação ao objeto da ciência, para a construção do verdadeiro objeto da ciência. Para ele, o importante é saber como objetivar a relação com o objeto, de maneira que o discurso sobre o objeto não seja uma simples produção da relação que se tem, inconsciente, com o objeto. Entre as técnicas apontadas pelo autor para encontrar essa objetivação, está todo o equipamento científico, usado para encontrar o resultado da pesquisa, bem como, de um modo geral, todos os procedimentos científicos usados, sendo em seguida, colocada a submissão à crítica de outros pesquisadores.

Na nossa abordagem de campo, incluiu-se uma revisão bibliográfica, bem como uma análise de conteúdo, a partir da realização de entrevistas, de modo a permitir uma interação com o conhecimento teórico. Nesse sentido, analisando dados coletados a partir de entrevistas junto à população aracajuana, que nos permitiram de modo empírico a verificação de nosso objetivo. As pessoas que foram entrevistadas foram escolhidas a partir de indicações de alguns amigos e que, sucessivamente, possibilitaram outras indicações, além de terem sido encontradas de forma aleatória em locais públicos, inclusive, no nosso ambiente de trabalho (universidade). A partir daí, conseguiu-se realizar algumas entrevistas com os amigos dessas pessoas que foram gentilmente indicados. Essas entrevistas foram o principal material empírico, capaz de nos ajudar a encontrar nosso principal objetivo, que foi o de identificar as representações construídas pela população acerca da instituição policial e da figura policial militar.

O roteiro de entrevista foi aplicado de forma aberta de modo que as pessoas pudessem expressar seus sentimentos acerca da relação mantida com a Polícia Militar de Aracaju, bem como acerca de suas percepções e experiências sociais no e com o mundo atual. As questões e os resultados foram apresentados no corpo dos capítulos, neste estudo.

A representação social da Polícia Militar de Aracaju é comumente verificada nas opiniões formuladas pelos agentes sociais, tanto pelos meios de comunicações, que estão inseridos nos diversos meios da mídia, como também, na popularização acerca do assunto. Mas, encontrar o conjunto das relações que implicam nas formas de construção do imaginário popular é, sobretudo, lhe dar um caráter científico. Desta forma, procuramos fazer o que Bourdieu (1998) chama de *tarefa da ciência social*; para ele o importante para as ciências

sociais é a eficácia de um método que possa tornar as coisas aparentemente insignificantes em objetos científicos, ou na capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo diferenciado e imprevisto. Para ele, é preciso converter problemas abstratos em operações científicas inteiramente práticas.

Com efeito, objetivar as abstrações teóricas da pesquisa com os problemas práticos é uma tarefa difícil para o pesquisador que trabalha com a subjetividade do homem. Uma alternativa encontrada para elaboração do material empírico da pesquisa foi a realização de entrevistas abertas a uma parcela da população aracajuana para, em seguida, articular com o conhecimento teórico e com o conhecimento prático da atividade policial militar que exercemos. Sem que exista, na verdade, essa divisão de tais instâncias que aparentemente se apresentam separadas, pois estamos certos de que não foi tentado nesse estudo, dividir a prática da teoria, ou mesmo, o cientista do policial. Para Bourdieu (1998), se é verdade que o *real é racional*, pode acontecer que não se saiba muito sobre uma determinada instituição, acerca do qual se julga saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo. Portanto, o fato de sermos policiais e sociólogos ou “policiais-sociólogos” não implica, necessariamente, que devamos ter o conhecimento da instituição e mesmo da profissão policial como um todo.

As entrevistas nos permitiram encontrar as opiniões formadas pelas pessoas de Aracaju sobre a instituição policial militar e, sobretudo, sobre o policial militar de Aracaju. Verificamos a importância da opinião como representação daquilo que é falado, sobretudo, naquilo que Moscovici (1978) indica sobre a opinião: para ele, a opinião é, por um lado, uma fórmula socialmente valorizada a que um indivíduo adere e; por outro lado, uma tomada de posição sobre um problema controverso da sociedade. Para ele, a imagem é o reflexo interno de uma realidade externa, cópia fiel no espírito do que se encontra fora do espírito. O indivíduo carrega em sua mente uma coleção de imagens do mundo sob seus diferentes aspectos, podendo supor que essas imagens são espécies de “sensações mentais” de impressões que vão acumulando em nosso cérebro. O que poderíamos dizer que a imagem construída acerca da representação sobre a polícia militar pelo próprio policial, mais do que um reconhecimento identitário, poderíamos encontrar resultados de representações semelhantes ao encontrado na população de Aracaju, já que os policiais fazem parte do meio social de onde se produzem as representações sociais. Mas, efetivamente, o objetivo deste estudo excluiu entrevistas a membros da instituição policial militar, sendo que, sugerimos essa objetivação para futuros estudos em outras pesquisas.

A forma encontrada para manter-nos no perfil de pesquisador e não de policial, no momento de realização das entrevistas, foi o pedido que fizemos aos primeiros entrevistados, para não nos identificarmos como policial para os próximos contatos sugeridos e assim procedeu-se sucessivamente. Era necessário nos identificarmos apenas como “pesquisador”, “amigo que está fazendo uma pesquisa de mestrado”, e assim por diante. Sendo que isso ocorreu de forma preferencial, pois era necessário evitar que as pessoas se sentissem constrangidas em expor suas experiências e opiniões acerca de objeto de nosso estudo. Então, os primeiros contatos com os entrevistados iniciaram-se a partir de nosso ciclo de amizade, além de pessoas desconhecidas encontradas em alguns ambientes públicos e, assim permitiu que os primeiros entrevistados nos apresentassem outros amigos e assim sucessivamente, formando uma rede de contato para realização das entrevistas. Pois, essa forma de encontrar pessoas para execução das entrevistas foi uma maneira encontrada de ganharmos a confiança das pessoas, a partir da apresentação de seu amigo, e garantir que ela ficasse mais a vontade para expor suas opiniões e representações acerca do objeto, já que a pessoa que estava lhe entrevistando não era um “desconhecido” e, sim, um amigo do seu amigo.

Realizamos entrevistas com quarenta e oito pessoas, todas moradoras da cidade de Aracaju. As entrevistas foram de forma aberta, e tentamos ao máximo manter uma linearidade nas perguntas para todos os entrevistados, sabendo que em alguns momentos isso seria difícil; além disso, nos posicionamos de forma a tornar o ambiente da entrevista o mais tranquilo possível, para deixarmos os entrevistados bem à vontade para falar sobre o tema, por acreditarmos que dessa forma, as pessoas se sentem mais à vontade para expor seus sentimentos e o conhecimento social acerca do objeto estudado. Porém, ressaltamos que o tema da pesquisa não estava aberto para falar de qualquer outra coisa sem qualquer conexão com o nosso objeto, assim trilhamos o roteiro de perguntas e conduzimos a entrevista através de nossos objetivos.

As entrevistas foram marcadas a partir da disponibilidade da hora e do local de preferência do entrevistado, foi necessário ver que os entrevistados são colaboradores de nossa pesquisa e não objeto a ser pesquisado em local e hora determinada. Foi necessário perceber que o local e hora pré-determinados pelo pesquisador podem influenciar nos resultados da pesquisa. Sobre isso Bourdieu (1997) diz que é preciso reduzir no máximo a *violência simbólica*, apesar da relação de pesquisa se distinguir da maioria das trocas sociais comuns, por ter um fim para o conhecimento, ela não deixa de ser uma relação social que exerce efeitos sobre os resultados obtidos. Foi necessário posicionarmos com um olhar de

pesquisador social para percebermos que o próprio ambiente pode interferir na condução da pesquisa ou dos resultados. Por exemplo, se perguntarmos a qualquer pessoa sobre o que ela vê na atuação da polícia de Aracaju com relação à função de segurança pública que ela exerce, num ambiente em que se encontram vários policiais por perto, ela ficaria constrangida em responder a pergunta de forma negativa, com medo de que os policiais pudessem ouvir o que estávamos falando deles ou de suas atividades.

É exatamente por conhecermos que a relação da entrevista deve se adequar ao entrevistado, sem necessariamente nos distanciarmos do método científico e do objetivo inicialmente proposto, porque a comunicação deve ser compreendida por ele, o ideal é que sejamos mais objetivos e claros em nossas indagações. Portanto, é necessário que se faça entender ao entrevistado, pois só desse modo podemos chegar ao resultado esperado.

Para que seja possível uma relação de pesquisa o mais próximo possível do limite ideal, muitas condições deveriam ser preenchidas: não é suficiente agir, como faz espontaneamente todo “bom” pesquisador, no que pode ser consciente ou inconscientemente controlado na interação, principalmente o nível da linguagem utilizada e todos os sinais verbais ou não verbais próprios a estimular a colaboração das pessoas interrogadas, que não podem dar uma resposta digna desse nome à pergunta a menos que elas possam delas se apropriar e se tornarem os sujeitos. (BOURDIEU, 1997, p. 696)

Isso quer dizer que o pesquisador não deve se colocar no lugar do entrevistado, de modo que seja necessário “viver o mundo” dele, ou num perfil de superioridade, sem que se faça entender com “belíssimas” palavras que não são conhecidas do entrevistado, mas ele deve fazer com que o entrevistado entenda as indagações de forma clara e objetiva, sem que haja qualquer imposição nas perguntas, pois só assim, é que as respostas dos entrevistados poderão estar na medida similar ao conteúdo perguntado.

Para Bourdieu (1997), é necessário termos a compreensão de que a proximidade social com a pessoa interrogada é o que explica a impressão de mal-estar que quase todos os interrogadores que estão colocados numa relação de familiaridade experimentaram durante a entrevista, ou no momento preciso da análise: em todos os casos efetivamente, o interrogatório tende naturalmente a tornar-se uma *socioanálise* a dois na qual o analista está preso, e é posto à prova, tanto quanto aquele que ele interroga. Por isso, escolhemos os entrevistados a partir da apresentação de seu amigo, pois o objetivo justamente foi o de

encontrar pessoas que não fossem “meus amigos”, mas “amigos dos meus amigos”, pois era necessário estabelecer certa distancia ou demasiada aproximação.

Foi necessário percebermos através dos discursos das entrevistas o que estava explícito através daquilo que eles apresentavam como opinião sobre o nosso objeto, mas, sobretudo, o que não era dito, ou seja, foi necessário verificar os motivos e os objetivos que se encontram implícitos no discurso das pessoas que não opinaram sobre determinado aspecto do assunto, enquanto outros deixavam claras suas opiniões, seja positiva ou negativa acerca do nosso objeto. Uma técnica usada foi a de fazer uma comparação socioeconômica das pessoas que falavam sobre as mesmas características, sobre a semelhança de como falavam. No exemplo de uma pessoa que possui veículo para outra que não possui, ou que tem um salário familiar alto, enquanto a outra tem uma renda familiar muito baixa, era necessário associar esses fatores para perceber que falavam da mesma forma ou de forma diferenciada sobre o mesmo objeto.

Nas análises das entrevistas, os objetos comuns receberam uma atenção especial, na medida em que, procuramos encontrar neles a representação social, ou seja, aquilo que se fez comum entre os indivíduos através de suas respectivas realidades de mundo e, que nessa pesquisa tornaram-se problema do objeto proposto. Porque o problema da representação social não está em abordar apenas o indivíduo, porque ele implica uma posição individualista, e sim devemos reconhecer o problema central na análise dos fenômenos psicossociais, pois a representação social se encontra em analisarmos o social enquanto totalidade. Isso quer dizer que o social envolve uma dinâmica que é diferente de um agregado de indivíduos. (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 79)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi o de apreender a construção das representações sociais junto à sociedade aracajuana na sua relação com a Polícia Militar no contexto contemporâneo. Ao longo dessa pesquisa, analisamos os aspectos do mundo social moderno que contribuíram para a construção das representações sociais junto à sociedade aracajuana na sua relação com a Polícia Militar de Aracaju.

As reflexões sobre os fenômenos relacionados à segurança individual e coletiva são tratadas como importantes nos debates sociais principalmente nos últimos anos; mesmo aqueles que preferem assumir uma posição de distanciamento sobre a temática, sentem-se intimamente atraídos pelos assuntos geradores das questões que inserem temas como a violência, a inevitabilidade da morte e da fragilidade humana. Um tema também comumente levantado nas interações sociais é a questão da segurança pública: as questões que envolvem as instituições da segurança pública vêm ganhando significativa importância nos estudos científicos, na mídia, bem como nas interações mais simples no meio social.

Do mesmo modo, o tema da violência no meio social é uma questão que, por um lado, dependeu de uma melhor conceituação, por se tratar de uma temática complexa e dinâmica, na medida em que não se pôde conceituá-la em sua totalidade, pois está inserida em diversas manifestações humanas em todos os períodos históricos, de forma diferenciada, e por isso, possui um potencial de fascinação que desperta nos indivíduos questões que são temas para as relações sociais mais simples e porque refletem sobre seus cotidianos.

Na medida em que os temas como violência, incerteza, medo e insegurança têm, por um lado, a característica de separar as pessoas de suas relações sociais mais sólidas, por outro, também as aproxima através de um mesmo objetivo comum, ou seja, a necessidade da busca por maior segurança, por causa de sua fragilidade interna, os indivíduos modernos entraram numa procura incansável por sentimentos de aconchego, através da produção de lugares que se assemelham à “comunidade”, razão pela qual projetam para esses lugares os sentimentos que foram afastados com a fragmentação das relações sociais nas cidades. Temerosas com o aumento da violência, as pessoas na cidade de Aracaju procuram lugares mais seguros para viver. Nesse sentido, buscam morar em condomínios fechados, preferem realizar compras em shoppings e evitam andar de ônibus, mudam seus hábitos em nome da segurança.

O aumento do sentimento do medo e da insegurança na população de Aracaju pôde ser verificado na preferência desse tipo de temática através de programas que se tornaram populares na mídia local, pois ao dar prioridade à violência cotidiana, eles divulgam a “cultura do medo”, o que torna as pessoas espectadores da resolução violenta de tais problemas sociais. As pessoas acabam projetando essas imagens da violência, de modo subjetivo, para sua realidade cotidiana e apontam elementos com potenciais da violência identificados na figura do policial ou do bandido, como inimigos naturalizados da violência, de modo que, acreditam que a solução para as questões da violência, reflexo do jogo “polícia e bandido”, vistos nos programas populares, seja o aumento da repressão policial; então, exige-se, das autoridades, sanções mais “duras” e repressivas para os criminosos, sentimento de indiferença e de individualidade.

Outro aspecto que contribui para o ressentimento da população com os policiais de Aracaju é que o material empírico coletado nessa pesquisa nos mostrou que a maioria das pessoas teve, elas mesmas, ou testemunharam a partir de relatos de amigos ou parentes, ou mesmo viram na mídia, uma experiência negativa na relação com algum tipo de policial militar de Aracaju. Esse tipo de experiência, juntamente com outros elementos relacionados com o sentimento do medo, já citado acima, contribui para a generalização da imagem dos policiais com aquele tipo encontrado na experiência negativa experimentado por cada um, criando assim uma imagem de um policial arbitrário, corrupto, ignorante, violento, despreparado e tantas outras características de caráter negativo. De modo que nos permitiu confirmar nossa primeira hipótese: há indícios de que a relação entre a sociedade e a polícia é permeada de uma relação de medo da violência praticada por determinadas figuras policiais, no seu cotidiano de atividades e funções exercidas.

A modernidade, na medida em que potencializou sentimentos de medo e de insegurança, criou as bases para a construção das instituições que conhecemos em nossos dias, como o Estado e a polícia, e também produziu o colapso da ilusão moderna que foi o de objetivar um caminho e um fim para a humanidade, bem como um estado de perfeição a ser alcançado, do contrário, produziu um sentimento de incertezas e de ambiguidades. Outro fator foi a desfragmentação das tarefas modernizantes: as pessoas passaram a ser responsabilizadas pelos seus próprios fracassos e pelos seus sucessos, de forma individualizada. Por isso, muitas vezes o insucesso da instituição policial, de um modo geral, é projetado para a figura do policial, como se a ele recaísse toda a culpa pelos problemas político e administrativo por que

passa essa instituição; do mesmo modo, um erro do policial reflete na instituição com um todo de forma negativa.

A segunda hipótese referente ao nosso estudo foi a de verificar na população um descrédito quanto às instituições públicas de serviços e, particularmente, a instituição policial militar que vem sofrendo desgaste na sociedade brasileira. Foi encontrada a partir das discussões, através da bibliografia estudada e do material empírico coletado: foi possível identificar alguns sentimentos nos discursos das pessoas como medo e insegurança existencial, bem como, os fenômenos do descrédito as instituições modernas, da ambiguidade com relação à cidade de Aracaju e as transformações do mundo global, elementos que são comumente projetados para o plano físico das pessoas, ou seja, para os seus cotidianos, na forma de insegurança física, ajudando-os de modo consciente ou inconsciente a construção de suas representações sociais, tanto em níveis individuais como coletivamente.

Verificamos um sentimento paradoxal na população de Aracaju em relação à cidade e em relação à instituição policial militar, pois ao mesmo tempo em que a população desacredita a instituição policial, ela deseja recorrer à instituição, mesmo quando permanece o sentimento de desconfiança na capacidade e competência da instituição em resolver os problemas. Aparentemente, construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza, a cidade se transformou em um ambiente “desorientador”, no qual sua estrutura física, o trânsito congestionado, o aumento da violência, os ruídos, colocam as pessoas em risco, apesar de cada rua e prédios serem produtos do planejamento de construção da cidade. Assim, na medida em que elas descrevem a cidade como um lugar “ideal” ou “tranquilo” para viverem, as pessoas temem a violência como um fator crescente na cidade nos últimos anos. Com o crescimento do sentimento do medo, as pessoas buscam morar em lugares considerados mais seguros, neste sentido construindo grandes condomínios fechados, para morarem e assim sentirem-se seguras.

Outro aspecto verificado na relação da Polícia Militar e a sociedade aracajuana é o de que a maioria das pessoas entrevistadas desconhece o conjunto das funções das instituições de segurança pública, quer seja da Polícia Civil, quer seja da Polícia Militar, no âmbito estadual, o que acarreta uma solicitação equivocada de tais serviços, contribuindo para construção de uma representação negativa da instituição policial e da figura do policial militar.

A representação que a população aracajuana tem com relação à Polícia Militar se explica também pela forma de aplicabilidade da atividade que a polícia de Aracaju tem em exercer seu poder de forma coercitiva. O modo peculiar dos policiais militares em todos os

estados de exercer uma atividade de policiamento ostensivo se verifica em Sergipe, e particularmente na Polícia Militar de Aracaju, através da farda policial, da viatura e do modo como os materiais técnicos e humanos são colocados a disposição da visibilidade das pessoas, a fim coibir os possíveis impulsos violentos dos indivíduos ou de algum grupo de indivíduos, de maneira que as pessoas se sintam vigiadas e ao mesmo tempo protegidas. Essa atividade não é em sua totalidade recebida pelas pessoas através de um sentimento cordial, já que se sentem vigiadas e, portanto, ficam ressentidas pela atividade de policiais que possui sua credibilidade desacreditada pela prática de medidas extralegais usadas para combater o crime, por algumas figuras policiais no processo histórico de sua instituição.

As transformações ocorridas de modo global podem aparentemente apresentar-se de um modo desconexo, mas exercem influências além de suas dimensões espaciais, sendo assim, os acontecimentos locais projetam-se na forma de medo para além de suas fronteiras e ganham uma extensionalidade sem precedentes em outros períodos históricos. Um caso de um julgamento de um crime que teria, anteriormente em outros períodos históricos, repercussão local, nos dias de hoje, podem ter repercussão em todo mundo. Outro exemplo já citado na introdução da pesquisa foi o caso do episódio conhecido como 11 de setembro, que ocorreu nos Estados Unidos e repercutiu de um modo global, afetando não só o comportamento das pessoas mais próximas, mas, sobretudo, as pessoas dos lugares mais distantes.

Assim como os problemas globais podem ter repercussões locais, os problemas de ordem local podem ultrapassar os seus limites extraterritoriais, de modo que, o exemplo do “caso Pipita” citado no capítulo terceiro desse estudo, foi um problema limitado a alguns municípios do estado de Sergipe, mas verificou-se que por força da disseminação do medo, repercutiu para todo o estado, mostrando não somente para a população a ineficiência da polícia em conter a situação de pânico e de medo por que passava seus moradores, mas também a fragilidade das relações humanas que tiveram seus cotidianos transformados na busca por maior segurança. As pessoas tiveram suas vidas cotidianas transformadas, na medida em que passaram a ter maior preocupação com as questões de segurança, abandonando seus hábitos cotidianos mais simples, como ficar à porta da casa conversando com os vizinhos e amigos no período noturno, até que fossem definitivamente contido e abolido o estado de pânico e as pessoas retornassem para o estado de paz e de tranquilidade de outrora.

Esperamos com este trabalho ter contemplado alguns temas importantes da atualidade no que concerne a vida em sociedade, os vínculos sociais e as condições objetivas e subjetivas

que permeiam o cotidiano das cidades em alta mutação, sobretudo nos últimos tempos. Com isso, temos a certeza de termos aberto um conjunto de questões que nos foram sendo aparecendo no percurso de desenvolvimento desta pesquisa e que, certamente, necessitarão ser contemplados numa próxima pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmund. **Globalização: As Consequências Humanas**. Trad. Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmund. **Modernidade e Ambivalência**. Trad. Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a.
- BAUMAN, Zygmund. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmund. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmund. **Medo Líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa**. Trad. Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Série polícia e sociedade. N. 1).
- BECK, Ulrich. Sociedade do risco: o medo na contemporaneidade. **IHU On-Line**. São Leopoldo, 22 DE MAIO DE 2006. Disponível em : <<http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158345309.26pdf.pdf>> Acesso em: 22 de Janeiro de 2010.
- BECK, Ulrich. Uma sociedade mundial do risco. Enviado por Por Ulrich Beck em 02-Out-2008. **Jornal O Rebate**. 26 Abril, 2010. Disponível em: <http://www.jornalrebate.com.br/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=280> Acesso em: 23 de Janeiro de 2010.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n. 8/ Organização: Nancy Cardia)
- BOURDIEU, Pierre. Por uma sociologia dos sociólogos. In: _____. **Questões de sociologia**. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre; ACCARDO, Alain et al. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BRASIL. Constituição, 1988.
- CATHALA, Fernand. **Polícia, mito e realidade**. Trad. João Milanez de Cunha Lima. São Paulo: Mestre Jou, 1975. 235 p.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

COSTA, Luiz Eduardo. **A cabeça de Lampião e o passar do tempo**. Jornal do Dia. Aracaju: 30 de março de 2008. (Colunistas). Disponível em: < http://www.jornaldodiase.com.br/viz_conteudo.asp?codigo=3032008125943635 > Acesso em 15 de janeiro de 2010.

DURKHEIM, Émile. **As regras do Método Sociológico**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social: As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. Seleção de textos de José Artur Giannotti. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FIGUEIRÔA, Carlos César Nepomuceno. **Companhia de Polícia de Radiopatrulha: 40 anos a serviço da população Aracajuana**. Aracaju: UNIT, 2006. 67 p. (Monografia) – Curso de Graduação em Licenciatura em História, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006.

FREIRE, Felisbello Firmo de oliveira. **História de Sergipe 1575 – 1855**. Rio de Janeiro: Typographia Perserverança, 1891.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal. 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 14ª ed. Petrópolis: VOZES, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Trad. Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Trad. Marcello Rollemberg; revisão da tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n. 9/ Organização: Nancy Cardia)

GONÇALVES, Joelma; NAVARRO, Fredson. Pipita morre em troca de tiros com a polícia. Portal Emsergipe. (Notícias). Disponível em: < <http://emsergipe.globo.com/noticias/?act=visualizar&id=95448> > Acesso em 16 de Janeiro de 2010.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis: VOZES, 1995.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Disponível em: < [http:// www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=132&id_pagina=1](http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=132&id_pagina=1)> Acesso em 11 de Março de 2009.

IBGE. **Estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2009, segundo municípios**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf > Acesso em 16 de Abril de 2010.

LIMA, Elias Linhares; REIS, César Santana. **A qualidade do serviço 190 na percepção do Policial Militar, operadores e usuários: a busca pela definição do perfil profissiográfico do atendente**. São Cristóvão: UFS, 2004. 96 p. (Monografia) - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Segurança da Sociedade e Cidadania, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

MENDES, Marcos Batista. **Visões de um quadro complexo: a violência policial no espelho das representações sociais**. Natal: UFRN, 2007. (Dissertação) Mestrado em Ciências Sociais.

MENDONÇA, Rildo César Menezes. **Serviço de Emergência 190: “A (in) segurança da população de Aracaju”**. São Cristóvão: UFS, 2008. 76 p. (Monografia) – Curso de Pós - Graduação em Violência, Criminalidade e Políticas Públicas, Universidade Federal de Sergipe, 2008.

MONJARDET, Dominique. A Profissão Policial. In: _____. **O que Faz A Policia: Sociologia da Força Pública**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Núcleo de Estudo da Violência- USP, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa; RIQUE, Célia D. G; FREITAS, Fábio F. B. (Orgs.) **Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Gajop; Bagaço, 2002.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. **Polícia Comunitária e Participação Social na Segurança Pública em Sergipe**. Revista da FAPese, v.3, n. 1, p. 87-128, jan./jun. 2007.

Portal de Polícia Militar do Estado de Sergipe. Aracaju, Sergipe: EDOC, 2010. Disponível em < <http://www.pm.se.gov.br> > Acesso em 08 de fevereiro de 2010.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SANT’ ANNA, Sílvio (Org.). **Manifesto do partido comunista: Marx e Engels**. (Texto Integral) Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

SETTE CÂMARA, Paulo. **Reflexões sobre Segurança Pública**. Belém: Universidade da Amazônia, 2002.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, Dilson Ferraz de. **A Estrutura e Aspectos Gerais da Força Policial**. Aracaju: PM-SE. Disponível em: < <http://www.pm.se.gov.br/pm.php?var=1184334432>> Acesso em: 28 dezembro 2007.

SOUZA, Jessé, A crítica do mundo moderno em Georg Simmel. In: SOUZA, Jessé, ÖELZE, Berthold (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília, UnB, 2005. p. 9-40.

SOUZA, Marcos Santana de. **A violência da ordem: policia militar e representações sociais sobre violência em Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2008. (Dissertação) Mestrado em sociologia.

TAKEUTI, Norma Missae. Por uma auto-gestão societal da violência. **Revista vivência**, Natal, CCHLA, v. 9, n. 2, jul/dez. 1995.

TAKEUTI, Norma Missae. A cultura da violência e do medo. **O Poti-Diário de Natal**, Natal, JUL. 1995a.

TAKEUTI, Norma Missae. Medo e violência no espelho dos media. **Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN**, v. 12, n. 2, Natal: EDUFRN, jul/dez 1998. p. 19-30.

TAKEUTI, Norma Missae. **No outro lado do Espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Trad. Lívia de oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.

VINÍCIUS, Glauco; ALMEIDA Raquel. **Outra versão da morte de pipita**. Portal Infonet. Aracaju: 23 de março de 2008. (Notícias). Disponível em: < <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=71491&titulo=cidade> > Acesso em 16 de janeiro de 2010.

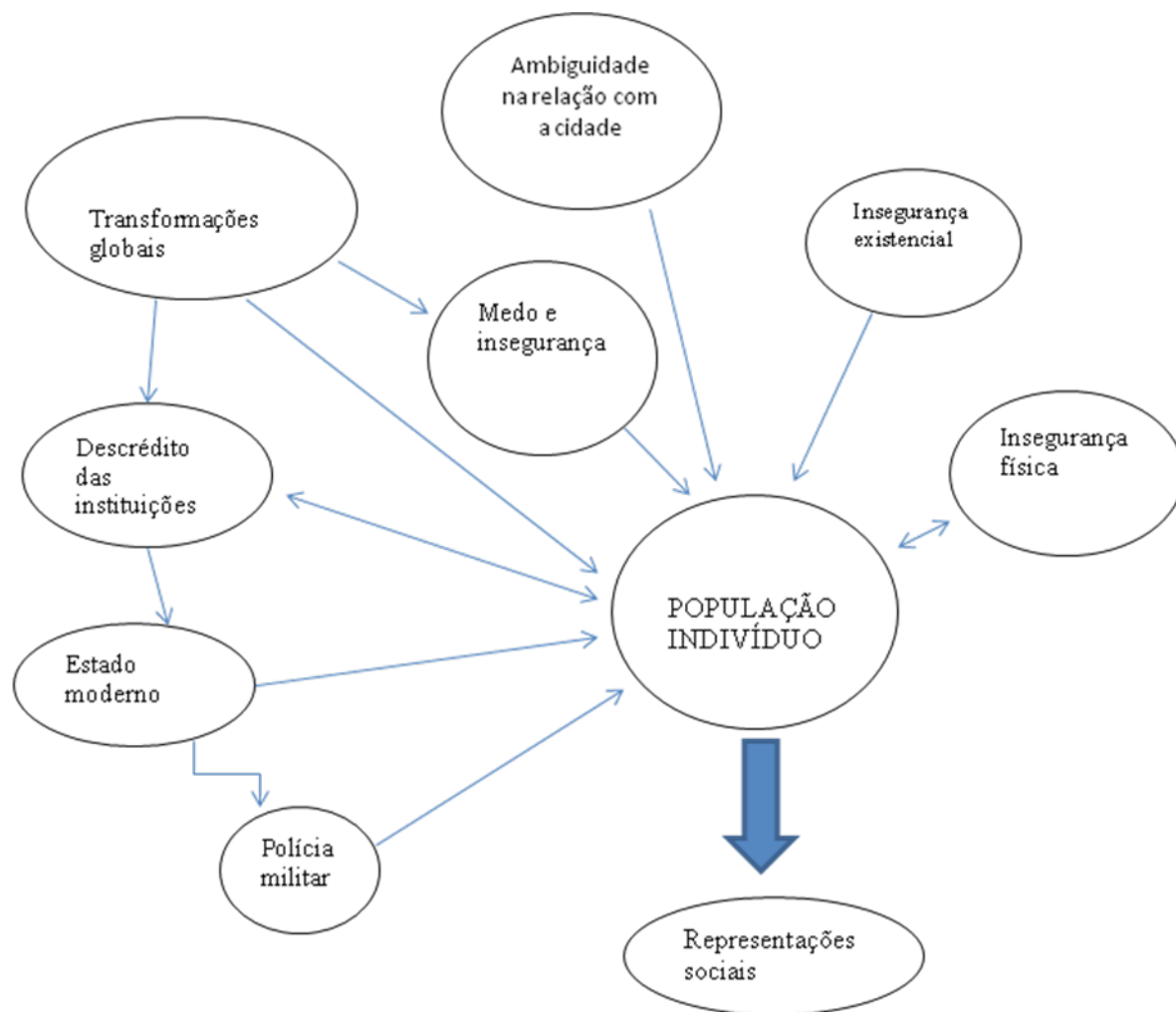
VINÍCIUS, Glauco; ALMEIDA Raquel. **Pipita está morto**. Portal Infonet. Aracaju. 22 de março de 2008. (Notícias). Disponível em: < <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=71488&titulo=cidade> > Acesso em 16 de janeiro de 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Vol. II. Trad. Regis Barbosa, Carmen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1999.

WYNNE, Pires. **História de Sergipe (1575-1930)**. Rio de Janeiro: Pogetti, 1970.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Fenômenos que contribuem para construção das representações sociais



APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Para você como é viver em Aracaju?
2. Há alguma mudança na cidade de Aracaju que lhe preocupa?
O que poderia melhorar em Aracaju para torná-la melhor de se viver?
3. Como você vê a atuação da polícia de Aracaju na sua função de segurança?
4. Você vê alguma diferença na função e na atuação da polícia militar e da polícia civil?
Quais?
5. Você já ouviu falar/ já presenciou alguma(s) experiência(s) negativa(s) envolvendo policial?
6. Já precisou solicitar os serviços da polícia militar?
Se sim, em que circunstâncias?
Nunca solicitou? Por quê?
7. Gostaria que me descrevesse um pouco o perfil do policial de Aracaju.
8. Você gostaria de falar de alguma coisa que não perguntei e que poderia contribuir para minha pesquisa.

APÊNDICE C – Ficha de entrevista

FICHA DE ENTREVISTA

Nº: (_____)

Data:

Trabalho de dissertação para mestrado em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mestrando: Rildo César Menezes Mendonça

Título do trabalho: A construção das representações sociais na relação da Polícia Militar e a Sociedade aracajuana.

Nossa pesquisa busca identificar na representação da população o “conhecimento social” construído em torno da instituição policial de modo a verificar os seus desdobramentos na relação polícia e a população.

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Nível de escolaridade: _____

Bairro: _____

Local de nascimento: _____

Ocupação: _____

Possui veículo: _____

Renda familiar:

- () Até Um mil Reais
- () de Um Mil a Três Mil Reais
- () De Três mil a cinco mil Reis
- () acima de cinco mil Reais

ANEXOS

ANEXO E – Polícia Militar do Estado de Sergipe – Polícia de Rádio Patrulhamento¹³

Fonte: <http://www.pm.se.gov.br/modules/xcal/displayimage.php?pid=749&album=28&pos=20>

¹³ A imagem da foto foi utilizada para feitura da capa da dissertação

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)